



**ANTÓNIO MANUEL
ALVES**

**RELAÇÃO MUNICÍPIO-ESCOLA NA PERSPECTIVA
DOS SEUS RESPONSÁVEIS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, área de Especialização em Administração e Políticas Educativas, realizada sob a orientação científica do Doutor António Augusto Neto Mendes, Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à Catarina e ao André pelas horas ausentes da sua companhia.

o júri

presidente

Prof. Doutor Maria Manuela Bento Gonçalves
professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor José Brites Ferreira
professor Coordenador da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria

Prof. Doutor António Augusto Neto Mendes
professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Ao Professor Doutor António Augusto Neto Mendes, responsável pela orientação deste trabalho, quero agradecer os seus ensinamentos, as suas opiniões esclarecidas, a sua disponibilidade, o seu apoio e incentivo que contribuíram para levar esta tarefa a bom porto.

Aos meus colegas de mestrado pelo espírito de colaboração e amizade que se desenvolveu entre nós.

A todos aqueles que se disponibilizaram a ser entrevistados, participantes imprescindíveis para o cunho científico necessário a um projeto desta natureza, sem eles não teria sido possível a sua concretização.

A todos os que, de uma maneira ou outra, me ajudaram ao longo da elaboração deste trabalho. Especialmente à Olga pelo seu constante incentivo e apoio.

Finalmente, à Adélia, à Catarina e ao André, pela paciência, encorajamento, e estímulo constante dispensado ao longo deste trabalho.

A todos, um bem-haja.

palavras-chave

Relação município-escola, escolas, município, centralização.

resumo

Com o aumento de “poderes” e de responsabilidades do município nas escolas, torna-se relevante perceber como é a relação entre estas instituições. Este é o objetivo deste estudo. Assim, este trabalho tenta perceber e caracterizar a relação entre as escolas e o município na perspectiva dos seus responsáveis, conhecer como as intervenções do município e das escolas são percebidas pelos seus dirigentes, averiguar a importância que o município atribui à educação no sentido lato.

Este trabalho privilegiou no enquadramento teórico as referências à centralização e descentralização da gestão escolar, o papel dos municípios portugueses na educação ao longo da história e as políticas locais de educação. Relativamente a estas últimas, abordamos a transferência de competências para as autarquias, o estudo do local em educação, o poder local e a educação, as atividades de enriquecimento curricular, a carta educativa municipal e as cidades educadoras.

A investigação que mais se adequa a este estudo pareceu-nos ser a qualitativa, descritiva e interpretativa, visto que se pretende apenas conhecer a relação entre autarquias e escolas. Para isso realizamos entrevistas aos responsáveis das escolas e pelo pelouro da educação da câmara municipal. Devido à natureza do trabalho pareceu-nos ser mais adequado uma entrevista semiestruturada. A utilização de documentos constitui um apoio útil à investigação, assim sendo como complemento ao nosso estudo consultámos e analisámos as atas das reuniões de câmara e da assembleia municipal de 2008 e de 2009. Para esse mesmo período foram analisados os boletins municipais. Para a análise dos documentos e das entrevistas foi efetuada uma análise de conteúdo, na qual se definiram diversas categorias onde os conteúdos foram classificados.

Neste estudo concluiu-se que a relação município-escola pode ser classificada como boa no caso estudado e a perspectiva dos seus responsáveis também é essa. Existe no entanto alguns pontos que podem ser melhorados, nomeadamente a comunicação. Verificou-se também que este município atribui uma grande importância à educação, quer à educação formal quer à educação não formal.

keywords

Relation the municipality-school. Schools. Municipal. Centralization.

abstract

As the “power” and responsibility of the municipality in the school have increased, it is important to understand the relationship between both institutions. This is the aim of this study case. Thus, this work tries to understand and characterize the relationship between the school and the municipality in the perspective of their responsible actors, to know how the interventions of both are understood by their leaders, and to be aware of the importance given to education in general by the municipality.

This work focused its theoretical framework on the references to the centralization and decentralization of the school management, the role of the Portuguese municipality in education all through the years, as well as the local educational policies. Concerning this last topic, we approached the transfer of some of the school power to the municipality; the knowledge of the local environment in terms of education; the extracurricular activities; the municipality educational plan local, and the educating cities.

The kind of investigation that we considered to be the most adequate to our study was a qualitative, descriptive and interpretative one, as we only wished to know the relationship between the school and the local administration. Thus, we interviewed the responsible for both, school, and the section of education of the local administration; due to the nature of this work, a semi structured interview seemed to be the most adequate. In order to complement our study, and taking the importance of factual documents to support our investigation into account, we read and analysed the written documents minutes records of the municipal meetings 2008 and 2009 municipal assemblies. The municipal bulletins of this period of time were also analysed. It was made an analysis of both, the documental basis and the interviews, in which a range of categories was defined to classify their contents.

In this study case it was concluded that the relationship between the public school and the local administration can be classified as being a favourable one, which is also the perspective of both leaders. However, there are some issues that can be improved, especially in what the communication is concerned. It has also been concluded that the local administration considers education to be vital, whether it is formal or informal.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
1.1. Centralização e Descentralização na gestão das escolas	5
1.2. Os municípios portugueses e a educação: breve enquadramento histórico.....	12
1.3. Políticas Locais de Educação.....	17
CAPÍTULO 2. FUNDAMENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..	26
2.1. Identificação e justificação do problema.....	26
2.2. Opções e objectivos de investigação.....	27
2.3. Tipo de investigação.....	28
2.4. Técnicas e instrumentos de recolha de dados	29
2.4.1. A recolha documental	29
2.4.2. A entrevista.....	30
2.4.3. Sujeitos participantes da investigação	32
2.4.4. Tratamento da informação	34
CAPÍTULO 3. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO	36
3.1. Breve caracterização do município	36
3.2. Apresentação e desenvolvimento do trabalho.....	40
3.3. Apresentação, análise e discussão dos resultados.....	42
3.3.1. Caracterização da relação entre as escolas e o município.....	44
3.3.2. Ações e percepções dos vários intervenientes.....	53
3.3.3. Elaboração dos documentos concelhios na área da educação.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
BIBLIOGRAFIA	70
ANEXOS	76

INTRODUÇÃO

Um pouco por todo o mundo, tem-se verificado um processo de descentralização de competências do Estado Central para as autarquias. Portugal não é exceção. Neste contexto as autarquias passaram a ser vistas como parceiros na implementação da educação, sendo responsabilizadas, cada vez mais, pela gestão da política educativa no espaço local. Aumentou a transferência de competências em matéria de Educação do estado central para as autarquias. O papel das autarquias portuguesas, bem como o dos estabelecimentos de educação e ensino, tem vindo a ser reforçado, de modo a que começam a ter uma crescente importância em matéria educativa (Louro & Fernandes, 2004).

Aos municípios são atribuídas responsabilidades e tarefas específicas com vista a potenciar a possibilidade e realização educativa no concelho e clarificar o papel dos diferentes agentes na rentabilização dessas potencialidades. A regulação da função educadora do concelho pode assumir diferentes formas, podendo o município assumir uma diversidade de papéis.

A escola está a deixar a ser pouco a pouco um feudo dos professores. Estes têm visto outros protagonistas entrarem nos órgãos de gestão e nem todos com os mesmos interesses. “Atores que se confrontam, usando os seus poderes formal e informal, como noutras organizações.” (Evangelista, 2004)

Os responsáveis das instituições educativas estão a trabalhar não só na sua organização como também com outras entidades para além dela. Muitas escolas relacionam-se com várias instituições, integrando-se num complexo ambiente relacional interinstitucional que caracteriza o mundo educativo contemporâneo, de forma a melhorar as suas condições. “As questões da interação com entidades múltiplas também se colocam ao nível da própria governação da educação, entendida ao nível mais sistémico.” (Lima, 2007)

É neste domínio que se insere este nosso estudo. Por um lado, temos os municípios que têm cada vez mais “poderes” na escola, por outro os diretores a interagir com outras instituições, nomeadamente a câmara municipal. No nosso trabalho vamos tentar perceber e classificar como são as relações entre o município e as escolas e como estas são vistas pelos seus protagonistas.

Alguns municípios dão grande importância à educação, sendo esta um fator de desenvolvimento (Cerca, 2008). Por essa razão vamos também averiguar a importância da educação para a câmara, visto que interfere na relação entre o município e as escolas. Esta intencionalidade educadora pode ser inferida pelo conjunto de atividades, programas, projetos e serviços proporcionados pelo município. Como podemos observar em Simões & Neto-Mendes, (2007)

“Essa participação não se cinge, como aliás aparece consignado na legislação, à educação meramente escolar, ou seja, as intervenções educativas das autarquias não se limitam à escola formal estendendo-se ao pré-escolar e ao extraescolar”. (Simões & Neto-Mendes, 2007)

Os mesmos autores referem ainda:

“Impõe-se, assim, a passagem de um município executor das políticas educativas do Estado central para um município actor e dinamizador de políticas educativas locais.”

As escolas não “vivem” isoladas da sociedade, precisam de ter inter-relações com várias outras instituições. Este trabalho também pretende averiguar se existem interações com outras entidades que desenvolvem a sua atividade na educação.

A partir destas ideias formulou-se uma questão de partida:

“No momento atual em que se discute e se legisla no domínio da transferência de competências para as autarquias, nomeadamente as Câmaras Municipais, como se caracteriza a relação município-escola, na perspetiva dos seus responsáveis?”

Definido o objeto de estudo, estipulamos os objetivos que pretendemos alcançar.

- Caracterizar a relação entre as escolas e o município na perspetiva dos seus responsáveis;
- Conhecer como as intervenções da autarquia são percecionadas pelos seus dirigentes;
- Conhecer como o responsável autarca pelo pelouro da Educação perceciona as ações da escola;
- Conhecer qual o grau de envolvimento dos responsáveis escolares na elaboração de documentos concelhios na área da educação;
- Conhecer como é vista a participação das escolas nas atividades promovidas pela câmara municipal;
- Conhecer a importância da educação, no sentido lato, para o município;
- Conhecer a relação das escolas e do município com outras entidades parceiras na educação.

Os referenciais teóricos por nós apresentados serviram de suporte para contextualizar, compreender, clarificar, analisar e interpretar a relação entre as escolas e o município, a sua importância para uma intervenção estratégica na área da Educação formal e não formal e os parceiros do município e das escolas.

O trabalho foi dividido em três capítulos:

No primeiro capítulo, denominado de “*Enquadramento teórico*”, fizemos a contextualização teórica do estudo. Fizemos uma revisão da literatura sobre a problemática da centralização e descentralização na gestão das escolas. Muitas das políticas decididas no presente são resultado das opções do passado. Como tal, para melhor compreendermos a situação atual, fizemos um breve enquadramento histórico sobre os municípios e a educação. Ainda neste capítulo debruçamo-nos sobre as políticas locais de Educação, nas quais destacamos a transferência de competências para as autarquias, o estudo do local em educação, o poder local e a educação, atividades de enriquecimento curricular, a carta educativa municipal e cidades educadoras.

No segundo capítulo, “*Fundamentação e procedimentos metodológicos*”, descrevemos os procedimentos metodológicos. Identificamos e justificamos a problemática a investigar, apresentamos a questão central de partida e as sub-questões que lhe estão associadas. Expusemos as opções e objetivos da investigação. Demos a conhecer o tipo de investigação. Apresentamos as técnicas e instrumentos de recolha e de tratamento de dados, destacando a recolha documental, a entrevista e a análise de conteúdo. Caracterizamos ainda os sujeitos participantes da investigação.

No capítulo três, “*Descrição, apresentação e análise dos resultados*”, dividimo-lo em três subcapítulos. No início fazemos uma breve caracterização do município em termos humano, económico e físico. No segundo subcapítulo, a apresentação do trabalho e a forma como foi desenvolvido. O terceiro subcapítulo “*apresentação, análise e discussão dos resultados*”, por razões que se prendem com a facilidade de análise, dividimo-lo em três grupos. Neste subcapítulo apresentamos, examinamos e discutimos os resultados obtidos, mediante aplicação de uma análise de conteúdo às cinco entrevistas semiestruturadas, às atas das reuniões de câmara e aos boletins municipais. Triangulámos os resultados para melhor responder às questões iniciais.

Ao longo deste subcapítulo fomos fazendo algumas considerações, problematizando criticamente os dados apresentados com os temas abordados ao longo dos outros capítulos.

Ao apresentar este trabalho temos consciência das limitações que lhe estão associadas. Este trabalho pode ser considerado exploratório e suscetível de aprofundamento. Ou seja, estamos conscientes de que esta realidade é una, com um tempo, um espaço e um contexto específicos e salientamos, por isso, que as conclusões agora apresentadas dizem respeito somente a esta realidade. Este estudo poderá servir sobretudo para aumentar o grau de compreensão sobre a inter-relação das autarquias com as escolas.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Centralização e Descentralização na gestão das escolas

A gestão escolar pode assumir vários formatos que dependem da forma como o estado se organiza, ou seja depende da transferência de poderes e de competências para outras instituições. Mediante a forma como são repartidas as responsabilidades entre os intervenientes podemos ter sistemas centralizados, desconcentrados, descentralizados ou autónomos. Apesar de alguma semelhança existem grandes diferenças entre estes conceitos.

A **centralização** corresponde à concentração do poder de decisão das estruturas de topo da administração do estado, ou seja, uma autoridade global que regula e preside às atividades de todas as unidades do sistema integrado. É caracterizado pela existência de uma estrutura hierárquica vertical, onde as estruturas locais do Estado se limitam a executar as ordens e instruções recebidas dos serviços centrais. Há um homogeneizar de métodos e regras, programas e objetivos, que tem em vista proporcionar uma aprendizagem de saberes iguais em todo o país. O objetivo é criar comportamentos semelhantes em todo o território, diminuindo atuações particulares ou divergentes. Neste tipo de organização administrativa, o poder de decisão e as funções de definição e planificação do sistema educativo estão centradas no Ministério limitando-se os outros serviços, como por exemplo as escolas, a cumprir. Os órgãos de gestão das escolas estão na dependência hierárquica do poder central (Ministério), perante quem respondem. (Silva, 2006)

Esta forma de organização tem razões históricas, segundo Barreto (1995: 160):

“Precedem ou são contemporâneas da formação e da consolidação dos Estados nacionais e da expansão das doutrinas nacionalistas, em detrimento e à custa dos particularismos locais e regionais. Contrariam o espírito autárquico e as tradições comunitárias. Decorrem da democratização das

sociedades, no sentido do estabelecimento de princípios de cidadania, da igualdade entre os cidadãos, da liberdade do indivíduo e da ruptura dos vínculos pessoais e sociais. Coincidem, no tempo, com a instauração ou divulgação dos princípios democráticos e eleitorais aplicados aos sistemas políticos”.

Segundo Formosinho (2005) as vantagens da centralização são:

- Garantia da unidade de ação do estado;
- Racionalização da atividade administrativa;
- Maior impessoalidade das tomadas de decisão, isto é, a não influência nas decisões do conhecimento pessoal das pessoas a quem elas afetam;
- Soluções iguais para os mesmos problemas, ou seja, uniformidade;

O crescimento da máquina estatal veio evidenciar pontos negativos da centralização: é dispendioso, gera ineficácia e demora nas tomadas de decisão. “A multiplicidade dos problemas de uma sociedade cada vez mais complexa já não permite a sua resolução apenas através de decisões pré-feitas baseadas em tipificações da realidade.” (Formosinho, 2005)

A **desconcentração** é meramente um processo de transferir competências, geralmente executivas e administrativas, de um órgão da administração central do Estado para outros órgãos sob a sua dependência:

“É um processo de repartição de competências dentro do tipo de administração estatal directa”.

(Formosinho, 2005)

Assim como acontece nos sistemas de organização centralizada, também nestes os poderes de decisão política, legislativa e jurídica estão concentrados a nível central mantendo-se a estrutura hierárquica. A delegação de competências é limitada e os poderes são delegados, logo, são restritos. Estes poderes são delegados pelo próprio e não por força da lei, pelo que podem ser removidos ou alterados em qualquer momento. A desconcentração pode ser feita de duas formas: territorial ou geográfica e técnica ou institucional. No sistema educativo português, as Direções Regionais de Educação são

órgãos desconcentrados no âmbito territorial, enquanto a Direção Geral dos Recursos Humanos da Educação é um exemplo de uma desconcentração técnica. Quer num caso quer no outro, foram alvo de transferência de funções, no entanto, continuam órgãos hierarquicamente dependentes do Ministério da Educação. (Silva, 2006)

O processo de descentralização é precedido por ações de desconcentração. Sendo comum a administração central chamar descentralização a meras ações de desconcentração.

A **descentralização** consiste na transferência de competências do Estado para entidades independentes do Estado e com poderes de decisão autónomos, nomeadamente as autarquias locais. Esta caracteriza-se pela cedência de poderes a organizações administrativas independentes não subordinadas hierarquicamente. Estas organizações podem ser de âmbito territorial (por exemplo os municípios) ou pela partilha de interesses e objetivos comuns como por exemplo os institutos públicos. (Silva, 2006)

Apesar da desconcentração e da descentralização parecerem semelhantes, existem grandes diferenças entre estes conceitos. Formosinho (2005) refere que

“A desconcentração territorial baseia-se sobretudo em razões de eficácia, enquanto a descentralização territorial acresce a estas a representação e realização dos interesses da comunidade regional ou local.”

A **autonomia** consiste na autorregulação, no autogoverno e no poder ou seja, é a capacidade de uma comunidade para tomar decisões e de se gerir. Esta é um conceito mais abrangente que a descentralização, não consiste na delegação do poder central para o poder local ou regional, nem numa concessão política, pressupõe competência para fazer opções e para decidir. (Silva, 2006)

Cada vez mais se defende a autonomia das escolas, devendo a administração local ter um papel preponderante e bem definido na sua construção. Segundo Simões e Neto Mendes (2007) será necessário analisar e repensar as dinâmicas locais questionando o tipo de organização escolar que poderá melhorar o processo educativo, a autonomia e os mecanismos de responsabilização que devem ser postos em prática nas escolas e o

envolvimento das comunidades locais com o intuito de promover a qualidade e a equidade da educação.

Um receio expresso por vários agentes educativos é o de poder haver a tentação, por parte das autarquias, em se transformarem em novos ministérios, gerando uma recentralização das políticas educativas a nível municipal, colocando em risco a construção da autonomia da escola. A escola tem de afirmar a sua capacidade de autonomia:

“Esta busca de sentido para a escola só pode ser atingida se se desenvolver a sua autonomia, o que obriga a uma profunda mudança, política, cultural, organizativa e pedagógica”

(Barroso, 1999)

Também o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, Decreto-Lei 115-A/98 de 4 de Maio, alterado posteriormente pela Lei nº 24/99 de 22 de Abril, preconiza a descentralização e o reforço da autonomia das escolas, com vista à democratização, à igualdade de oportunidades e à qualidade do serviço público de educação. O Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, deixa de referir a descentralização mas põe a tónica na autonomia das escolas/agrupamentos de escolas. Para isso, é criada a figura de diretor com poderes mais alargados em relação aos anteriores Conselhos Executivos:

“Ao director é confiada a gestão administrativa, financeira e pedagógica, assumindo, para o efeito, a presidência do conselho pedagógico. Exercendo também competências no domínio da gestão pedagógica, sem as quais estaria sempre diminuído nas suas funções, ...

No sentido de reforçar a liderança da escola e de conferir maior eficácia, mas também mais responsabilidade ao director, é-lhe conferido o poder de designar os responsáveis pelos departamentos curriculares, principais estruturas de coordenação e supervisão pedagógica.”

(Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril)

Este Decreto-Lei cria o órgão de direção estratégica designado de Conselho Geral o qual tem poder para eleger e destituir o Diretor, consequentemente tem de prestar contas. A este órgão cabe a aprovação do regulamento interno, elaboração do projeto educativo e do plano de atividades e acompanhar a sua concretização.

O Conselho Geral passou a ser uma organização onde se confrontam interesses antagónicos da comunidade, dos pais, dos professores, dos alunos, do pessoal não docente e das autarquias locais, todos com direito a voto:

“Em primeiro lugar, trata-se de reforçar a participação das famílias e comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino. É indispensável promover a abertura das escolas ao exterior e a sua integração nas comunidades locais. Para tanto, torna-se necessário assegurar não apenas os direitos de participação dos agentes do processo educativo, designadamente do pessoal docente, mas também a efectiva capacidade de intervenção de todos os que mantêm um interesse legítimo na actividade e na vida de cada escola. Uma tal intervenção constitui também um primeiro nível, mais directo e imediato, de prestação de contas da escola relativamente àqueles que serve.”

(Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril)

Este decreto apela a uma participação efetiva de todos, pois nenhum dos corpos ou grupos tem a maioria dos lugares.

Neste documento a autonomia concedida à escola, possui poder de se auto-organizar. Cria apenas os departamentos curriculares com assento no conselho pedagógico e os cargos de acompanhamento de alunos. Limita, por razões de funcionalidade, o número de membros do conselho pedagógico. Ficando a escola com a faculdade de se organizar, criar estruturas e de as fazer representar no referido conselho.

Desde o século XIX que as concepções duplas de estado/sociedade (civil), centralização/descentralização e global/local têm conduzido o debate sobre a gestão local e a autonomia das escolas, polarizado à volta de duas alternativas: a administração centralizada, planificada e hierarquizada e o mercado descentralizado, concorrencial e autónomo (Barroso, 2003); neste último quadro de referência, os professores são vistos como complacentes e exclusivamente motivados por interesses próprios, e as escolas como

burocracias de controlo, ineficientes e ingovernáveis. Na realidade, estes serão os dois extremos de um conjunto de modelos possíveis de serem adotados (Barroso, 2003).

Ao longo de muitas décadas, forças políticas das várias correntes doutrinárias defenderam a centralidade e a unificação. A maioria dos partidos políticos de quase todos os países ocidentais defendeu e reforçou a centralidade do sistema de instrução. Esta atitude deveu-se, por um lado, a preocupações decorrentes do nacionalismo e dos programas de integração nacional, por outro, pela crença de que os governos além de serem responsáveis pela formação técnica e cultural, são também responsáveis pela formação moral e cívica dos cidadãos.

Desde os finais do século XVIII até ao fim do século XX, houve um caminhar no sentido da centralização e da unificação da educação. Tudo foi uniformizado desde os *Curricula*, programas, métodos, disciplina, manuais, calendário, horários, até aos sinais exteriores, símbolos, etiqueta, estética e rituais. Nada escapou.

A centralidade era também defendida pelos professores, suas associações e sindicatos. As suas reivindicações foram diferentes conforme os tempos, os regimes políticos e as circunstâncias concretas. Mas o que as suas ações preconizavam, no essencial, era a unidade e a centralidade. Os sindicatos opõem-se à diversidade e à descentralização pois consideram-na uma ameaça. É mais fácil “atacar” uma entidade – o estado - pois permite uma maior concentração de meios do que dispersá-los por várias instituições. O facto de o ensino estar estatizado pode aumentar o poder negocial dos professores pelo facto de ser mais permissivo a argumentações eleitorais e mais mediático. Tem sido entendido pelos professores que a criação de uma carreira docente com segurança e garantia de emprego é o corolário da unidade do sistema. Outra argumentação em prol da homogeneidade do sistema é que permite a mobilidade dos professores entre escolas e regiões mantendo os direitos consagrados na carreira. Acresce a isso que os docentes nunca viram com bons olhos a sua dependência funcional e contratual com outras entidades que não o estado central.

Muitos professores, apesar das alterações legislativas do Decreto-Lei 75/2008 de 22 de Abril, continuam divididos entre a possibilidade de um acréscimo de recursos fornecido por um poder mais próximo do local de intervenção e a possibilidade de uma “intromissão” das autoridades locais nos assuntos internos da escola. Tem-se verificado uma crescente

abertura do corpo docente à colaboração externa, incluindo o município, quer devido exclusivamente um acréscimo de recursos materiais, quer numa perspectiva mais aberta, a uma maior participação no projeto educativo da escola. No entanto, ainda se verifica alguma resistência por parte de alguns professores e de algumas organizações sindicais à participação das autarquias, admitindo, quando muito, que possam participar em órgãos com carácter meramente consultivo.

Existe um clima de desconfiança mais ou menos latente, nas relações entre governo, autarquia e escola sobretudo após o Decreto-Lei n.º 115-A/98 e amplificado com o Decreto-Lei n.º 75/2008, em que o Estado é acusado de pretender desresponsabilizar-se, canalizando para a escola e para as autarquias a responsabilidade de eventuais insucessos. Para evitar que a descentralização seja decretada mas não praticada, considerando a complexidade das matérias educacionais e a tradição centralista de um Estado omnipresente e hiperregulador o governo está a adotar políticas graduais, conducentes a uma descentralização sustentada, acordada, negociada e reconhecida pelos diversos atores. Ou seja, em vez de descentralizar por decreto o estado está a negociar transferência de competências para as autarquias que estão disponíveis para negociar. Assim o sucesso da descentralização passará sempre pelo sucesso das relações, imprescindível para uma conveniente definição, construção e apropriação de uma política educativa local.

A descentralização não aparece por acaso, deve-se antes ao aumento da complexidade do estado, de uma maneira geral e da educação em particular. Esta tem levado a uma dificuldade crescente do assumir das responsabilidades por tudo o que se passa nos estabelecimentos de ensino. A proximidade dos problemas do poder local constitui, em grande parte das situações, uma melhor e mais adequada resposta.

1.2. Os municípios portugueses e a educação: breve enquadramento histórico

Os municípios portugueses receberam pela primeira a transferências de responsabilidades em matéria de educação em 1820 e por via legislativa. Mas apenas uma década depois é que as câmaras faziam a administração e gestão do ensino primário nomeadamente o pagamento aos professores. Em 1878, Rodrigues Sampaio transferiu para os municípios mais algumas competências no domínio do ensino primário. Essas alterações vieram numa altura em que alguns escritores criavam uma imagem do município como um espaço povoado por uma população boçal e analfabeta governada por uns caciques medíocres e incultos que manipulavam as eleições ao serviço da sua carreira política ou das clientelas dos partidos no poder (Fernandes, 1998). Um dos mais acérrimos defensores do centralismo foi Almeida Garrett, sendo partidário do centralismo administrativo na organização do sistema educativo e da administração do ensino (Fernandes, 1992). Também o corpo docente se manifestou de forma efusiva contra a descentralização. O Código Administrativo de 1896 vem novamente centralizar a administração, perdendo os municípios algumas competências. O advento da República conduziu à uma nova reforma: Reforma do Ensino Infantil, Primário e Normal, no entanto, esta não inverteu as tendências centralizadoras, tendo contribuído para isso a forte reação de protesto dos professores.

Essa relutância por parte dos docentes e dos literatos para com a descentralização para os municípios tem a ver com o funcionamento destes no século XIX, na I República e no Estado Novo e as suas implicações nas políticas educativas.

Os concelhos eram constituídos por duas estruturas diferentes: a câmara municipal e o administrador. A câmara era um órgão colegial eleito por voto censitário, ou seja, eram excluídos os menores de 21 anos, as mulheres, os analfabetos e os que não possuíam certo nível de rendimentos (Fernandes, 1998). O administrador do concelho era nomeado pelo governo e competia-lhe gerir o quotidiano municipal e fiscalizar as deliberações do órgão eleito. Dependia hierarquicamente do governador civil (Fernandes, 1998).

Durante o Estado Novo a função do administrador foi substituída pela de presidente da câmara que era nomeado centralmente, ou seja o poder municipal ficou ainda mais centralizando.

As competências municipais eram irrisórias, limitando-se a pouco mais do que conceder licenças e passar atestados e certidões (Fernandes, 1998). Os recursos económicos também eram muito escassos e por essa razão os encargos com a construção e reparação as escolas, a habitação dos professores e as demais despesas de manutenção ficavam quase sempre por cumprir. O fraco investimento na educação por parte do estado central deve-se a razões políticas e não só económicas. E não foi só o Estado Novo, que inicialmente até era contrário, mas também no Estado Liberal e até mesmo os republicanos que pouco investiram na educação popular. O fraco investimento na educação não era devido à baixa cultura dos eleitos locais, como por vezes eram acusados, mas por falta de recursos e sobretudo por razões políticas. O que é certo é que o município liberal, republicano ou salazarista nunca passou de uma extensão local do Estado e a escola como um serviço desse mesmo Estado, não se podendo nunca assacar à incultura municipal, mas sim à falta de recursos e de vontade política do Estado Central, a falta de investimentos na educação (Fernandes, 1999).

Os municípios portugueses, antes do 25 de Abril, encontravam-se depauperados em meios económicos. A instauração do regime democrático, a aprovação de uma nova Constituição (1976) e a Lei das Finanças Locais contribuíram para a criação de um novo enquadramento do município na organização política do país, estabeleceram as novas condições para a afirmação do poder local autónomo (Neto-Mendes, 2007). Só que as carências em infraestruturas e serviços básicos eram enormes e a falta de quadros técnicos municipais levaram a que o investimento na educação não fosse muito elevado. De qualquer forma, o 25 de Abril trouxe um incremento significativo da participação municipal na educação, escolar e não escolar. Os municípios, passaram a dispor de mais recursos, mais próximos das populações e com maior visibilidade e responsabilidade democrática, passaram a desenvolver atividades educativas, apoiando as escolas ou de uma maneira mais autónoma, mas com a sua colaboração, revelando-se como uma das áreas de intervenção que mais diferença fez relativamente ao regime anterior e que exigiu a implementação de serviços municipais de educação. Este investimento dos municípios na educação resultou da nova situação criada pelo 25 de Abril e não propriamente da definição de novas competências na lei.

Só em 1984 se concretizou a transferência de novas atribuições educativas para as câmaras municipais as quais se centraram em financiamentos para a educação pré-escolar,

básica e de adultos, ação social escolar, ocupação de tempos livres, desporto e cultura (Decreto-Lei, 77/84, de 8 de Março). Mas, antes disso, já as mesmas tinham iniciado um enorme esforço nesse domínio, pressionadas, aliás, pelos seus munícipes e eleitos locais. Para fazer face aos investimentos necessários ao exercício destas competências municipais, o diploma previa a transferência de recursos financeiros através do Orçamento de Estado, estabelecendo um período transitório de aplicação e ainda, apoio técnico governamental. No entanto os pressupostos enunciados não se concretizaram, implicando este diploma consideráveis despesas municipais em matérias educativas pelo que resultou na criação ou ampliação dos serviços municipais de educação. Esta legislação pouco veio acrescentar ao que já vinha sendo feito pelas autarquias alterando apenas ao nível de financiamentos. De acordo com Fernandes (1995), terá havido mesmo uma utilização perversa do sistema democrático, ao aproveitar-se a sensibilidade e a proximidade dos eleitos locais relativamente aos eleitores para, com poucos poderes e recursos, serem pressionados a responder às grandes carências educativas que se sentiam. Em termos políticos, a nova legislação nada alterou relativamente ao Estado Novo, continuando a autarquia a ser um mero contribuinte de fundos para a educação, sem qualquer direito de participação na sua administração, embora já no âmbito de um estado democrático e constitucionalmente descentralizado (Fernandes, 1995). As competências estavam centradas na administração central enquanto os encargos financeiros eram do município. Fernandes (1999) refere que a desvalorização normativa do município relativamente à educação está relacionada com a forte centralização do sistema educativo português e a representação depreciativa e caciqueira, originária dos escritores do século passado, de que os autarcas ainda não se livraram totalmente. As competências dos municípios incidem, entre outras coisas, sobre a construção ou recuperação de edifícios para a educação pré-escolar e primária, equipamentos e materiais escolares, apoios à educação de adultos, atividades de ocupação de tempos livres, bibliotecas municipais, cursos de formação e alfabetização de adultos.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, promulgada em 1986, não foi tão longe quanto o esperado em relação à participação das autarquias. Fernandes (1995) é da opinião que o facto de não se pronunciar diretamente sobre a intervenção das autarquias no sistema de ensino regular não é uma omissão sem significado, pois reduz a autarquia a um mero recurso, ao mesmo nível de outras entidades privadas, e não como parceiro, como seria de esperar. Podemos entender esta situação como uma desconfiança quanto às capacidades

das autarquias na educação, mantendo o modelo centralizado e o paradigma do Estado Educador. A indefinição legislativa na partilha de competências entre as administrações central e local em matéria de educação tem sido, efetivamente, bloqueadora de várias dinâmicas locais.

Apesar do que foi referido, a partir da publicação da Lei de Bases do sistema Educativo (LBSE), em 1986, o município é visto como parceiro privado com uma função complementar em relação ao sistema educativo público. Em algumas áreas em que o sistema público apresentava deficiências, ao município foram-lhe reconhecidas algumas funções educativas nomeadamente na educação pré-escolar, formação profissional, educação especial, ocupação de tempos livres, entre outras. Segundo Neto-Mendes (2007) surgem nesta altura uma dinâmica de reforma do sistema educativo, destacando-se a Comissão de Reforma do Sistema Educativo, o qual concede ao poder local municipal um papel mais interventivo na educação. É desta altura a proposta de criação de um Conselho Local de Educação (CRSE, 1988), que aparecerá contemplada na legislação anos mais tarde. Estas mudanças legislativas consagraram também os municípios como parceiros sociais na definição e gestão da política educativa nacional e local. Esta participação é feita através da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Consultivo das escolas básicas e secundárias (Neto-Mendes, 2007)

Em 1989 são criadas as escolas profissionais e artísticas de nível secundário, apoiadas por fundos comunitários, oportunidade que as autarquias aproveitam para participar em parcerias e, em muitos casos, serem até os principais promotores.

Em suma podemos dizer que o Poder Local passa a ter uma intervenção cada vez maior na ação educativa ao liderar e planear políticas educativas locais mais ou menos explícitas, ao apoiar os estabelecimentos de ensino, ao implementar ou coadjuvar a concretização de diversos projetos de parceria, ao investir em técnicos, equipamentos e infraestruturas. Deste modo, tentam superar um conjunto variado de situações deficitárias que o sistema educativo apresenta (Baixinho, 2009).

A partir de 1995, o município é reconhecido como um participante público na promoção e coordenação de algumas políticas que reforçam o papel do município parceiro educativo local. A Lei-quadro da Educação Pré-Escolar, em 1997, integrou na rede pública

os estabelecimentos de educação pré-escolar a funcionar na dependência direta das autarquias. Outro documento importante é o Decreto-Lei n.º 115-A/98 que atribui novas competências às autarquias, associadas à gestão do sistema educativo local, a saber: (i) a participação generalizada na assembleia de escola, órgão de direção das escolas e dos agrupamentos de escolas, (ii) a intervenção no processo de constituição dos agrupamentos de escolas, (iii) a criação dos conselhos locais de educação e (iv) intervenção nos contratos de autonomia das escolas e agrupamentos de escolas. Segundo Fernandes (2000), os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) terão dado início à formulação de uma política educativa local e terão sido a primeira política de territorialização educativa em Portugal. Os Conselhos Locais da Educação (CLE) deram-lhe ênfase e é assumido, pela primeira vez, que o município tem um papel na gestão de uma política educativa local.

Com a publicação do Decreto-lei n.º 75/2008, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, a câmara passa a ter assento no Conselho Geral com direito a voto. Desta forma o município passou a ter uma palavra sobre as atividades, a gestão e até na nomeação do Diretor.

A transferência de competências para os municípios deixou de ser decretada de igual para todos. A descentralização é feita individualmente com cada município. Neto-Mendes (2007) refere que o município adquiriu um novo protagonismo, já não é apenas visto como promotor e coordenador local das políticas educativas centrais, mas como autor e intérprete das suas próprias políticas educativas, o que pode traduzir a assunção de um projeto educativo local a reclamar de todos a maior das atenções.

A aceitação sem grande contestação por parte dos docentes deve-se, entre outros fatores, à crescente presença de professores em cargos autárquicos, mais sensível nos concelhos de menor dimensão ou de maior interioridade. Por essa razão tem havido uma aproximação destas instituições permitindo estabelecer projetos de cooperação sem complexos.

1.3. Políticas Locais de Educação

O aparecimento de políticas globais tem levado, quase que como reação, ao surgimento de políticas locais, ou seja, em tempo de globalização o local ganha importância. O contexto de ação local, onde tudo se passa, ganha relevância significativa. Trata-se, em suma, de pensar globalmente e agir localmente. O aumento gradual dos poderes locais em matéria educativa tem vindo a tornar-se uma realidade. O aumento de competências na área da educação tem levado os municípios a um maior envolvimento e participação na administração das escolas, tornando-se um agente a ter em conta. Isto deve-se tanto à força das leis, como às dinâmicas desenvolvidas localmente em parceria com escolas e outras entidades ou instituições. O dinamismo local dos municípios, juntamente com as escolas e outros parceiros educativos está a conquistar progressivos espaços de autonomia deixados em aberto pelo imobilismo e rigidez da administração de ensino centralizada que ainda predomina (Fernandes, 1996).

O papel da escola, das suas finalidades, processos e soluções educativas no seio da sociedade atual, implica a sua abertura à comunidade, a diversificação de ações e soluções de acordo com as suas necessidades educativas, a criação de parcerias e a participação de diversos atores locais num sistema permanente de trocas, de maneira a construírem a sua identidade local.

A transferência de competências para as autarquias fundamenta-se no discurso da racionalização, o que é contraditório pois este é também o discurso da recentralização. Segundo Baixinho (2008), a territorialização das políticas educativas marca uma rutura ideológica e cultural com a tradição centralista e universalista e produz novas formas de articulação entre o nacional e o local. Apesar da mudança de um Estado-educador para um estado-regulador, a educação permanece um assunto do Estado.

Esse aspeto é referido por Rui Canário (1998) ao apresentar três pressupostos:

“i) “o carácter ingovernável dos sistemas educativos”, dada a sua complexidade, centralidade e grande dimensão, é a razão pela qual a administração central, pretendendo aliviar-se das suas funções, transferiu para o nível local a resolução de problemas e a gestão de contradições que ela

não conseguia assegurar; ii) “a difusão das funções da educação e da formação” e a ruptura do monopólio educativo e da hegemonia do “modo escolar”, no campo dos princípios e das práticas, fez emergir outros actores educativos; iii) “a «reabilitação» do local em termos de políticas de desenvolvimento integradas, baseadas na endogeneidade e na participação”, impõe a criação de sinergias entre os diferentes níveis, modalidades e parceiros educativos, numa perspectiva “ecológica” da educação (formal, não formal e informal), o que reforça o potencial educativo do espaço local, enquanto “meio ambiente” de uma aprendizagem permanente ao longo de toda a vida.”

O conceito de local é muito diversificado pois pode ser a escola, o agrupamento de escolas, o território de intervenção prioritária, a região, o município, a cidade ou até o bairro. Esta polissemia do conceito encontra-se presente tanto na letra e como no espírito das leis aprovadas desde os anos 90. Assim podemos dizer que o “local” é um conceito difuso e principalmente político. Insere-se em lógicas e objetivos distintos: por vezes, como introdução de uma lógica de mercado, ou seja, como porta de entrada para a privatização ou empresarialização da escola pública; outras vezes como resposta à ineficácia e ineficiência central, embora se mantenha uma estrutura centralizada (Silva, 2006). As políticas locais contextualizam e adaptam os processos educativos e as políticas nacionais e supranacionais, tendo o cuidado de respeitar e integrar as especificidades locais. Isto conduz a um processo de participação e implicação de todos os atores na procura do bem comum integrado e decorrentes das grandes metas nacionais.

Podemos dizer que “o estudo do local em educação” não pode circunscrever-se à esfera escolar, na medida em que a “educação” não é apenas a “escola”. E, tal como a educação não é apenas a escola, também o “local” não é apenas o “lugar”, sendo necessário ter em conta o quadro de recomposições e de relações dialécticas entre o local e o global (Ferreira, 2003).

A intervenção das autarquias na educação é muito diversa apesar de no território continental o quadro legal ser o mesmo. Existindo competências regulamentadas pela

tutela, a operacionalização das mesmas divergir de município para município (Simões & Neto-Mendes, 2007). Ou seja, apesar da legislação, a qualidade do ensino também depende da decisão política local, sendo a sensibilidade dos autarcas um elemento fundamental em todo este processo (Simões & Neto-Mendes, 2007).

Os diplomas legais que, ao longo dos anos, têm definido as regras da administração e gestão das escolas (decreto-lei n.º 769-A/76, decreto-lei n.º 172/91, decreto-lei n.º 115-A/98 e o Decreto-Lei n.º 75/2008), têm consagrado um aumento progressivo da participação do poder local na administração das escolas, atualmente com vários representantes no Conselho Geral, órgão de direção estratégico do atual regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário. A este órgão colegial de direção cabe a aprovação das regras fundamentais de funcionamento da escola (regulamento interno), as decisões estratégicas e de planeamento (projeto educativo, plano de atividades) e o acompanhamento da sua concretização (relatório anual de atividades). Além disso, confia-se a este órgão a capacidade de eleger e destituir o diretor, que por conseguinte lhe tem de prestar contas (preâmbulo do decreto-lei n.º 75/2008).

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, mais tarde alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, permite a definição de uma política educativa local, visto que, ao regulamentar os Conselhos Municipais de Educação (CME) e aprovar o processo de elaboração da Carta Educativa, pretende promover, em nível municipal, a coordenação da política educativa. No entanto, define por imposição legal a composição, presidência e distribuição dos membros do CME, deste modo, o Estado centraliza juridicamente e impõe uma normalização nacional para este órgão. Apesar de ser um órgão de coordenação e consulta, o CME tem competências para deliberar sobre várias matérias (art. 4.º). Por sua vez, verifica-se a participação de docentes em diversas estruturas de âmbito local, como é o caso do CME, da Rede Social e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, o que evidencia que as entidades locais assumem cada vez mais a importância da educação na promoção do desenvolvimento local, pois essas estruturas são da iniciativa da autarquia.

O município assume-se como agente educativo, como entidade politicamente credível e localmente sustentada e como catalisador das dinâmicas educativas do concelho (local), sendo-lhe atribuído o papel de coordenação do Conselho Municipal de Educação

(CME), no seio do qual é definida a Política Local de Educação (PLE). Concebendo o local como espaço privilegiado de promoção do desenvolvimento local e atendendo ao seu potencial educativo e à perspectiva ecológica da educação, a construção da PLE pressupõe a criação de dinâmicas e parcerias locais (Silva, 2006).

De acordo com a Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, as autarquias eram responsáveis pela construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico. Contudo, essa competência só se verificava a nível da educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico devido à falta de condições financeiras para realizar estas competências nos 2º e 3º ciclos. Com este diploma legal, fica clarificado que, ao nível dos 2º e 3º ciclos, os investimentos necessários concretizam-se através de contratos entre as autarquias e o Ministério da Educação (Cerca, 2008).

Até ao início de 2008, havia um grande número de municípios que exerciam competências para além das referidas na Lei nº 159/99, havendo municípios que intervinham em domínios cuja responsabilidade era da administração central. Outros atuavam em domínios totalmente estranhos às suas competências, verificando-se que a intervenção municipal na educação antecede muitas vezes a legislação. Neste sentido, verifica-se que os normativos legais aparecem *a posteriori*, quando determinadas competências já são exercidas, por vezes ilegalmente, por parte dos municípios (Barroso *et al.*, 2003).

O decreto-lei n.º 75/2008 veio trazer profundas mudanças tanto ao nível das competências educativas municipais, como ao nível da administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e ensino básico e secundário. Este regime de autonomia e gestão escolar criou uma nova organização escolar, em que o município passa a ter uma representação significativa no Conselho Geral, podendo essa competência ser delegada nas juntas de freguesia.

O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, estipula no seu artigo 2º o quadro de transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação nas seguintes áreas: Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar; Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico; Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do

ensino básico; Ação social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; Transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico. Apesar da transferência do pessoal não docente, as atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico; gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico estão dependentes da existência de carta educativa e da celebração de contratos de execução por cada município.

Neto-Mendes (2007) alerta para o comportamento político das câmaras municipais, que, após décadas de críticas à burocratização do poder central, ao défice de participação, à ignorância dos contextos, poder centralizar nos Paços do Concelho um poder semelhante ao exercido pelo estado central.

A transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação tem sido efetuada por pequenos passos. Um dos passos mais marcantes talvez tenha sido a atribuição das “Atividades de Enriquecimento Curricular”, para o 1º ciclo do ensino básico em 2006, antecedida pelo “Programa de Generalização do Ensino do Inglês” nos 3º e 4º anos do 1º ciclo do ensino básico em 2005. Mas nem tudo correu pelo melhor. Cada município aderente organizou estas atividades à sua maneira, se em alguns o processo decorreu com normalidade, noutros houve necessidade de grandes revisões nos procedimentos. Como refere Neto-Mendes (2007):

“... certos fenómenos experienciados em alguns municípios no campo das AEC’s mostram como a falta de recursos, a impreparação e o voluntarismo de alguns governos municipais podem promover soluções que aprofundam a precariedade e a descontinuidade do trabalho dos educadores e animadores subcontratados, o desenraizamento comunitário, o isolamento institucional e a dispersão dos diversos actores envolvidos no plano local.”

Estas transformações têm sido interpretadas como fazendo parte de uma tendência de “territorialização” e de “contratualização” das políticas públicas, da qual são exemplo as políticas de autonomia e gestão local da escola. Por influência desses temas (“territorialização” e “contratualização”), tem-se generalizado a utilização das noções de contrato, partenariado, parceria, projeto, território, etc., que passaram também a ser utilizados para descrever e analisar os problemas sociais e educativos. O mesmo acontece

no âmbito da formulação de políticas públicas e da definição de projetos e acções de intervenção ao nível local.

Barroso (1996) aponta como principais finalidades do processo de territorialização da educação:

1. contextualizar e localizar as políticas e a acção educativas, contrapondo à homogeneidade das normas e dos processos, com a heterogeneidade das formas e das situações;

2. conciliar interesses públicos (na busca do “bem comum” para o serviço educativo) e interesses privados (para a satisfação de interesses próprios dos alunos e suas famílias);

3. fazer com que na definição e execução das políticas educativas, a acção dos actores deixe de ser determinada por uma lógica de submissão, para passar a subordinar-se a uma lógica de implicação.

4. passar de uma relação de autoridade baseada no controlo “vertical”, monopolista e hierárquico do Estado, para uma relação negociada e contratual, baseada na desmultiplicação e “horizontalização” dos controlos (centrais e locais).

O mesmo autor (Barroso 1996) refere que uma territorialização da educação não deverá, nem poderá, colocar em causa o papel do Estado na criação de uma identidade nacional e de elemento integrador da coesão social no domínio da educação, mas deverá permitir que essa função do Estado se faça no respeito pelas identidades locais (e das suas autonomias) e em parceria com as comunidades locais.

A Carta Educativa Municipal, criada pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro e cuja elaboração é da responsabilidade da Câmara Municipal, é um dos documentos que permite a diferenciação entre atuações locais. A Carta Educativa Municipal, deve evitar ambiguidades e conflitualidades, deve ter uma leitura lúcida, politicamente consistente e tecnicamente rigorosa, das realidades sociais, dinâmicas e capacidade de intervenção dos atores sociais (Martins 2005).

Segundo o mesmo autor, a Carta Educativa enquanto compreensão da realidade possibilita conhecer:

- O que é que a escola está a tentar fazer;
- Como é que a escola está a fazer;
- Como é que a escola sabe o que está a ser;
- Como se processam as mudanças na escola;
- Qual a política interna para o sucesso;
- Qual a participação de elementos exteriores;
- Quais as estratégias de desenvolvimento duma cultura do saber, de uma escolaridade que vai para além da escola, a valorização pessoal da formação;

Também segundo o autor, a Carta Educativa permite:

- Conhecer as racionalidades, preocupações e dinâmicas da multiplicidade de outros agentes intervenientes no sistema educativo.
- Explicitar a procura, potencial e efetiva, de competências, a procura e a oferta, potencial e efetiva, de formação inicial e de aperfeiçoamento.
- Obter uma leitura de cada elemento e das relações entre os elementos dos sistemas educativo e de formação.
- Compreender a parte e o todo.

A carta Educativa tem duas componentes: a técnica e a política. Estas componentes não podem estar dissociadas uma da outra. Tem que haver uma leitura prospetiva da realidade que é integrada e globalizante sobre as problemáticas da educação e da formação. Desta forma o trabalho tem de ser realizado em conjuntos com os diversos intervenientes no processo.

Nas políticas locais de educação, ressalta ainda a que está relacionada com as cidades educadoras ou municípios educadores. Segundo a Carta das Cidades Educadoras,

A cidade educadora tem personalidade própria, integrada no país onde se situa é, por consequência, interdependente da do território do qual faz parte. É igualmente uma cidade que se relaciona com o seu meio envolvente, outros centros urbanos do seu território e cidades de outros países. O seu objectivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes. A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (económica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida.

(in Carta das cidades educadoras, 2004)

Machado (2004) interpreta que no conceito de cidade educadora “emerge a centralidade do município seja na organização, promoção e oferta de programas e serviços sociais, culturais e educativos, seja no apoio às várias iniciativas da sociedade civil nestes domínios, com vista ao estabelecimento de uma política local que concretize um projecto educativo global para a cidade.”

Segundo a mesma *Carta*, será *educadora* uma cidade ou município que assuma a função educadora com a mesma intencionalidade com que assume as suas funções tradicionais: “A cidade será educadora quando reconheça, exercite e desenvolva, para além das suas funções tradicionais (económica, social, política e de prestação de serviços) uma função educadora, quando assuma a intencionalidade e responsabilidade cujo objetivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças e pelos jovens”.

O movimento das cidades educadoras concebe que “todos os cidadãos e todas as instituições locais são solidariamente responsáveis pela educação de todos, jovens e adultos, num processo estrategicamente orientado para a expansão das potencialidades económicas, ecológicas e culturais do território e, consequentemente, para o aumento das condições de realização e felicidade dos seus habitantes”.

O conceito de Cidade Educadora tem que ver com o modelo organizativo local da oferta educativa, clarificando as funções dos vários intervenientes, das instituições, recursos e equipamentos. Este modelo organizativo permite a coordenação entre os diferentes grupos e entidades e um melhor aproveitamento dos recursos existentes, estando o papel dos municípios na educação centrado na relação entre as autarquias e as escolas.

CAPÍTULO 2. FUNDAMENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. Identificação e justificação do problema

A descentralização e a transferência de competências para as autarquias é um tema atual em que a sua concretização começa a ser uma exigência da própria Comunidade.

A publicação do Decreto-Lei n.º 7/2003 deu um importante impulso para a descentralização. Enquanto o Decreto-Lei n.º 144/2008 amplificou esse impulso ao permitir contratualizar com os municípios a transferência de mais competências, que até aqui eram da exclusividade do estado central. No entanto, nem todas as câmaras aceitaram esse contrato.

O Município pode e deve ter um papel importante nas questões da educação. Da parte de todos há a consciência da importância do nível local da administração escolar, constatando-se a emergência do município como um interventor educativo.

A descentralização e a autonomia são dois conceitos que não se podem dissociar do respeito pelas competências da Escola e do Município.

O aparecimento do município como uma entidade credível para realizar uma gestão descentralizada e coerente do sistema educativo e com a intenção de fomentar uma escola participada na qual os vários atores da comunidade sejam atuantes no processo educativo, serviu de cenário ao presente estudo.

A importância dos municípios na educação e a sua relação com as instituições educativas fez aparecer algumas questões:

- De que recursos humanos, materiais e financeiros dispõe a Câmara Municipal para intervir no campo educativo? Que conhecimento destes têm os responsáveis pelas instituições educativas?

- Que atividades/projetos são desenvolvidos pela Câmara Municipal no âmbito da educação? E qual é a participação das Escolas?
 - De que forma os responsáveis autárquicos do sector educativo e os representantes de escolas interpretam a intervenção da Câmara Municipal no âmbito educativo?
- Estas questões levaram à formulação de uma questão central:

No momento atual em que se discute e se legisla no domínio da transferência de competências para as autarquias, nomeadamente as Câmaras Municipais, como se caracteriza a relação escola - município, na perspetiva dos seus responsáveis?

Esta questão central foi a diretriz do presente trabalho.

2.2. Opções e objetivos de investigação

A questão central levou a formulação de uns objetivos para este trabalho:

- Caracterizar a relação entre as escolas e o município na perspetiva dos seus responsáveis;
- Conhecer como as intervenções da autarquia são percecionadas pela escola.
- Conhecer como o município perceciona as ações da escola.
- Conhecer qual o grau de envolvimento dos responsáveis escolares na elaboração documentos concelhios na área da educação.
- Conhecer como é vista a participação das escolas nas atividades promovidas pela câmara municipal.
- Conhecer a importância da educação, no sentido lato, para o município.
- Conhecer a relação das escolas e do município com outras entidades parceiras na educação.

Após estabelecer os objetivos, foi selecionada como população privilegiada um município que tenha contratualizado com o Ministério da Educação a transferência de competências de acordo com o Decreto-Lei n.º 144/2008. Definiu-se também o espaço

temporal em que se faria a análise documental. Assim foram analisados os documentos produzidos entre o início de 2008 e o fim de 2009.

Para evitar condicionar o resultado das entrevistas foi feita a opção pelo anonimato. Assim pelo facto do município se situar nas beiras foi-lhe atribuído a designação de Município B. No Concelho existem uma Escola Secundária, uma Escola Profissional e dois Agrupamentos de Escolas. Um dos Agrupamentos situa-se na sede de Concelho pelo que atribuímos a referência de “B”, o outro situa-se numa outra vila do Concelho pelo que foi referenciado por “A”.

2.3. Tipo de investigação

A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números. As metodologias qualitativas são flexíveis e particulares ao objeto de estudo. Evoluem ao longo da investigação e é esta flexibilidade que permite que haja uma análise mais aprofundada e mais detalhada dos dados. O investigador observa as pessoas e as interações entre elas, participando nas atividades, entrevistando pessoas, conduzindo histórias de vida ou estudos de casos e/ou analisando documentos já existentes. A grande maioria dos resultados escritos da investigação irão conter citações feitas com base nos dados para ilustrar e substanciar a apresentação. Os dados incluirão transcrições dos questionários e documentos pessoais.

Na sua busca de conhecimento, os investigadores qualitativos não reduzem as muitas páginas contendo narrativas e outros dados a símbolos numéricos. Tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto possível, a forma em que estes foram registados ou transcritos (Bogdan & Biklen 1991).

Uma teoria desenvolvida deste modo procede de "baixo para cima" (em vez de "cima para baixo"), com base em muitas peças individuais de informação recolhida que são interrelacionadas (Bogdan & Biklen 1991). Neste tipo de investigação não se sabe “*a priori*” a direção da teoria, esta só começa a surgir com a recolha de dados. Não é como um "puzzle", que apesar de termos que encaixar as várias peças, já conhecemos a figura final. Assemelha-se mais a um quadro de um pintor que se vai revelando a medida que se aproxima a sua conclusão. O processo de análise dos dados é como um funil, as coisas estão abertas no início e vão-se tornando mais fechadas e específicas no extremo. O investigador qualitativo planeia utilizar parte do estudo para perceber

quais são as questões mais importantes. Não presume que se sabe o suficiente para reconhecer as questões importantes antes de efetuar a investigação (Bogdan & Biklen 1991).

Desta forma a investigação que mais se adequa a este estudo parece ser a qualitativa, descritiva e interpretativa, visto que se pretende apenas conhecer a relação entre autarquias e escolas.

2.4. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Para a recolha de dados é necessário ter instrumentos, capazes de recolher todas as informações adequadas e pertinentes. Para esta investigação parece ser mais adequada uma pesquisa documental e uma observação indireta. Assim, além da consulta da legislação existente, recorreu-se às atas das reuniões de câmara e da assembleia municipal e aos boletins municipais.

A pesquisa documental serve para selecionar, tratar e interpretar informação bruta existente em suportes estáveis com vista a extrair algum sentido (Carmo & Ferreira, 1998).

Na observação indireta, o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação desejada. Ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção de informação. Esta não é recolhida diretamente, sendo portanto menos objetiva. Na realidade existem dois intermediários entre a informação procurada e a informação obtida: o sujeito, a quem o investigador pede que responda, e o instrumento, constituído pelas questões a colocar. Para que a informação obtida não seja falseada, voluntariamente ou não, é necessário controlar estas duas fontes de deformação e de erros (Quivy & Campenhoudt, 1998). Devido à natureza do trabalho parece ser mais adequado uma entrevista semiestruturada, aos responsáveis autarcas pela educação e aos diretores das escolas.

2.4.1. A recolha documental

Inserida no processo de recolha de dados, a análise documental pode, segundo, Ketele & Roegiers (1999), apresentar formas muito diversas, dependendo do número e da

natureza dos documentos a analisar e do objeto e objetivos da investigação. Pardal & Correia (1995) salientam que *“o investigador, face à natureza do trabalho que desenvolve, tem à sua disposição, embora, por vezes, menos do que desejaria, diversos tipos de documentos: fontes históricas, arquivos oficiais e privados, documentos pessoais, estudos, imprensa, etc.”*.

A recolha documental foi umas das técnicas de investigação utilizada neste estudo. Pois esta permite ao investigador aceder a um conhecimento mais profundo e detalhado de determinadas realidades. Entendemos, assim, a análise documental como sendo uma *“técnica de recolha de informação necessária em qualquer investigação, o recurso a documentos é uma tarefa difícil e complexa que exige do investigador paciência e disciplina”* (Pardal & Correia, 1995), cujo principal objetivo é o tratamento da informação contida em diferentes documentos acumulados para posterior consulta e utilização (Bardin, 2000).

A utilização de documentos constitui um apoio útil à investigação, assim sendo como complemento ao nosso estudo consultámos e analisámos as atas das reuniões de câmara e da assembleia municipal de 2008 e de 2009. Para esse mesmo período foram analisados os boletins municipais.

Esta técnica permite ao investigador aceder a um conhecimento mais profundo e detalhado de determinadas realidades e, no contexto da problemática em estudo, caracterizou-se pela análise de documentos já referidos.

2.4.2. A entrevista

A entrevista é um método de recolha de dados especialmente indicado quando se pretende ter acesso aos pensamentos de um sujeito, recolhendo os seus testemunhos e as suas interpretações, respeitando os seus quadros de referência – a sua linguagem e as suas representações mentais (Bogdan e Biklen, 1994, Quivy e Campenhoudt, 1998).

Uma entrevista é uma conversa intencional, em que uma das pessoas, conduzindo ou não a conversa, tenta obter informação sobre a outra. Para Quivy & Campenhoudt (1998), é uma técnica de recolha de dados de larga utilização e adequada para ...

“... a análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc.”.

No fundo, uma entrevista é uma conversa que se estabelece com alguém, de forma intencional, com um objetivo pré estabelecido. Este diálogo obedece aos processos básicos da comunicação e da interação humana que lhe estão inerentes e possibilita o contacto direto entre o entrevistador e o entrevistado. Sendo um processo que permitir obter informações ricas e aprofundadas, a sua aplicação e o tratamento dos dados são processos demorados, isto inviabiliza a sua aplicação a amostras de considerada dimensão, pelo que, normalmente, o número de entrevistados no contexto de uma investigação deste género é restrito.

Em relação à estruturação, Pardal & Correia (1995), identificam dois tipos de entrevista – a entrevista estruturada e a entrevista não-estruturada. Apesar de, entre estes dois extremos, os autores consideram a existência de uma outra variante conhecida por entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada caracteriza-se pelo facto de não ser inteiramente livre e aberta e de não ter por base um referencial inflexível de perguntas previamente definidas. Numa entrevista semiestruturada, o investigador dispõe de uma série de questões guia, relativamente abertas, permitindo ao sujeito moldar o conteúdo dos tópicos que levanta acerca de determinado tema (Bogdan e Biklen, 1994), isto é, o investigador deixará andar o entrevistado para que este possa falar abertamente, como desejar e pela ordem que lhe convier, esforçando-se “simplesmente” por focar de novo a entrevista para os objetivos cada vez que o sujeito deles se afastar e por colocar as questões às quais o sujeito não chega por si próprio no momento mais apropriado e tanto quanto possível de forma natural (Quivy e Campenhoudt, 1998). Para a consecução de tal objetivo, o entrevistador deve ser paciente, bom ouvinte, por vezes inteligentemente crítico, e não autoritário, devendo contudo abster-se de aconselhar, julgar, discutir ou contra-argumentar. Importante também é intervir para ajudar e/ou clarificar evocando o implícito e “orientar” o discurso para aspetos esquecidos e/ou negligenciados.

Num guião de uma entrevista semiestruturada não é desejável, por razões ligadas aos objetivos da investigação, que o tipo de construção da entrevista transpareça através das

perguntas. Não estando rigorosamente reproduzida no guião a estrutura das hipóteses dos conceitos envolvidos, é objetivo do investigador enquanto entrevistador levar continuamente o sujeito a exprimir-se sobre os elementos desta estrutura sem porém lha revelar, deixando assim o campo aberto a respostas diferentes daquelas que teria podido explicitamente prever no seu trabalho de construção (Quivy e Campenhoudt, 1998). O papel do guião é assegurar, tanto quanto possível, a possibilidade de obter dados comparáveis entre os vários sujeitos.

O facto de se tratar de uma interação direta entre duas pessoas faz com que no ato de entrevistar se tenham de gerir três problemas em simultâneo (Carmo & Ferreira, 1998):

1. A influência do entrevistador no entrevistado;
2. As diferenças que existem entre entrevistador e entrevistado (idade, género e diferenças culturais);
3. A sobreposição de canais de comunicação (o entrevistador tem de ter em atenção a forma como coloca as questões e como as enquadra em termos não verbais).

Sabendo-se que são vários os tipos de entrevista (estruturada, não estruturada e semiestruturada) a opção por um determinado tipo deverá ser efetuada em função do objeto de estudo e das características da população-alvo a quem ela se destina (Pardal & Correia, 1995). No presente estudo foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. Dadas as suas características (flexibilidade, profundidade, possibilita esclarecimentos e outras adaptações) este tipo de entrevista pareceu-nos ser uma técnica ajustada aos objetivos do nosso estudo. Este tipo de guião justifica-se pelo facto de ser nosso propósito deixar aos entrevistados a possibilidade de amplificar, com espontaneidade, os temas propostos sem contudo perdermos de vista os objetivos previamente traçados.

2.4.3. Sujeitos participantes da investigação

No âmbito deste trabalho, foram entrevistados a Vereadora com Pelouro da Educação, os Diretores dos dois Agrupamentos de Escolas, o Diretor da Escola Secundária e o Diretor da Escola Profissional. Todas as entrevistas foram realizadas com gravador de fita magnética.

De acordo com Carmo & Ferreira (1998), todos os atores entrevistados revelaram-se informadores privilegiados e informadores qualificados, pois contactam e participam diretamente na realidade em estudo. Com a realização das entrevistas, para além da obtenção de informações dos sujeitos, pretendemos sobretudo a reflexão sobre as ações.

Os guiões das entrevistas foram elaborados a partir do suporte teórico desenvolvido e tendo em conta as questões e os objetivos inicialmente estipulados, havendo a intencionalidade de captar as perspetivas dos sujeitos através da prática discursiva direta. O primeiro guião a ser construído foi o que foi aplicado à Vereadora com o Pelouro da Educação. Os restantes foram adaptações necessárias uma vez que pretendíamos captar a perceção e perspetiva dos vários atores sobre aspetos e lógicas por eles explicitadas.

No quadro 1 apresenta-se uma caracterização dos entrevistados.

As entrevistas foram realizadas em Junho e Julho de 2010. Na altura das entrevistas, os dois Agrupamentos de Escolas e a Escola Secundária ainda eram entidades autónomas, mas estavam no processo de transformação em um só Agrupamento de Escolas (conhecidos como os mega agrupamentos).

Quadro 1 - Caracterização dos Entrevistados		
Atores Entrevistados	Área de formação Profissional - Experiência	Outros cargos já ocupados
Vereadora com o pelouro da Educação (Desempenha o cargo há 13 anos)	Licenciada em Economia	Diretora financeira; Coordenadora do curso de contabilidade;
Diretor do Agrupamento de Escolas A (Desempenha o cargo há 13 anos não sendo consecutivos)	Licenciado em Biologia	Presidente do Conselho Geral, vários cargos da escola, de turma, delgado, etc... Pertence à mesa da assembleia geral da associação de professores de biologia/geologia
Diretor do Agrupamento de Escolas B (Desempenha o cargo há 11 anos não sendo consecutivos)	Licenciado em professor do 1º ciclo	Juiz social para a comarca do Concelho B nomeado pelo Juiz conselheiro; Foi membro da assembleia de freguesia durante dois mandatos; Coordenador do projeto da

		APPACDM; Representante do ensino básico no conselho municipal da educação; Membro do conselho geral do sindicato dos professores da zona centro;
Diretor da Escola Secundária (Desempenha o cargo há 18 anos)	Licenciado em Filosofia, Pós-graduação em gestão e administração escolar	Vários cargos da escola, diretor de turma, delgado, etc... Vários cargos na Associação Nacional de Professores de Filosofia; Participou na constituição e esteve na direção da Associação de dirigentes escolares
Diretor da Escola Profissional (Desempenha o cargo há 20 anos)	Licenciado em Engenharia Mecânica; Especialização em manutenção hidráulica;	Cargos associados à prática letiva; Formador na área da hidráulica; Cargos associados à prática do basquetebol; Presidente da associação de Bombeiros; Vice - provedor da santa casa da misericórdia de B;

2.4.4. Tratamento da informação

Os resultados das entrevistas serão descritos qualitativamente e sujeitos a uma análise conteúdo, serão elaborados categorias de resposta.

A análise de conteúdo é definida como um método de pesquisa de múltiplas finalidades, desenvolvido especificamente para investigar um largo espectro de problemas nos quais o conteúdo da comunicação serve como base de inferência. O lugar ocupado pela análise de conteúdo na investigação social em geral e em educação em particular, é cada vez maior, nomeadamente porque oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade como por exemplo, os relatórios de entrevistas pouco diretivas (Quivy & Campenhoudt, 1998). Melhor do que qualquer outro método de trabalho, a

análise de conteúdo (ou pelo menos algumas das suas variantes) permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis. Os progressos dos métodos de análise de conteúdo foram certamente encorajados por esta preocupação conjunta e largamente partilhada de rigor e profundidade.

Quivy & Campenhoudt (1998) consideram que o método da entrevista, seguida de uma análise de conteúdo, é seguramente o que mais se utiliza em paralelo com os métodos de observação. A sua complementaridade permite, com efeito, efetuar um trabalho de investigação aprofundado, que, quando conduzido com a lucidez e as precauções necessárias, apresenta um grau de validade satisfatório. Os mesmos autores salientam que, entre outros, ao nível dos objetivos esta técnica permite a análise de estratégias, do que está em jogo num conflito, das componentes de uma situação problemática, das interpretações de um acontecimento, das reações latentes a uma decisão, do impacto de uma medida.

Após uma clara definição de objetivos e, adotou-se a metodologia de Pardal & Correia (1995), que considera as seguintes etapas:

- Seleção de categorias que viabilizem a quantificação dos dados observáveis;
- Estabelecimento de unidades de análise, elementos que, podendo apresentar-se sob várias formas, constituem a base da investigação, sempre que standardizados, caso a caso;
- Distribuição das unidades de análise pelas categorias ou quadros de análise, anteriormente selecionados.

Para a análise dos documentos e das entrevistas foi efetuada uma análise de conteúdo, na qual se definiram diversas categorias onde os conteúdos foram classificados. De acordo com Vala (2007), “a construção de um sistema de categorias pode ser feita *«a priori»* ou *«a posteriori»*, ou ainda através da combinação destes dois processos”. No presente estudo optou-se pela construção de um sistema de categorias *«a posteriori»*. Essas categorias serão exaustivas, exclusivas, objetivas e pertinentes.

CAPÍTULO 3. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO

3.1. Breve caracterização do município

O “município B” localiza-se no centro litoral de Portugal, inserido na Sub-região do Baixo Mondego (NUT III), que pertence à Região Centro (NUT II). Administrativamente subdivide-se em oito freguesias. Ocupa uma área pouco superior a 100 km².

Apresenta uma localização privilegiada no Centro Litoral entre as principais áreas urbanas dessa região, com as quais mantém fortes relações funcionais. Por outro lado, este Município insere-se num território (Centro Litoral) que apresenta uma forte dinâmica, quer em termos populacionais com acréscimos expressivos de população residente na década de noventa, quer económicos com predomínio de atividades terciárias e, no caso dos Municípios da Sub-região do Baixo Vouga, também industriais.

As características associadas ao quadro natural (solos e qualidade da água), a localização no seio de uma área industrial dinâmica e as relações funcionais que se observam entre os Municípios deste território litoral ajudam a compreender a evolução demográfica e económica recente, tal como mostram os dados do recenseamento da população relativos a 2001. Efetivamente, predominam as atividades relacionadas com os sectores terciários (57,4% dos ativos em 2001) e secundário (38,0%) no quadro de uma evolução demográfica expansiva, já que ocorreu um acréscimo populacional na última década de 10,1% considerando o Baixo Vouga (a evolução no Continente traduziu-se no mesmo período por uma evolução de apenas 5,3%). (in Carta Educativa)

Apresenta uma boa malha viária quer nacional quer municipal, tornando o acesso facilitado a todas as localidades do concelho. Em termos ferroviários é servida pela linha do Norte.

Em termos de atividades económicas predominam no sector primário as tradicionais atividades agropecuárias de produção de vinho e a criação de gado suíno e bovino, no

sector secundário as indústrias da alimentação, bebidas e de cerâmicas; no sector terciário o comércio e a restauração e alojamento.

O Concelho tem uma riqueza em património natural, em qualidade da água (termas e indústria das águas), em solos (vinhas e caves), ao que acresce, também, um património histórico-cultural rico e variado e de que são exemplo os múltiplos edifícios existentes no Município. Este quadro tem motivado a definição de estratégias de desenvolvimento de forma integrada para que possam tirar partido deste capital territorial de recursos e ativos específicos e, assim, atrair também os muitos visitantes.

Atualmente, e tendo como base o *site* do “Município B” ao nível do ensino e formação, o concelho encontra-se dotado de uma rede de estabelecimentos de ensino e formação que ministram desde o pré-escolar ao ensino secundário, passando pelo ensino profissional, a educação extraescolar e o recorrente.

Para enquadrarmos a temática em estudo e apercebermo-nos do processo de desenvolvimento da educação formal, da escola e dos números de algumas variáveis que andam à sua volta, apoiámo-nos nos dados do Gabinete de estatística e planeamento da educação – GEPE. Como para o nosso estudo não são relevantes, não foi feita uma análise destes dados, servem apenas como elemento de caracterização.

Os dados apresentados (Tabelas 1 e 2) fazem uma comparação entre o município em estudo e a sub-região do baixo Vouga, a região centro e o continente.

Tabela 1 - A escola e os números				
Retrato Geral	“Município B”	NUTS III	NUTS II	Continente
População residente em 31 de Dezembro de 2008	22215	400423	2383284	10135309
Alunos matriculados - Total	3 332	74 187	437 847	1 952 114
Crianças inscritas na educação pré-escolar	529	10 220	61 046	258 932
Alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico.	782	17 754	98 238	459 823
Alunos matriculados no 2º ciclo do ensino básico.	372	9 723	54 865	255 347
Alunos matriculados no 3º ciclo do ensino básico.	838	20 008	112 944	500 210
Alunos matriculados no ensino secundário	811	16 482	110 754	477 802
Docentes – Total	340	7 090	42 536	178 203
Educadores de infância	38	653	4 199	16 487
Professores do 1º ciclo	59	1 182	7 382	31 588
Professores do 2º ciclo	57	1 270	7 291	31 737

Professores do 3º ciclo e secundário	144	3 564	20 330	85 863
Professores da educação especial	17	195	1 188	4 013
Professores das escolas profissionais	25	226	2 146	8 515
Estabelecimentos – Total	34	573	3 684	11 514
Estabelecimentos de ensino público	28	459	3 101	8 859
Estabelecimentos de ensino privado	6	114	583	2 655

FONTES: GEPE/ME; Dados do ano letivo 2008/09. In www.gepe.min-edu.pt

Tabela 2 – Indicadores				
	“Município B”	NUTS III	NUTS II	Continente
Resultados Escolares – Taxas de retenção e desistência				
1.º Ciclo do ensino básico	2,8	3,7	3,2	3,4
2.º Ciclo do ensino básico	3,7	5,7	5,5	7,5
3.º Ciclo do ensino básico	13,1	11,8	11,9	13,8
Ensino secundário	16,4	18,6	18,3	18,7
Escolarização				
Taxa bruta de pré-escolarização	90,9	88,0	92,7	83,2
Taxa bruta de escolarização - Ensino básico	105,6	125,0	129,6	131,0
Taxa bruta de escolarização - Ensino secundário	117,9	125,0	151,6	149,2
Modernização Tecnológica				
Rácio aluno/computador	1,8	2,1	2,1	2,1
1.º Ciclo do ensino básico	1,3	1,1	1,1	1,1
2.º Ciclo do ensino básico	2,9	4,2	3,8	4,1
3.º Ciclo do ensino básico	2,4	4,2	3,9	4,1
Ensino secundário	1,8	4,2	3,7	3,9
Rácio aluno/computador com Internet	1,9	2,3	2,3	2,3
1.º Ciclo do ensino básico	1,3	1,1	1,1	1,1
2.º Ciclo do ensino básico	3,7	5,5	5,0	5,4
3.º Ciclo do ensino básico	2,8	5,4	4,9	5,3
Ensino secundário	1,8	5,1	4,5	4,6

FONTES: GEPE/ME; Dados do ano letivo 2008/09. In www.gepe.min-edu.pt

A escola não vive isolada do meio que a rodeia, mas está numa constante interação com este. Assim, o desenvolvimento socioeconómico da comunidade em que está inserida tem uma grande importância para a vida escolar, refletindo-se no sucesso escolar dos alunos. O desenvolvimento socioeconómico do Concelho também permite compreender

melhor a relação entre a autarquia e o meio escolar. Conhecendo as funções existentes no município, vai permitir ter uma melhor compreensão deste desenvolvimento socioeconómico, apesar de a maioria não estar diretamente ligada à educação. Para fazer uma caracterização mais ampla, são apresentadas no quadro 2 algumas funções existentes no Concelho.

Quadro 2 - Funções existentes no Concelho “Município B”, em 2002	
Energia e água	6 Posto de abastecimento de combustível, 2 Posto de abastecimento de GPL, todas as freguesias tem uma taxa de 91 a 100% da cobertura da rede de distribuição domiciliária de água e um controlo regular da qualidade da água.
Construção e Habitação	5 Agências imobiliárias e 13 gabinetes de projetos de construção civil.
Transportes e comunicações	2 Centrais de camionagem, 1 Rede de transportes local, 5 Praças de táxis, 4 estações ou apeadeiro ferroviário, 6 Postos ou estações de correios, 28 Postos de telefone público, 2 freguesias com TV e acesso à Internet por cabo, todas as freguesias com cobertura de redes de telemóveis, 3 escolas de condução.
Comércio	4 Freguesias com supermercado, 7 freguesias com minimercado, 7 freguesias com serviço de restauração, todas as freguesias dispõem de comércio de fruta, peixe e carne e produtos de charcutaria, 3 freguesias com loja de equipamento informático, todas as freguesias têm cabeleireiro ou barbeiro, todas as freguesias possuem lojas de vestuário e de eletrodomésticos, 5 freguesias com loja de calçado, 4 freguesias com loja de jornais e revistas, , 3 freguesias com livrarias, 5 freguesias com loja de artigos de desporto.
Equipamentos hoteleiros e apoio ao turismo	Cinco hotéis, 13 pensões, 3 motéis, 1 parque de campismo, 1 agência de viagem e um posto de turismo.
Infraestruturas de saúde	7 Centro de Saúde ou extensões, 7 farmácias, 9 consultórios médicos, 1 posto de enfermagem.
Infraestruturas de ação social	4 Creches, 5 lares de idosos, 9 centros de dia, 11 centros de atividades de tempos livres (ATL).
Equipamentos de cultura e lazer	3 Freguesia com sala espetáculos, de conferências ou congressos, 3 freguesias com biblioteca aberta ao público, 1 freguesias com Serviço de biblioteca itinerante, 2 freguesia com museus, 1 Cinema, 3 freguesias com Teatro, em todas as freguesias existem Clube Recreativo, associação desportiva.
Equipamentos desportivos	5 Piscinas (coberta ou descoberta), 23 campos de jogos, 6 pavilhões desportivos, 2 ginásios, 2 campos de ténis, 1 sala de squash.

Serviços públicos	1 repartição de finanças, 1 cartório notarial, 1 conservatória do registo civil, 1 conservatória do registo predial, 1 conservatória do registo comercial, 1 tribunal, 1 posto da GNR.
Ambiente	4 Freguesias com cobertura de 91 a 100% da rede pública de águas residuais, todas as freguesias com tratamento de águas residuais, todas as freguesias têm cobertura de 91 a 100% do sistema de recolha de lixo de recolha seletiva de lixo.

Quadro 3 - Fonte: INE, 2004, *O País em Números. Versão 2.0, Lisboa. (in Carta Educativa)*

O município revela um grande dinamismo social patente no grande número de associações diversas existentes no concelho. Algumas delas contribuindo para uma educação extraescolar, de que são exemplos as duas filarmónicas, um grupo coral, sete ranchos folclore, dois grupos teatrais, uma associação de jovens e três agrupamentos de escuteiros.

A câmara tem dotado o concelho com equipamentos de cultura, lazer e desportivos. O “município B” inaugurou recentemente o parque da cidade que dispõe de equipamentos desportivos variados e de lazer. A nível cultural, além de duas bibliotecas fixas, possui uma biblioteca itinerante que percorre semanalmente várias localidades da totalidade das freguesias. Tem ainda um cineteatro, com uma programação artística anual diversificada, que procura servir todos os públicos. O cineteatro serve ainda para outras manifestações culturais. No concelho existem ainda três museus.

Esta breve caracterização teve o intuito de enquadrar o objeto de estudo na população abrangida. Teve ainda a intenção de permitir o conhecimento ao nível das estruturas e dos atores envolvidos que ajude a compreender certas opções metodológicas.

3.2. Apresentação e desenvolvimento do trabalho

Atualmente existe uma discussão e tem-se legislado sobre a transferência de competências no domínio da educação para as autarquias, nomeadamente para as Câmaras Municipais, havendo algumas em que já está concretizado. Com estas transferências o município adquire maior protagonismo na gestão da educação, tornando o relacionamento

entre as escolas e as autarquias de grande importância. Neste cenário o relacionamento tem de ser constante e profícuo.

Este trabalho pretende caracterizar a relação entre estas duas entidades. Tentando perceber como as ações de uma entidade são percecionadas pelas outras e vice-versa.

Para tal elaborou-se uma questão de partida:

“No momento atual em que se discute e se legisla no domínio da transferência de competências para as autarquias, nomeadamente as Câmaras Municipais, como se caracteriza a relação escola-município, na perspetiva dos seus responsáveis?”

A partir desta estipularam-se objetivos:

- Caracterizar a relação entre as escolas e o município na perspetiva dos seus responsáveis;
- Conhecer como as intervenções da autarquia são percecionadas pela escola.
- Conhecer como o município perceciona as ações da escola.
- Conhecer qual o grau de envolvimento dos responsáveis escolares na elaboração documentos concelhios na área da educação.
- Conhecer como é vista a participação das escolas nas atividades promovidas pela câmara municipal.
- Conhecer a importância da educação, no sentido lato, para o município.
- Conhecer a relação das escolas e do município com outras entidades parceiras na educação.

Para atingir estes objetivos, foram analisadas todas as atas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal dos anos de 2008 e 2009. Foi também pesquisada a imprensa local e o boletim municipal. Foram ainda entrevistados a Senhora Vereadora com o pelouro da educação, os Senhores Diretores dos agrupamentos de escolas, da escola secundária e da escola profissional.

Referentes aos anos em estudo, não foi encontrado nada de relevante para o nosso trabalho na imprensa local. Também não foi encontrado nada que se enquadrasse no nosso estudo nas atas da Assembleia Municipal.

Para analisar as entrevistas, foram feitas várias leituras das mesmas para desta forma identificar as ideias dos nossos interlocutores. Foram definidos algumas categorias de análise para desta forma interpretar as opiniões expressas. Os discursos foram codificados permitindo uma análise mais fácil. A informação obtida através das categorias possibilitou uma análise descritiva e interpretativa.

Para realizar a análise das atas das reuniões da câmara e do boletim municipal, foram também definidas categorias de análise, o que permitiu organizar a informação para a nosso estudo.

As categorias de análise usadas nas entrevistas estão presentes no anexo 1, no anexo 2 estão presentes as categorias de análise das várias entrevistas. A análise às atas encontra-se no anexo 3. No anexo 4 encontram-se as entrevistas.

3.3. Apresentação, análise e discussão dos resultados

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, as transcrições das entrevistas, as análises de documentos e todas as outras informações disponíveis. A tarefa de análise implica, primeiramente, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes e posteriormente a reavaliação desses mesmos padrões e tendências no sentido de procurar relações e inferências num nível de abstração mais elevado.

Para analisar as entrevistas foi necessário ler várias vezes as suas transcrições, para desta forma melhor compreendermos os conteúdos expressos. A partir destas leituras foram definidas as categorias de análise, com as quais interpretamos as respostas dadas. Para uma interpretação mais fácil, foram feitos recortes das ideias mais significativas com os quais se fizeram inferências para desta forma facilitar a sua análise.

A análise documental consistiu na leitura de todas as atas das reuniões de câmara e da assembleia municipal, dos boletins municipal e foi ainda feita uma pesquisa nalguns jornais locais. Nos jornais a que se teve acesso não foram encontrados materiais pertinentes para o nosso estudo, o mesmo sucedeu com as atas da Assembleia Municipal. Em relação às atas das reuniões de câmara, na maioria não existia material relevante para o nosso estudo, pelo que foram eliminadas. Em relação às restantes foram criadas categorias de análise e procedeu-se de forma semelhante às entrevistas.

Para melhor discussão dos resultados agrupamos as diversas categorias em três conjuntos:

- Caracterização da relação entre as escolas e o município;
- Ações e perceções dos vários intervenientes;
- Elaboração documentos concelhios na área da educação.

A identificação dos recortes segue o seguinte critério: o Ex identifica a entrevista número x e o Ry identifica o recorte número y .

A análise às atas foi realizada da mesma forma. A identificação dos recortes segue o seguinte critério: o Ax identifica a ata número x e o Ry identifica o recorte número y .

3.3.1. Caracterização da relação entre as escolas e o município

Neste agrupamento encontram-se as categorias que nos permitem perceber a relação entre a escola e o município.

Categoria D - Conhecimento dos recursos disponibilizados

Nesta categoria pretendeu-se averiguar se havia conhecimento, por parte dos diretores de escolas, dos recursos municipais afetos à educação. Isto permite saber até que ponto há interesse nos assuntos municipais relacionados com a educação. Dois diretores não têm nenhum conhecimento das verbas atribuídas à educação, nem dos recursos empregues. Como se pode constatar no recortes seguintes:

“[...] o que se está a falar de números, de números concretos, de números de pessoas, de horas afetas ou de verbas afetas não, não tenho.” (E2R8)

“Eu tenho pouco conhecimento dos valores que a câmara poderá ter para apostar no campo educativo.” (E5R7)

Um dos diretores apesar de não ter conhecimentos dos recursos financeiros tem algum conhecimento sobre os recursos humanos disponíveis:

“ [...] recursos financeiros não sei quais são. Agora, tem técnicos responsáveis a nível da câmara e depois tem os colaboradores a nível da promoção das atividades de enriquecimento curricular e os vereadores do ambiente e da educação.” (E4R7)

O outro diretor tem conhecimento apenas de parte dos recursos, aqueles que estão protocolados entre o município e a tutela. Quanto à outra parte, desconhece por falta do fornecimento de informação:

“Temos algum conhecimento, não todo, [...] temos o conhecimento que nos é dado através dos protocolos assinados entre o município e a tutela nomeadamente os contratos de execução [...]” (E3R8)

“ [...] relativamente a outros não temos assim grande conhecimento porque [...] quem tutela o município [...] não dá conhecimento dessa [...] existência.” (E3R9)

A atribuição de verbas à educação pode contribuir para a realização de atividades nas escolas. No entanto, os diretores estão alheados deste assunto e o argumento da falta de informação não se deve colocar visto as contas serem públicas, logo facilmente acessíveis.

Este desinteresse mostra que ainda há muito para fazer na relação entre as escolas e o município.

Quanto ao município não quantifica os recursos, mas refere que a educação é prioritária:

“Se for a educação a necessitar pois e se nós não tivermos recursos suficientes vamos buscar aos outros para reforçar a educação.” (E1R9)

A interpretação que se faz é o município está disponível para contribuir com todos os recursos para a educação.

Categoria F - Representatividade no Conselho Municipal da Educação

Esta representatividade está bem definida na lei, no entanto, alguns municípios convidam outros elementos para participar. No município em estudo existia um conselho local de educação onde as escolas estavam representadas:

“[...]estavam conforme nós tínhamos decidido, porque nós fomos dos primeiros municípios a ter conselho local de educação. E foi nesse conselho local de educação que se decidiu pelos agrupamentos horizontais [...]” (E1R11)

Com o aparecimento do Decreto-Lei 7/2003, deixou de existir essa representação, mas a câmara decidiu manter os representantes das instituições como observadores:

“Com a legislação, com o 7/2003 tivemos que mudar. [...] E nós mudamos, só que os outros ficaram como observadores, nós temos o direito de o fazer. E como também não é um órgão deliberativo, é consultivo, isso quer dizer que, e também lhe digo que neste município também acabamos por

depois do 7/2003 de menosprezar, entre aspas, o conselho municipal de educação.” (E1R12)

“A câmara municipal [...] teve sempre o cuidado de convidar os presidentes dos Conselhos Executivos ou diretores das escolas para as reuniões [...]” (E2R13)

Por essa razão o Conselho Municipal da Educação deixou de ter o peso que o conselho local de educação tinha antes:

“Já não tem o peso que tinha por exemplo [...], o conselho local de educação que tínhamos antes. Mas todos participam os, aqueles que vem porque legalmente tem que vir, porque normalmente quem falta também são os organismo do estado. E os outros estão cá como observadores.” (E1R13)

Há quem ache que não há uma representatividade efetiva das instituições, a representatividade é parcelar e de acordo com a lei:

“No Conselho municipal da educação tem um representante do 1.º ciclo, tem um representante do pré-escolar e depois um representante do secundário e um representante da escola profissional.” (E3R13)

“Não, vamos lá ver, também o agrupamento em si não está representado, estão representados os professores, aliás na constituição do Conselho Local de Educação não constam os representantes das escolas, só constam representantes de professores.” (E4R10)

Neste último recorte (E4R10) verifica-se uma confusão entre os nomes dos dois órgãos, Conselho Local de Educação e Conselho Municipal de Educação.

Todos os entrevistados conhecem a lei que cria os Conselhos Municipais de Educação e as suas limitações. A câmara já tinha criado antes um Conselho Local de Educação no qual as instituições escolares tinham assento. Com a mudança as escolas deixaram de ter representação direta. No entanto, a câmara passou a convidar, como observadores, os responsáveis pelos estabelecimentos de ensino. Isto revela a importância que os responsáveis autárquicos atribuem às escolas. Podemos dizer a câmara reconhece a necessidade dos estabelecimentos para o aparecimento de projetos educativos locais. Tal como afirma Pinhal, (2005: 102), dado que as escolas são as principais organizações

educativas locais, o facto de não estarem representadas no Conselho Municipal de Educação enquanto organizações/instituições inviabiliza a emergência do projeto educativo local como resultado do trabalho conjunto das organizações educativas locais.

Categoria H – Opinião sobre a relação escola-município

Nesta categoria pretendemos averiguar qual é a opinião dos vários intervenientes sobre a relação entre a escola e o município. Todos os intervenientes consideraram que esta relação é muito boa. Isto pode ser observado nos seguintes recortes:

“[...] trabalhamos não só com cada agrupamento ou cada direção, mas trabalhamos com cada escola. E por isso a relação é mais forte, embora oficialmente a comunicação tenha que seguir o circuito necessário, informalmente nos falamos com todos e todos sentem a vontade em vir a câmara ou chamar a câmara para os seus projetos e muitas vezes para as suas pequenas preocupações.” (E1R17)

“[...] eu acho que a relação é mesmo muito boa.” (E2R17)

“Boa. Acho que realmente é uma boa relação.” (E3R18)

“As relações eram estreitas e mantiveram-se. Portanto, até ao nível 2.º e 3.º ciclo também as relações são muito próximas.” (E3R19)

“Eu acho que a relação tem sido, [...] uma relação de cooperação e uma boa relação.” (E4R15)

“A relação da escola e o município é tão boa que eu sou o diretor geral e sou o gerente nomeado pela câmara.” (E5R14)

Quando se lhes pergunta sobre a relação entre a escola e o município todos são unânimes em considerá-la muito boa.

Categoria I - Melhoria da relação escola-município

Esta categoria está relacionada com a anterior, na qual todos os intervenientes consideraram que a relação escola-município é muito boa. Ao tentar averiguar da necessidade de melhorias na relação, estamos a tentar ver até que profunda é essa

interação. Quanto maior for a percepção, dos intervenientes, da necessidade de melhorias menos intensa é essa relação.

As opiniões aqui divergem, há quem não veja que haja espaço para melhorias, pois a relação já é muito boa:

“[...] eu não vejo neste momento que se possa dizer que haja necessidade de melhorar [...]” (E2R19)

A Sra. Vereadora considera que a relação ainda pode melhorar sendo necessário “limar arestas”:

“Agora que estamos numa reforma que se diz grande, vamos aproveitar essa reforma e tentar sensibilizar estes, o novo diretor e os novos diretores, a melhorar, a limar as arestas que ainda não tinham sido limadas.” (E1R18)

Há quem seja da opinião que pode melhorar sobretudo a comunicação e a articulação de algumas atividades e de algumas intervenções. Até mesmo na cooperação:

“ [...]há desfasamento, há uma falta de articulação e de comunicação. Quantas vezes eles não chegam num determinado espaço e nós direção também não sabemos qual é a intervenção que se vai realizar, que se vai proceder.” (E3R21)

“ [...]também há necessidade de nalguns aspetos e nalguns projetos de se tenha conhecimento deles por antecipação.” (E3R22)

“ [...] tem sempre que trabalhar muito bem em cooperação, há a parceria. Portanto, é sempre tendo em conta que podemos melhorar.” (E4R16)

Apesar de terem sido unânimes em considerar que a relação entre as escolas e o município é boa, verifica-se nesta categoria que ainda há muita distância entre os dois “lados”. Um dos problemas é o da comunicação. Isto pressupõe que existe algum distanciamento entre estas entidades.

Categoria M - Membros no Conselho Geral nomeados pela câmara.

Os representantes do município no Conselho Geral são sempre os mesmos em todas as instituições. A educação assume um papel importante neste município, já que a

representação para o Conselho Geral é feita pelo Presidente da Câmara, a Vereadora com o pelouro da educação e o vereador com o pelouro das obras. Ou seja, a representação é feita “ao mais alto nível”:

“[...] tem sido o Sr. Presidente, a Sra. Vereadora do pelouro da educação e o Sr. Vereador do pelouro das obras [...]” (E3R29)

“O município é representado ao mais alto nível. É o senhor presidente, a senhora vice-presidente e um vereador, o vereador do ambiente.” (E4R23)

Há uma contradição entre o que é dito pelo Diretor da escola secundária e o que diz a Vereadora, em relação ao número de representantes camarários no Conselho Geral da escola secundária. Parece ter sido um equívoco por parte da Vereadora.

“[...] na escola secundária o município é representado apenas por duas pessoas, sou eu e o Sr. Presidente da câmara.” (E1R24)

“Os três membros da equipa municipal, o presidente, a vice-presidente e o vereador para os equipamentos [...]” (E2R26)

Numa lógica de estratégia (Dubet, 1996), os atores autárquicos, com uma racionalidade instrumental, procuram utilizar a sua ação no Conselho Geral para obter conhecimento, acrescentando-lhe poder que utilizarão, estrategicamente, em matéria de Educação, no jogo da política autárquica e no confronto político-partidário concelhio. Os atores autárquicos pretendem, assim, utilizar a oportunidade da autarquia estar representada no órgão de direção da escola.

A organização da escola profissional é diferente, não existe Conselho Geral. No entanto existe um órgão similar que é o Conselho Consultivo. O seu funcionamento também é destinto, não há reuniões no sentido formal, existem uma troca de impressões e de correspondência. Existem reuniões parcelares com os representantes que interessam. Isto, deve-se ao facto das pessoas nomeadas não aparecerem. No entanto existem pessoas nomeadas, só que não realizam reuniões formais, permitindo desta maneira aligeirar e facilitar a tomada de decisão:

“Há uma troca de impressões, uma troca de correspondência mais nada. [...] inicialmente começamos com conselho consultivo que nunca funcionava porque as pessoas que eram nomeadas não vinham. Assim é preferível a gente telefona a quem nos interessa e reunimos um tipo de consultores e de informadores.” (E5R22)

Verifica-se que não há mudança nos elementos designados pela câmara para o Conselho Geral, o que poderia demonstrar um grande compromisso pelas questões da educação. No entanto, quanto à assiduidade verifica-se que não é elevada para a totalidade dos membros. Mas há sempre pelo menos um elemento presente no Conselho Geral, geralmente a Vereadora com o pelouro da educação que é simultaneamente a Vice-presidente. Parece que para as reuniões de maior importância em que os votos são importantes todos os elementos designados pela autarquia estão presentes. Nas reuniões vulgares, em que os assuntos são indiferentes à câmara, vai apenas um representante:

“A assiduidade verifica-se a presença permanente da câmara municipal, sendo que depois nas reuniões mais vulgares tem estado só a vice-presidente [...]” (E2R28)

“Uma assiduidade relativamente, relativamente a um ou outro vereador, sei lá 60% da assiduidade, talvez nem tanto. Relativamente ao senhor presidente 0% de assiduidade.” (E3R32)

“Pelo menos um tem estado. Aliás na última reunião não esteve nenhum, mas normalmente pelo menos um está, no ano passado até vinham os três com frequência.” (E4R24)

Podemos interpretar como algum desinteresse por alguns temas e assuntos que carecem de discussão no seio do Conselho Geral. Será razão para questionar uma melhor ou pior relação entre as instituições? Poderá configurar uma confiança nos restantes elementos o que neste caso revela uma boa relação com a instituição.

Categoria N – Apoio aos projetos realizados pela escola.

Para a realização de alguns projetos as escolas necessitam do apoio do município. Da leitura desta ata, constata-se que é dado apoio aos projetos realizados pelas escolas. Por vezes, e com falta de comunicação, os trabalhos não decorrem como o desejado. Esta situação levou a um manifestar de desagrado por parte do Conselho Executivo do agrupamento de M., devido à forma como esta ajuda foi prestada:

“[...] referiu que o Senhor Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de M. manifestou o seu desagrado pela atitude da Câmara Municipal na concretização de um projecto levado a efeito por uma turma da EB 2, 3 de M.” (A1R1)

Como este assunto foi discutido em reunião de câmara, pode ser revelador de que, ao contrário do que afirmam os protagonistas, as relações não serem as melhores. Havendo muito boas relações, uma comunicação entre os responsáveis teria sido suficiente.

Categoria O – Relação entre os conselhos executivos e a Câmara municipal

Há opiniões diferentes sobre a relação entre a câmara municipal e os Conselhos executivos. Um vereador da oposição diz que não há uma relação próxima. A Vice-Presidente refere o contrário, o Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de P., mesmo quando lhe é perguntado não aponta qualquer problema. Perante interlocutores diferentes as opiniões também são diferentes. Na data desta ata, o diretor da escola era diferente daquele que foi entrevistado. Da leitura da ata da reunião de câmara, pode-se inferir que a relação entre estas duas instituições não é a mais sincera. Parece haver outros interesses que não os da educação. Numa outra ata, encontra-se uma outra dissonância, também com o mesmo diretor. Este desentendimento também é trazido pelo mesmo vereador da oposição. Parece que a relação entre a câmara e o presidente deste agrupamento se pauta por alguma conflitualidade. Com a eleição do diretor, esta conflitualidade desapareceu ou pelo menos não aparece nos documentos consultados nem na entrevista realizada. Isto pode ser visto nos recortes apresentados a seguir:

“O Senhor Vereador CM referiu que o que se constata é que não há uma relação próxima entre a Câmara Municipal e os conselhos executivos escolares. O Senhor Presidente disse que o que se verifica é que existem

peçoas que intencionalmente estão a dificultar a relação entre a Câmara Municipal e as escolas, o que lamenta profundamente esse facto.” (A1R2)

“A Senhora Vice-Presidente referiu que, sempre que fala com o Senhor Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de P, pergunta se existem problemas com os transportes, em relação a horários, condições de transporte, etc., e tem-lhe sido dito que não existem registos de ocorrências.” (A1R3)

“O Senhor Vereador CM interveio para referir que o que o preocupa é o facto de sentir, e ser visível, que não existe sintonia entre a Câmara Municipal e a comunidade escolar.” (A3R1)

Como o caso é discutido em reunião de câmara, isto revela alguma importância. Parece que o responsável do agrupamento ajustava o seu discurso conforme o interlocutor. Podemos inferir que a relação não é a melhor. Com a alteração de dirigente os conflitos acabaram.

Categoria P - Manutenção de equipamentos

A câmara realizou obras em edifícios escolares, que não sendo da sua responsabilidade, contribuem para a melhoria das condições da prática letiva. Neste caso foi para melhorar um pavilhão desportivo e foi em colaboração com a Direção Regional da Educação do centro DREC. Esta atitude prefigura um interesse pela educação por parte da câmara:

“Sobre o Pavilhão Desportivo da E.B. 2,3 de M, [...]. A Senhora Vice-Presidente usou da palavra para referir que a situação já é antiga e começou com o sistema de aquecimento das águas. A Câmara interveio e foi realizada uma reunião com a DREC, na sequência da qual foram realizadas algumas obras e mudada a caldeira, tendo ficado contudo muito por fazer.” (A2R1)

Existe já uma relação estabelecida entre a Câmara e as escolas, que tem permitido à Câmara, em alguns casos, ainda que timidamente, “entrar” nas escolas e delinear diversas intervenções conjuntas, procurando dar resposta a algumas das necessidades sentidas pelas escolas.

Podemos referir que a relação entre as escolas e o município é considerada pelos seus responsáveis como boa. No entanto temos algumas situações em que parece haver alguns problemas. Em relação à escola profissional e à escola secundária não há nada que nos indique problemas. No agrupamento P. houve problemas com o anterior diretor, depois da mudança de dirigente não há nenhum relato. No agrupamento M. apesar do seu diretor afirmar que existe uma boa relação, há indícios que mostram que há alguns atritos.

3.3.2. Ações e percepções dos vários intervenientes

Neste agrupamento pretendeu-se saber quais as ações e percepções dos vários intervenientes sobre a relação município-escolas.

Categoria B - Atividades ou projetos desenvolvidos pelo município.

Nesta categoria procurou-se averiguar do conhecimento que os entrevistados têm sobre as atividades desenvolvidas pela câmara. Verifica-se que existem várias atividades e projetos no campo da educação programados pelo município e que os diretores têm conhecimento deles e conseguem identificar alguns. Isto pode ser constatado pelos vários relatos:

“[...] algumas iniciativas que a câmara monta para a qual as escolas são solicitadas [...]” (E2R5)

“[...] na altura do Natal há sempre o embelezamento por cada uma das escolas de uma das rotundas na cidade [...]” (E2R7)

“[...] vamos tendo conhecimento de forma antecipada e que depois vamos promovendo em articulação com o município [...]” (E3R4)

“ [...] a câmara é responsável pelas atividades de enriquecimento curriculares, portanto tem a expressão obrigatória, o inglês, têm educação para a cidadania, educação física.” (E4R4)

“Sim, a câmara tem desenvolvido muitos projetos, acompanha a educação.” (E5R2)

“[...] todos os anos há uma realização que é os encontros da educação do concelho ...” (E5R4)

Podemos depreender destes recortes que há um conhecimento mínimo das atividades e projetos da câmara. O que nos leva a pensar que há um canal de comunicação estabelecido. A Vice-presidente e vereadora com o pelouro da educação realça a diferenciação do município ao oferecer uma atividade de enriquecimento curricular diferente e suportada totalmente pela autarquia. Demonstra que a educação tem uma grande importância para o município.

“ [...] desenvolvemos no âmbito das atividades enriquecimento curricular uma quarta actividade que é suportada integralmente pela autarquia que é: Educação ambiental e cidadania.” (E1R4)

Categoria C – Opinião sobre a pertinência das atividades realizadas pelas escolas

Nesta categoria pretendeu-se saber a opinião dos vários entrevistados sobre a importância das atividades da escola. Os vários intervenientes consideraram que as atividades são pertinentes na medida que são fundamentais para o futuro pois contribuem para o desenvolvimento cívico e para o enriquecimento futuro do município. Como se pode constatar:

“Pretende-se que tenham um papel fundamental porque o futuro do concelho passa, ... está na escola.” (E1R6)

“[...] a organizar e a educar e a fomentar de forma cívica os nossos jovens.” (E3R6)

“[...] cidadãos do futuro para enriquecer o município, o concelho e porque não também o país.” (E3R7)

Categoria G - Participação das escolas nas atividades da câmara

Pretendeu-se com esta categoria saber se havia participação, por parte das escolas, nas atividades realizadas pela câmara. Verificou-se, pelo dizer de todos os entrevistados, que esta participação é elevada. Como se pode observar:

“[...] todas as atividades são, no fundo, nós somos envolvidos no plano de atividades das escolas e as escolas são envolvidas em todas as nossas atividades.” (E1R14)

“Eu diria que sim [...]” (E2R14)

“É, no Agrupamento de escolas [...] é muito elevado.” (E3R14)

“A cumprir projetos e objetivos que são norteados pelo município portanto e que o município nos propõe.” (E3R15)

“Sim, sim.” (E4R12)

“[...]as escolas normalmente intervêm. Normalmente, não eu direi mesmo sempre.” (E4R13)

“Nós ... depende da atividade que é.” (E5R10)

“[...] temos muitas atividades ativas em relação à câmara.” (E5R12)

Algumas atividades são inclusivamente integradas no plano anual de atividades:

“ [...] alguns deles são propostos no início e são entroncados no nosso plano anual de atividades, fazem parte do nosso projeto de plano anual de atividades, outras há que aparecem de forma transversal no imediato ou muito próximo do evento e que nós participamos.” (E3R16)

Os vários entrevistados consideraram que as atividades têm uma participação espontânea e são do agrado dos intervenientes.

“É óbvio, [...]” (E1R15)

“[...] eu acho que sim [...]” (E2R16)

“É uma participação espontânea, livre e portanto de agrado de todos.” (E3R17)

“Sim, [...] isto resulta do intercâmbio da aposta que a câmara faz, da parte daquilo que nós temos potenciais para colaborar nas iniciativas do próprio município [...]” (E5R13)

As atividades propostas pela câmara são sempre apreciadas. Mostrando, por um lado, o desejo da câmara em proporcionar atividades diversificadas aos alunos e, por outro, o

complementar das atividades dos planos de atividade das escolas, sendo algumas integradas nesse mesmo plano.

Categoria J - Opinião sobre a visão que os outros intervenientes têm sobre a sua própria ação

Nesta categoria pretendíamos saber qual é a opinião que a Sra. Vereadora tem sobre como é vista a ação do município no campo educativo. E também se pretendia saber a opinião dos diretores sobre como é vista pela vereadora a ação da escola.

A Sra. Vereadora pensa que a ação da câmara é vista como boa, visto que a autarquia é a primeira a quem recorrem sempre que alguma coisa não corre bem:

“Penso que sim, aliás quando alguma coisa está prestes a acontecer o primeiro SOS que eles lançam é sempre para a autarquia.” (E1R19)

Isto leva-nos a crer que há confiança na autarquia.

Dois diretores são da opinião que a ação da escola é vista pela Sra. Vereadora como positiva:

“Acho que deve ser vista de um modo muito, muito positivo. E o feedback que tenho pessoal é de uma ótima impressão”. (E2R20)

“ [...] eu acho que ela também considera que a escola tem colaborado e cooperado com a câmara. “ (E4R17)

Uma outra opinião é que Sra. Vereadora tem uma visão “restrita” da educação:

“A Senhora Vereadora com o pelouro da educação [...] tem uma visão um pouco restrita, julgo eu, do que é a educação no Concelho.” (E3R23)

Salvo a opinião do diretor do Agrupamento de escolas de M., todos consideram que é boa a opinião que os outros têm das ações da sua instituição.

A Sra. Vereadora faz parte da gerência da escola profissional, como tal deve ter boa impressão desta.

Categoria K - Relação com outras entidades

Com esta categoria pretendeu-se saber como as instituições dos entrevistados se relacionam com outras entidades parceiras na educação. Todos os entrevistados são unânimes em considerar que a relação com outras entidades é profícua e que se sedimenta na boa relação entre as escolas e as instituições:

“[...] acho que a escola não tem estado nada mal [...], temos sempre querido mais, mas não temos estado nada mal e temos tido boa receptividades [...]” (E2R22)

“Eu acho que é excelente, tem sido excelente.” (E3R24)

“[...] as maiores relações, a maior cooperação tem sido com as IPSS.” (E4R19)

“Temos permanentemente e todo o ano atividades com os bombeiros em que vêm cá fazer primeiros socorros e ensino de atividades de incêndios, temos atividades com a ACIM, temos actividades com alguns grupos culturais [...], a associação dos aposentados, alguns ranchos folclóricos que nos pedem colaboração [...]. Temos colaboração com esses todos e todas essas atividades. [...]” (E5R18)

Categoria L – Intervenção do município noutros campos da educação.

A intervenção dos municípios não se restringe ao apoio ao ensino regular, por vezes têm um papel muito importante noutros tipos de ensino. No caso em estudo, verifica-se uma preocupação com as aprendizagens fora do ensino regular, que de outra forma ficariam esquecidas. A Sra. Vereadora descreveu algumas intervenções nas quais se salienta a sala de TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children):

“[...] apoiamos a diferença e nós por exemplo temos uma sala “TEACCH”, uma sala quiche é uma sala de autistas.” (E1R22)

Alguns diretores acrescentaram uma intervenção do município noutro campo do ensino não referido pela Sra. Vereadora, como é o caso de cursos de português para

emigrantes. Pensamos que se tenha tratado de esquecimento visto terem sido dois diretores a referirem este assunto:

“ [...] o município foi o primeiro, [...] a dar o passo para que estes cursos funcionassem para emigrantes [...]” (E2R23)

“ [...] apoio nomeadamente a famílias de língua não materna portanto a língua dos países do leste, chineses e outros, [...] a câmara municipal a este nível tem dado uma resposta.” (E3R27)

“Tem outro aspeto social, [...] que também hoje trabalha muito, inclusive com imigrantes, ensino do português aos imigrantes ...” (E5R20)

A Sra. Vereadora refere que os CNO (Centro Novas Oportunidades) foram iniciativa da câmara. No entanto apenas o Sr. Diretor da escola profissional faz essa referência. Este considera que o facto de terem cursos de educação e formação de adultos e de a escola profissional ser pertença do município leva a que atribua à câmara a promoção destes cursos. Ou seja, na visão deste entrevistado, a câmara impulsiona a educação de adultos porque a escola profissional oferece esse tipo de formação:

“Os CNO foram também iniciativas nossas e que nós apoiamos. E pronto, quer os CNO, quer os CEF, quer os CEFA e depois o município sente-se sempre na obrigação de apoiar estas, estes níveis de formação criando condições quer para os estágios curriculares, quer para o desenvolvimento das atividades de uma forma mais dinâmica.” (E1R21)

“O próprio município tem, através da nossa escola, cursos de educação e formação de adultos nos EFA.” (E5R19)

Essa participação não se cinge, como aliás aparece consignado na legislação, à educação meramente escolar, ou seja, as intervenções educativas das autarquias não se limitam à escola formal estendendo-se ao pré-escolar e ao extraescolar (Simões & Neto-Mendes, 2007).

Categoria Q – Apoio às atividades

A importância dada à educação também pode ser observada pelos subsídios atribuídos. Sobretudo para atividades lúdicas para as crianças do pré-escolar e do 1º ciclo. Estas atitudes contribuem para trazer alegria às crianças e fazer com que gostem mais da escola. Muitas destas atividades não se realizariam sem o apoio da autarquia. Para muitas crianças é uma oportunidade única. Na leitura desta ata verificou-se que há unanimidade quanto ao reforço das verbas para estas atividades:

“O Senhor Vereador CM interveio para registar o seu agrado relativamente ao facto de a Câmara Municipal ter reforçado as verbas num sector importante como é o da Educação, [...]”(A4R1)

“A Senhora Vice-Presidente referiu que a Câmara Municipal considera importantes as actividades lúdicas e, [...], se a Câmara não apoiar estas actividades as mesmas não se realizariam, [...]”(A4R2)

Além desse apoio a câmara realiza uma festa de encerramento das atividades letivas. Provando mais uma vez que o município não se quer pôr à parte das atividades das escolas, quer contribuir para uma educação mais abrangente das crianças. Não é só nas atividades lúdicas que se verifica este apoio, mas também em outras atividades mais cívicas como seja a recolha de óleos. Para estas atividades se realizarem tem que existir pelo menos um relacionamento cordial, pois caso contrário poderia haver boicotes na participação das crianças:

“A Senhora Vice-Presidente informou que estavam a decorrer as festas de encerramento das actividades lectivas do ensino básico e jardins-de-infância [...]. Disse ter sido feita a entrega de prémios relativos à campanha de recolha de óleos, verificando-se que as crianças aderiram entusiasticamente à iniciativa.” (A8R1)

Como se depreende do recorte, a participação das crianças foi “entusiástica”. Isto está de acordo com a categoria B onde os entrevistados referiram que a participação nas atividades realizadas pela câmara tinha uma grande participação e entusiasmo.

Categoria R – Apoio a outros eventos

A câmara realiza e apoia eventos relacionados com a educação sem estarem relacionados com as escolas. São disso exemplo um encontro de educação organizado pelo próprio município e um evento cultural envolvendo várias escolas da região e organizado por uma associação. A distribuição de subsídios, para estas atividades, é feita com regras visto os recursos serem limitados. Para este município, a educação assume um papel de relevo, como tal apoia associações com atividades nessa área. Ainda nesta linha, a câmara organiza um evento sobre educação:

“A Senhora Vereadora AM referiu que não põe em causa a valia do evento, que é um evento cultural de promoção da educação, que acontece no Concelho, [...], mas que também há que atender a que a Câmara Municipal tem de gerir dinheiros públicos e não pode decidir a atribuição de subsídios só pela importância do evento, mas baseada em regras” (A5R1)

“A Senhora Vice-Presidente interveio, mais uma vez, para fazer referência ao Encontro de Educação que decorreu no último sábado, [...], e que contou com a presença do Senhor Secretário de Estado da Educação, tendo salientado que apesar de estar um dia de sol, bom para passear, a sala estava cheia tendo assistido ao evento cerca de 250 pessoas, incluindo professores.”(A7R1)

Categoria S – Relação com a comunidade educativa.

Tudo o que é realizado pode ser alvo de críticas e de descontentamento. Por muito que as câmaras se esforcem há sempre quem fique descontente, o que é normal. Também podemos dizer que um descontentamento pode ser a parte visível do iceberg, e corresponder a um mal-estar alargado. Neste caso há um descontentamento de uma docente em relação ao equipamento, nomeadamente ao aquecimento. Parece ser um caso isolado. Esta, em vez de seguir os caminhos normais, apresentando o caso à direção do agrupamento e aos serviços camarários responsáveis, apresentou o seu desagrado num jornal. Pela surpresa que os vereadores parecem demonstrar, não sabiam deste caso, até ao aparecimento na comunicação social. Neste caso, parece haver uma falta de comunicação

“[...] a Senhora Professora, [...], nunca fez chegar à Câmara Municipal qualquer indicação, qualquer preocupação, qualquer queixa, relativamente ao aquecimento, água quente ou falta de energia. É uma atitude que a Câmara Municipal, os pais e as crianças não merecem. Compete à Senhora Professora velar pelo bem-estar das crianças e não foi isso que fez.” [A6R2]

Categoria T – Apoio à comunidade escolar

A preocupação com a educação para todos, por parte da câmara, é visível no apoio que dá às famílias com maiores dificuldades económicas. Este apoio consiste na aquisição dos manuais e de material escolar:

“A Senhora Vice-Presidente referiu que se trata de uma proposta de apoio às famílias carenciadas, e que a Câmara Municipal iria garantir o pagamento dos manuais escolares e apoiar na aquisição de material escolar.” (A9R1)

Este aspeto contribui para que os alunos não se sintam inferiorizados e não desejem abandonar a escola. Isto revela, por parte da câmara, uma preocupação para que haja equidade no acesso à educação.

Um outro aspeto que se extrai desta ata é que a câmara tenta não onerar os custos da educação nas famílias, ao não fazer refletir o aumento dos custos dos transportes nos passes escolares:

“O Senhor Presidente referiu que apesar do aumento dos custos dos transportes é o terceiro ano consecutivo em que a Câmara Municipal não aumenta o preço dos passes, no sentido de apoiar as famílias.” (A9R2)

Mostra-se, assim, que existe a preocupação em que a educação não sobrecarregue as famílias, retirando desta forma um pretexto para o abandono escolar.

Estes apoios são coerentes com a afirmação proferida pela senhora vereadora:

“Se for a educação a necessitar e se nós não tivermos recursos suficientes vamos buscar aos outros para reforçar a educação.” (E1R9)

Ou seja, depreende-se facilmente que a educação é apresentada como prioridade por este município, dando-se muito importância aos projetos socioeducativos.

Os projetos socioeducativos vão além das competências legais da autarquia em matéria de educação, e inserem-se numa lógica de relações entre as autarquias e as escolas

para a concretização dos diferentes projetos educativos, dos planos de atividades, de atividades de âmbito curricular, e de um conjunto variado de situações escolares, que a administração central não resolve (Prata, 2002)

3.3.3. Elaboração dos documentos concelhios na área da educação.

Categoria A - Existência ou conhecimento de um projeto educativo concelhio

Nesta categoria pretendia-se saber sobre a existência e o conhecimento de projeto educativo concelhio. Resulta das entrevistas que não existe um projeto educativo concelhio, apesar de existirem algumas atividades programadas. Apesar de parecer estar em presença de um município que coloca a educação como prioridade, não dispõe de Projeto educativo concelhio. Isto pode ser observado em:

“Sim, o município tem no fundo um projeto, um projeto educativo concelhio. [...] embora não exista um documento único, existe uma plataforma de entendimento entre os agrupamentos e restantes escolas que visam exatamente isso.” (E1R1)

Em alguns casos há conhecimento da não existência de um projeto educativo concelhio, como pode ser observado nos seguintes recortes:

“Não há um projeto educativo concelhio [...]” (E2R1)

“[...] não existe.” (E3R1)

“[...] não tenho ideia nem sei [...]” (E5R1)

Parece haver um desconhecimento sobre o que é um projeto educativo concelhio, como se pode observar:

“[...] nós temos um projeto educativo concelhio não temos é um documento de suporte.” (E1R2)

“[...] não conheço em pormenor, a verdade é que há inúmeros projetos educativos em que nós trabalhamos em conjunto [...]” (E4R2)

Categoria E - Participação na elaboração da Carta Educativa Municipal

Nesta categoria pretendeu-se averiguar da participação das escolas na elaboração da Carta Educativa Municipal. A Sra. Vereadora referiu que toda a gente que é afetada por este documento foi envolvida:

“Estiveram todos envolvidos, quer os agrupamentos quer a população que diretamente está ligada à educação, quer as freguesias.” (E1R10)

Alguns diretores corroboram nessa afirmação:

“[...]desde o início e durante a construção [...]” (E3R11)

“A minha escola esteve em todas as reuniões, não fui eu que estive presente nem tão pouco falamos sobre isso mas foi ouvida e esteve presentes em reuniões e a diretora pedagógica acompanhou a evolução dessa carta.”
(E5R8)

No entanto houve quem referisse que a participação foi mais limitada, verificando-se apenas no fornecimento de dados:

“As escolas foram [...] solicitado que participassem no sentido de fornecer dados mais rigorosos possíveis, para que então a carta educativa ...”
(E2R9)

A Vereadora refere que todos estiveram envolvidos, não entanto o diretor da escola secundária refere que essa participação foi apenas para o fornecimento de dados. Nota-se aqui alguma divergência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de concluída esta investigação que incidiu sobre a relação município-escola na perspectiva dos seus responsáveis, numa altura em que se verificam alterações nesse campo. Pretendemos ser um contributo para a reflexão sobre as ligações entre as escolas e o poder político local.

Com este trabalho tivemos a ambição de conhecer como se relacionam os responsáveis pelas escolas com o município e vice-versa. Pretendeu-se ainda conhecer a intervenção educativa municipal neste campo.

Após termos analisado e discutido os dados recolhidos, onde procurámos evidenciar as interpretações comuns ou parcelares que fomos obtendo, ou, noutras situações, descrever a diversidade e a amplitude de situações enunciadas, neste ponto iremos apresentar as conclusões que nos foi possível tecer, articulá-las e cruzá-las de forma a construir linhas de entendimento e de interpretação.

Escolhida a localização do estudo seleccionámos a metodologia da entrevista semiestruturada como sendo aquele que melhor poderia responder e corresponder àquilo que pretendíamos atingir.

Subjacente à escolha dos entrevistados houve a intenção de abordar a problemática ouvindo no fundo os dois lados interessados na mesma, as autarquias e as escolas.

Do lado das autarquias foi entrevistada a Vice-Presidente e Vereadora responsável pelo Pelouro da Educação. Da parte das escolas, foram entrevistados os diretores dos dois agrupamentos verticais existentes no concelho o diretor da escola secundária e o diretor da escola profissional.

Para tornar mais fácil a leitura apresentamos as conclusões em três conjuntos:

- Caracterização da relação entre as escolas e o município;
- Ações e perceções dos vários intervenientes;
- Elaboração de documentos concelhios na área da educação.

A educação tem sido uma das prioridades na política deste município e a sua ação é reconhecida pelos dirigentes das diversas unidades de educação. Essa importância pode ser vista na implementação da escola profissional, onde a câmara é a acionista principal. O interesse da câmara na educação pode também ser visto na sua representatividade no Conselho Geral de cada escola em que é feita ao mais alto nível. A representação é constituída pelo Presidente da Câmara, a Vereadora com o pelouro da educação e o vereador com o pelouro das obras. Esta representação não muda de elementos, nem estes são substituídos mantendo-se sempre os mesmos. Quanto à assiduidade constata-se que não é regular. No entanto está sempre presente a Vereadora e vice-presidente da câmara. Outro ponto a salientar é a representatividade das instituições de ensino no Conselho Municipal da Educação que apesar de legalmente não fazerem parte, são convidadas para estarem presente como observadores.

Quando os vários entrevistados foram questionados sobre a relação entre a escola e o município, foram unânimes em considera-la muito boa. No entanto, quando à possibilidade de melhoria só o diretor da escola secundária é que refere que haja necessidade de melhorar. A vereadora considera necessário “limar aristas”. Os outros diretores consideram que se deve melhorar a comunicação e a articulação de algumas atividades. Há no entanto, uns relatos de alguma conflitualidade com um anterior dirigente escolar do agrupamento de escolas de P. Esta é apresentada em reunião de câmara por um vereador da oposição, a vereadora com o pelouro da educação acha estranho pois a ideia que este dirigente lhe transmite é o oposto.

Um outro caso que aconteceu no outro agrupamento, foi apresentado em reunião de câmara por um dos vereadores da oposição. Mostra que há desentendimentos que por vezes, como é este caso, se resolveriam ou teria sido evitado com uma melhor comunicação. Ou seja parece faltar um bom canal de comunicação entre a câmara e os responsáveis escolares. No entanto, a câmara realizou obras num pavilhão desportivos mesmo não sendo da sua responsabilidade.

Não são encontrados relatos de críticas em relação à atuação da câmara no domínio da educação à exceção de uma docente que contesta o funcionamento dos equipamentos. Mas o que se verifica neste caso, é uma precipitação da docente ao recorrer para a comunicação

social, visto que se tivesse seguido os procedimentos normais, o seu problema teria sido resolvido com maior celeridade.

Apesar de todos os dirigentes classificarem a relação como boa, não têm conhecimento sobre os recursos disponibilizados pela câmara para a educação. Sendo uma área com alguma importância visto que poderá influenciar a realização de atividades e projetos. Desculpam-se pelo não fornecimento de informação por parte da câmara, no entanto, esta informação é pública. A vereadora não quantifica os recursos empregues mas afirca a prioridade nesta área.

Os diretores têm conhecimento de algumas atividades realizadas ou promovidas pelo município. Havendo um envolvimento espontâneo das escolas e estas atividades são do agrado dos intervenientes. Algumas destas atividades são mesmo integradas no plano de anual de atividades dos Agrupamentos. Destas atividades, uma das áreas mais frequentemente abordada é a da educação ambiental. A câmara dá grande importância a estas atividades e preocupa-se com uma educação integral das crianças e jovens, daí organizar atividades em várias áreas. No período em estudo, a câmara reforçou as verbas destinadas ao ensino pré-escolar e do primeiro ciclo.

A preocupação da câmara também é com as famílias com menores recursos apoiando a aquisição de manuais e material escolar. Na mesma linha e para todas as famílias, os responsáveis camarários decidiram não fazer repercutir o aumento dos transportes nos passes escolares. No fundo, não onerar mais as famílias com os transportes escolares

As atividades realizadas pelas escolas são consideradas por todos como pertinentes na medida em que contribuem para a formação plena de cidadãos. No Plano Anual de Atividades de um dos agrupamentos são incluídas em anexo a propostas de atividades da câmara. Não foi encontrado qualquer evidência que haja atividades planificada em conjunto. No entanto podemos afirmar que existe uma boa relação entre as duas instituições.

A boa relação também se pode evidenciar pela imagem que se tem sobre a atuação da sua instituição. Assim a Vereadora pensa que a ação da câmara é bem vista pela comunidade escolar. Os diretores em geral, também têm uma ideia análoga, pois acham que as atividades das escolas são bem vista pela autarquia.

As escolas e o próprio município mantêm uma constante relação com várias instituições ligadas à educação pelos mais diversos motivos. Todos os diretores consideram que esta relação é muito boa. No mesmo sentido vai a opinião da vereadora, que considera a relação também muito boa.

A intervenção do município no campo da educação não se restringe às atividades envolvendo as escolas. Existem outros domínios na área da educação que a autarquia pegou em mãos que de outra forma não se realizaria. Destacando-se o ensino de português para imigrantes e uma sala TEACCH para crianças autistas. Numa área já mais próxima das escolas, a vereadora refere que os CNO (Centro Novas Oportunidades) foram iniciativa da câmara. A escola profissional é outro exemplo da importância que esta autarquia tem pela educação. A criação da escola profissional deveu-se à câmara, a qual é o acionista principal.

A câmara também apoia eventos de índole cultural onde participam as escolas do concelho. Mas neste evento não está aberta a disponibilizar todo o custo, pois é uma associação que o promove e envolve escolas de vários concelhos.

A importância da educação neste município pode ser também visto na realização anual de encontros de educação.

Esta câmara municipal aposta fortemente na educação a todos os níveis. No entanto não tem nenhum projeto educativo concelhio ou local. Tem várias atividades planificadas, inclusive tem um plano de atividades na área da educação, mas não um projeto educativo para o concelho. A maioria dos diretores tem consciência que não existe um projeto educativo concelhio. Apesar de ainda se notar algumas dúvidas sobre o que é um projeto educativo.

O município dispõe de carta educativa. Na sua elaboração a participação das escolas não foi igual para todas. A vereadora afirma que todos os que podiam ter interesse nesse foram convidados. Neste assunto verifica-se uma discordância. Há quem afirme que a escola esteve presente em todas as sessões, outros porém, referem que a participação deles foi apenas no fornecimento de dados. Notando-se uma dualidade de critério.

Podemos concluir que os diretores consideram que as intervenções da autarquia são muito boas apesar de alguma falta de comunicação. Assim como a vereadora tem uma boa perceção das ações das escolas. Há uma grande participação nas atividades promovidas

pela câmara. Na elaboração da carta educativa os representantes escolares foram envolvidos de forma diferente. A importância da educação para este município não se limita à escola formal, vai muito para além disso, da escola extra-escolar até ao ensino de português para imigrantes, passando pelo ensino para autistas. Verifica-se no apoio a eventos que envolvam a educação e até na organização de conferências sobre educação. A relação quer das escolas quer da câmara com outras entidades parceiras na educação é também muito boa.

Em suma podemos dizer que a relação escolas-município neste município é boa na perspectiva dos seus responsáveis. Existe alguns pontos que podem ser melhorados, nomeadamente a comunicação.

Temos consciência de que os dados obtidos não podem ser generalizados, uma vez que os mesmos dizem respeito apenas à análise de um Concelho. Ou seja, estamos conscientes de que esta realidade é uma, com um tempo, um espaço e um contexto específicos e salientamos, por isso, que as conclusões agora apresentadas dizem respeito somente a esta realidade, devendo a sua generalização revestir-se de procedimentos metodológicos cuidadosos. Contudo poderão ser considerados, com as devidas precauções, como o espelho daquilo que se passa em vários outros municípios do País. Este estudo poderá servir sobretudo para aumentar o grau de compreensão sobre a inter-relação das autarquias com as escolas.

Em muitos municípios houve grandes mudanças ao nível da gestão escolar com a criação dos denominados “mega agrupamentos”. Estas estruturas administrativas passaram a ser, em alguns concelhos, a abarcar todo o ensino público não superior. Ou seja, temos apenas uma estrutura administrativa por concelho. Seria interessante saber em que medidas estas alterações modificou as relações entre o município e as escolas.

Este estudo teve em consideração apenas os responsáveis pelas instituições, no entanto a relação entre as duas instituições é observada por outros atores. Assim pensamos que também seria interessante um estudo mais profundo e abrangente que envolvesse os docentes, os auxiliares da ação educativa, os encarregados de educação, os próprios alunos, técnicos municipais ligados à educação e até ouvir a equipa de apoio às escolas.

Neste estudo concluiu-se que a relação escola-município pode ser classificada como boa. Verificou-se também que este município atribui uma grande importância à educação. Será este facto influência a relação entre as instituições? Esta questão poderá ser o ponto de partida para outras investigações muito mais abrangentes.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Alberto de Jesus (2003). *A intervenção municipal na educação: o caso do município de Resende; [Texto policopiado]*. Viseu: A. Almeida, 3
- ALMEIDA, Alberto de Jesus (2004). O papel dos municípios na educação em Portugal. In *Revista Ibero-americana de Educação* número 34/1.
- ALMEIDA, Alberto de Jesus (2007). *Os municípios, a democracia e a educação em Portugal, após Abril de 1974 [Texto policopiado]: um estudo de caso no agrupamento de escolas Fernando Magno*. Salamanca: A. Almeida.
- BALL, Stephen. (2001). Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. In revista *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.2. pp.99-116
- BAIXINHO, António. (2008). Educação e autarquias em Portugal. Lógicas de acção do poder autárquico em face do poder central e dos micropoderes locais. *EccoS revista científica*. v. 10, n.º 1, São Paulo: Centro Universitário Nove de Julho. pp. 233-254.
- BAIXINHO, António. (2009a). Os ciclos da descentralização de competências, no âmbito da educação, em Portugal. Uma análise a partir dos debates parlamentares. In *Revista Ibero-americana de Educação* n.º 50/8. Consultado Em <http://www.rieoei.org/2977.htm>, em 20/05/2010
- BAIXINHO, António. (2009b). O Município e a construção da política local de educação: estudo de caso numa autarquia do Oeste. *EccoS revista científica*. v. 11, n.º 2, São Paulo: Centro Universitário Nove de Julho. pp. 433-455.
- BARDIN, Laurence. (2000) - *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARRETO, António. (1995). Centralização e descentralização no sistema educativo. In *Análise Social, Vol. XXX (1.º), 1995 (n.º 130)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. pp. 159-173
- BARROSO, J. (1996a). O Estudo da Autonomia da Escola: da Autonomia Decretada à Autonomia Construída in Barroso, J. (org.). *O Estudo da Escola*. Porto: Porto Editora Lda.. pp. 169-187
- BARROSO, J. (1996b). *Autonomia e Gestão das Escolas*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- BARROSO, João. (1999a). Regulação e autonomia da escola pública: o papel do estado, dos professores e dos pais. *Inovação*, Vol. 12, nº 3. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, pp 9-33.

- BARROSO, João. (1999b). A Escola entre o Local e o Global. Perspectivas para o Século XXI – O caso de Portugal. In BARROSO, J. (Org.). *A Escola entre o Local e o Global. Perspectivas para o Século XXI*. Lisboa: Educa, pp. 129-142.
- BARROSO, J. (2003). Regulação e Desregulação nas Políticas Educativas: Tendências Emergentes em Estudos de Educação Comparada in Barroso, J. (org.). *A Escola Pública: Regulação, Desregulação, Privatização*. Porto: Edições ASA
- BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. (1994) - *Investigação qualitativa em educação : uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- CANÁRIO, Maria Beatriz. (1998). *Construir o projecto educativo local: Relato de uma experiência*. Coleção: Cadernos de Organização e Gestão Curricular, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- CANÁRIO, Rui. (1998). Educação e Território. *Noesis*, nº 48. Out/Dez. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, pp. 18 – 20.
- CARMO, H. e FERREIRA, M. (1998). *Metodologia da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CERCA, Inês. (2008). Poder Local e Educação: Que relação? In *Cadernos do Observatório dos poderes locais, n.º13*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- CRUZ, Clara Freire da (2007). Conselhos Municipais de Educação. Política educativa e acção pública. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 4, pp. 67-76.
- DUBET, François (1996). *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DEWEY, John (2007). *Democracia e educação*, Porto: Didáctica Editora
- EVANGELISTA, José. (2005). A Participação do Poder Local na Administração da Educação - A Relação Escola-Autarquia. In *Revista do Fórum Português de Administração Educacional n.º5*. Lisboa: Fórum Português de Administração Educacional, pp. 95-113
- FERNANDES, António (1992), *A Centralização Burocrática do Ensino Secundário*, Braga: Universidade do Minho.
- FERNANDES, António (1996), Os municípios portugueses e a educação. As normas e as práticas. In J. BARROSO; J. PINHAL (Orgs.), *A administração da educação. Os caminhos da descentralização* Lisboa: Edições Colibri, pp. 113-124.
- FERNANDES, António. (1998). Os municípios portugueses e a educação: entre os fantasmas do passado e os desafios do futuro. In *Actas do Seminário: A*

Territorialização das Políticas Educativas. Braga: Centro de formação Francisco de Holanda.

FERNANDES, António (1999), «Os municípios portugueses e a educação: entre representações do passado e os desafios do presente», em J. Formosinho et al., *Comunidades educativas. Novos desafios à educação básica*, Braga, Universidade do Minho, pp. 159-180.

FERNANDES, António. (2000). Municípios e escolas: Normalização e contratualização da Política Educativa Local. In MACHADO, J., FORMOSINHO, J., FERNANDES, A. S. (Coord). *Autonomia, Contratualização e Município*. Braga: Centro de Formação de Associações de Escolas Braga/Sul, pp. 33-44.

FERNANDES, António. (2004). Município, cidade e territorialização educativa. In J. Costa et al., *Políticas e gestão local da educação*, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 35-43.

FERREIRA, Fernando. (2003). O ESTUDO DO LOCAL EM EDUCAÇÃO - Dinâmicas Socioeducativas em Paredes de Coura. (Dissertação de Doutoramento). Braga: Instituto de Estudos da Criança - UNIVERSIDADE DO MINHO.

FORMOSINHO, João & MACHADO, Joaquim (1998). A administração das escolas no Portugal democrático, em http://www.cursoverao.pt/c_1998/joao.htm, consultado no dia 10/11/2009.

FORMOSINHO, João; [et al.]. (1999). *Comunidades educativas: novos desafios à educação básica*. Braga: Livraria Minho,

FORMOSINHO, João (2005), Centralização e descentralização na administração da escola de interesse público, In J. Formosinho, et al., *Administração da educação. Lógicas burocráticas e lógicas de mediação*. Porto: Edições Asa, pp. 13-52.

GIL, Cláudia. (2010). *A Autarquia de Óbidos e a Escola. Que relação no âmbito das actividades de Enriquecimento Curricular?* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Instituto de Educação, Universidade de Lisboa.

GUEDES, Graça (2002). *As Políticas Educativas Municipais da Área Metropolitana de Lisboa: O Caso dos Projectos Socioeducativos*. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa (Documento Policopiado).

KETELÉ, J. de & ROEGIERS, X. (1999). *Metodologia da recolha de dados: fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas, e de estudo de documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.

LIMA, Jorge Ávila de. Redes na educação: questões políticas e conceptuais. *Rev. Port. de Educação*, 2007, vol.20, n.º2. Braga: Instituto de Educação pp.151-181.

- LOPES, José Hipólito (2007). As Autonomias Imaginadas. A Autonomia como referencial da acção pública em educação. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 4, pp. 21-28.
- LOURO, Paulo & FERNANDES, Pedro (2004). A intervenção autárquica no campo educativo: Estudo de caso num Município da Área Metropolitana de Lisboa. *Aná. Psicológica*, vol.22, n.º1. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada pp.273-287.
- MACHADO, Joaquim; (2004). Cidade educadora e administração local da educação na cidade de Braga. In *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Cidades, Campos e Territórios*. Braga: Universidade do Minho.
- MARTINS, Édio. (2005) Carta educativa: ambiguidades e conflitualidades. *Rev. Lusófona de Educação*, n.º6, p.139-151.
- MARTINS, Jorge. (2000). Relação autarquia/Escola ou sua administração. In MACHADO, J., FORMOSINHO, J., FERNANDES, A. S. (Coord). *Autonomia, Contratualização e Município*. Braga: Centro de Formação de Associações de Escolas Braga/Sul, pp. 9-18.
- MARTINS, Jorge. (2007). O papel dos municípios na construção das políticas educativas. (Dissertação de Doutoramento). Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto.
- MARTINS, Helena. (2007). *Os municípios e a educação: estudo das modalidades de gestão das AEC*. (Dissertação de mestrado). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- NETO-MENDES, António (2007). A participação dos Municípios portugueses na Educação e a reforma do Estado - elementos para uma reflexão. In *Actas do V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação - Por uma Escola de Qualidade para Todos*. Porto Alegre, Brasil: ANPAE.
- OLIVEIRA, Mário (2009). O Papel dos Conselhos Municipais de Educação na Política Educativa Local. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Universidade Aberta.
- PACHECO, José Augusto. (2003) O município e as Políticas educativas públicas. In *Revista Pedagógica Pátio*, nº 25, Rio Grande do Sul, Brasil: ARTMED Editora
- PARDAL, Luís. e CORREIA, Eugénia. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.
- PINHAL, João (2004). Os municípios e a provisão pública de educação. In J. COSTA; A. NETO-MENDES & A. VENTURA (orgs.), *Políticas e gestão local da educação. Actas do III Simpósio sobre organização e gestão escolar*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 45-60.

- PINHAL, João (2005). Descentralização da administração educacional: Os municípios e a autonomia das escolas. Uma oportunidade perdida. In *A Escola entre o estado e o mercado. O público e o privado na regulação da educação*. 2º Congresso do Fórum Português de Administração em Portugal. Lisboa: FPCEUL, pp.97-106.
- PRATA, M^a Manuela. (2002). *Autarquias e Educação: das competências legais às competências morais – uma intervenção emergente (Estudo de caso numa autarquia do Ribatejo)*. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Universidade Aberta.
- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais (2ª edição)*. Lisboa: Gradiva.
- SANTOS, Luís. (2009). *O Projecto Educativo Local numa “Cidade Educadora”: dos princípios às práticas* (Dissertação de Mestrado). Aveiro: Universidade de Aveiro
- SILVA, Isabel. (2006); *A autarquia como promotora da Política Educativa Local - O caso de um Município*. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Universidade Aberta.
- SILVA, José Manuel (2007). Da centralização à municipalização: novos desafios para a gestão do sistema educativo. Em <http://hdl.handle.net/10400.8/314>, consultado em 11/05/2010
- SIMÕES, Rosa Alexandrina Moreira & NETO-MENDES, António (2007). A participação dos municípios na educação: subsídios para o estudo das políticas de descentralização em Portugal. In *V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação – Por uma Escola de Qualidade para Todos*. Porto Alegre, Brasil: ANPAE.
- SILVESTRE, Carlos. (2003). *Educação/Formação de adultos, como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo*, col. Horizontes Pedagógicos, Lisboa: Instituto Piaget ed.
- SOUSA, Rómulo. (2000). Municípios e Autonomia das escolas. In MACHADO, J., FORMOSINHO, J., FERNANDES, A. S. (Coord). *Autonomia, Contratualização e Município*. Braga: Centro de Formação de Associações de Escolas Braga/Sul, pp. 67-86
- TRISTÃO, Elvira. (2009). *As políticas educativas municipais - estudo extensivo nos municípios da comunidade urbana da lezíria do Tejo*. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- VALA, J. (2007). A Análise de Conteúdo, in Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Ed. Afrontamento.

VILLAR-CABALLO, Maria (2001). *A Cidade Educadora. Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal*. Lisboa: Edições Piaget.

VINAGRE, Antão. (1993). *Poder local, desenvolvimento e educação: a política educativa da câmara municipal do seixal de 1986 a 1992*. In (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Carta das cidades educadoras

Consultado em 10 Janeiro 2010.

URL: <http://www2.cm-vfxira.pt/files/3/documentos/20110408120839397128.pdf>

Legislação

Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março – Definição das competências municipais em relação a investimentos público. Transfere para os municípios os encargos nos transportes escolares do ensino básico.

Decreto-Lei nº 172/91, de 10 de Maio – Define o regime de direção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Decreto-Lei 115-A/98 de 4 de Maio - Aprova o regime jurídico da Autonomia, Administração e Gestão das Escolas e Agrupamentos de Escolas.

Lei nº 24/99, de 22 Abril – 1ª alteração ao Decreto -Lei nº115-A/98 de 4 de Maio

Lei 159/99 de 14 de Setembro – Estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais.

Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro – Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto – Primeira alteração ao Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro – Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril - Revoga o Decreto-Lei nº 115-A/98 e aprova o novo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Decreto-Lei nº 144/2008 de 28 de Julho – Transferência para os Municípios em Matéria da Educação do Ensino Básico, em várias áreas

ANEXOS

Anexo 1

Quadro de análise das entrevistas

Código	Categorias	Subcategorias	Recortes (R) da entrevista n.ºx	Inferências
A	Existência ou conhecimento de um projeto educativo concelhio			
B	Conhecimento das atividades ou projetos do município.	Conhecimento		
		Identificação		
C	Opinião sobre a pertinência das atividades realizadas pelas escolas.			
D	Conhecimento dos recursos disponibilizados			
E	Participação na elaboração da CEM			
F	Representatividade no CME			
G	Participação das escolas nas atividades da câmara	Participação		
		Agrado		
H	Opinião sobre a relação escola/ município			
I	Melhoria da relação escola/município			
J	Opinião sobre a visão que os outros intervenientes devem ter sobre a sua própria ação.			
K	Relação com outras entidades			
L	Conhecimento da intervenção do município noutros campos da educação			
M	Membros no CG nomeados pela câmara.	Representantes da câmara		
		Estabilidade dos elementos do CG		
		Assiduidade no CG		

Anexo 2

Código	Categorias	Subcategorias	Recortes (R) da entrevista n.º1	Inferências
A	Existência ou conhecimento de um projeto educativo concelhio		<p>E1R1 – “Sim, o município tem no fundo um projeto, um projeto educativo concelhio. [...] embora não exista um documento único, existe uma plataforma de entendimento entre os agrupamentos e restantes escolas que visam exatamente isso.”</p> <p>E1R2 – “...nós temos um projeto educativo concelhio não temos é um documento de suporte.”</p>	Não existe um projeto educativo concelhio, apesar de existirem algumas atividades programadas. Parece haver um desconhecimento sobre o que é um projeto educativo concelhio.
B	Atividades ou projetos desenvolvidos pelo município.		<p>E1R3 – “...da rede social naquilo que diz respeito à educação, ao acompanhamento dos jovens e das crianças, estende-se e por isso dentro da rede social também estão presentes as escolas, de forma a que exista essa proximidade e essa articulação.”</p> <p>E1R4 – “... desenvolvemos no âmbito das actividades enriquecimento curricular uma quarta actividade que é suportada integralmente pela autarquia que é: <i>Educação ambiental e cidadania</i>.”</p> <p>E1R5 – “...escola profissional foi um desafio da autarquia. É um projecto da autarquia e por isso era, foi criada no sentido de colmatar um défice em termos de oferta de formação que existia e de oferta de formação e de quadros que eram necessários ao nosso tecido empresarial e à nossa comunidade.”</p>	Existem várias atividades no campo da educação programadas pelo município.
C	Opinião sobre a pertinência das atividades realizadas pelas escolas.		<p>E1R6 – “Pretende-se que tenham um papel fundamental porque o futuro do concelho passa, [...] está na escola.”</p> <p>E1R7 – “... é fundamental que as atividades da escola vão no sentido do envolvimento na sociedade destes jovens.”</p>	A pertinência das atividades é serem fundamentais para o futuro do concelho.

D	Recursos disponibilizados		<p>E1R8 – “Em relação aos recursos humanos, quer na área da educação, quer nas outras áreas a câmara é deficitária.”</p> <p>E1R9 – “Se for a educação a necessitar e se nós não tivermos recursos suficientes vamos buscar aos outros para reforçar a educação.”</p>	Não quantifica os recursos, mas refere que a educação é prioritária.
E	Participação na elaboração da CEM		E1R10 – “Estiveram todos envolvidos, quer os agrupamentos quer a população que diretamente está ligada à educação, quer as freguesias.”	Toda a gente que é afectada pela CEM foi envolvida.
F	Representatividade no CME		<p>E1R11 – “...estavam conforme nos tínhamos decidido, porque nos fomos os primeiros municípios a ter conselho local de educação. E foi nesse conselho local de educação que se decidiu pelos agrupamentos horizontais ...”</p> <p>E1R12 – “Com a legislação com o 7/2003 tivemos que mudar. [...] E nós mudamos, só que os outros ficaram como observadores, nós temos o direito de o fazer. E como também não é um órgão deliberativo, é consultivo, isso quer dizer que, e também lhe digo que neste município também acabamos por depois do 7/2003 de menosprezar, entre aspas, o conselho municipal de educação.”</p> <p>E1R13 – “Já não tem o peso que tinha por exemplo [...], o conselho local de educação que tínhamos antes. Mas todos participam os, aqueles que vem porque legalmente tem que vir, porque normalmente quem falta também são os organismo do estado. E os outros estão cá como observadores.”</p>	<p>No município existia um conselho local de educação onde as escolas estavam representadas. Com o aparecimento do DL 7/2003, deixou de existir essa representação.</p> <p>O CME não tem o peso que o conselho local de educação tinha antes.</p>
G	Participação das escolas nas atividades da câmara	Participação	E1R14 – “... todas as atividades são, no fundo, nós somos envolvidos no plano de atividades das escolas e as escolas são envolvidas em todas as nossas atividades.”	Há participação das escolas nas atividades da câmara. E são do agrado.
		Agrado	E1R15 - “É óbvio, ...”	
H	Opinião sobre a relação escola/ município		<p>E1R16 – “Há situações um pouco mais, como em todo o lado, [...], mas funciona muito bem porque depois é o somatório de tudo.”</p> <p>E1R17 – “... trabalhamos não só com cada agrupamento ou cada direção, mas trabalhamos com cada escola. E por isso a relação é mais forte, embora oficialmente a comunicação tenha que seguir o circuito necessário,</p>	A relação é boa e profícua.

			informalmente nos falamos com todos e todos sentem a vontade em vir a câmara ou chamar a câmara para os seus projetos e muitas vezes para as suas pequenas preocupações.”	
I	Melhoria da relação escola/município		E1R18 – “Agora que estamos numa reforma que se diz grande, vamos aproveitar essa reforma e tentar sensibilizar estes, o novo diretor e os novos diretores, a melhorar, a limar as arrestas que ainda não tinham sido limadas.”	A relação ainda pode melhorar é necessário “limar arrestas”.
J	Opinião sobre a visão que os outros intervenientes devem ter sobre a sua própria ação.		E1R19 – “Penso que sim, aliás quando alguma coisa está prestes a acontecer o primeiro SOS que eles lançam é sempre para a autarquia.”	Pensa que é boa, visto que a autarquia é a 1ª a quem recorrem sempre que alguma coisa não vai bem.
K	Relação com outras entidades		E1R20 – “ ... nós implementamos uma rede social muito forte no concelho e por isso os nossos parceiros fora da educação, mas que estão com jovens são IPSS. Todas as freguesias têm pelo menos uma IPSS e são os nossos tentáculos em cada freguesia e em cada lugar.”	Tem a relação muito boa.
L	Intervenção do município noutros campos da educação		E1R21 – “Os CNO foram também iniciativas nossas e que nos apoiamos. E pronto, quer os CNO, quer os CEF, quer os CEFA e depois o município sente-se sempre na obrigação de apoiar estas, estes níveis de formação criando condições quer para os estágios curriculares, quer para o desenvolvimento das atividades de uma forma mais dinâmica.” E1R22 – “ ... apoiamos a diferença e nós por exemplo temos uma sala “quiche”, uma sala quiche é uma sala de autistas.”	Descreveu algumas intervenções do município noutras áreas.
M	Membros no CG ou CC nomeados pela câmara.	Representantes da câmara	E1R23 – “A da escola profissional é óbvia, é nossa propriedade nós temos, eu sou cogestora nomeada pela câmara ...” E1R24 – “... na escola secundária o município é representado apenas por duas pessoas, sou eu e o Sr. Presidente da câmara.” E1R25 – “Nos outros dois agrupamentos são três representantes e na altura era o Sr. Presidente, eu e o vereador que tinha o pelouro das obras e do desporto.”	O município está representado nas diversas escolas ao mais alto nível.

			E1R26 – “ ... existem problemas transversais se estiver ali já os responsáveis por todas as áreas é muito mais fácil.”	
		Estabilidade dos elementos do CG	----	
		Assiduidade no CG	-----	

Código	Categorias	Subcategorias	Recortes (R) da entrevista n.º2	Inferências
A	Existência ou conhecimento de um projeto educativo concelhio		E2R1- Não há um projecto educativo concelhio ...	Conhecimento da não existência de um projecto educativo concelhio.
B	Conhecimento das actividades ou projectos do município.	Conhecimento	<p>E2R2 - No âmbito do desporto fazem nomeadamente nas interrupções lectivas ...</p> <p>E2R3 - ... tem havido, projectos que aparecem, a câmara convida as escolas a participar.</p> <p>E2R4- ... o próprio envolvimento e o patrocínio ...</p> <p>E2R5 - ... algumas iniciativas que a câmara monta para a qual as escolas são solicitadas ...</p>	Tem conhecimento que a câmara realiza actividades no âmbito da educação e que solicita a participação das escolas.
		Identificação	<p>E2R6 – ... na altura do Natal sempre o embelezamento de cada uma das escolas de uma das rotundas na cidade ...</p> <p>E2R7 - ... não sei se pode chamar proveito com as AECs, isso é da câmara organizada por ela</p>	Identifica algumas actividades e projectos organizados pelo município.
C	Opinião sobre a pertinência das actividades realizadas pelas escolas.		-	
D	Conhecimento dos recursos disponibilizados		E2R8 - ... o que se está a falar de números, de números concretos, de números de pessoas, de horas afectas ou de verbas afectas não, não tenho.	Não tem conhecimento das verbas atribuídas à educação, nem dos recursos empregues.

E	Participação na elaboração da CEM		<p>E2R9 – As escolas foram [...] solicitado que participassem no sentido de fornecer dados mais rigorosos possíveis, para que então a carta educativa ...</p> <p>E2R10 - ... as escolas participaram e a própria aprovação da carta educativa, na reunião em que isso aconteceu e ela foi apresentada às escolas que estiveram presentes e foram ouvidas....</p>	As escolas participaram na elaboração da CEM, apenas fornecendo dados.
F	Representatividade no CME		<p>E2R11 - ... a escola não está representada, por lei não tem representação...</p> <p>E2R12 - ... quem está representado são os professores do ensino secundário ...</p> <p>E2R13 - A câmara municipal [...] teve sempre o cuidado de convidar os presidentes dos Conselhos Executivos ou directores das escolas para as reuniões ...</p>	A representatividade no Conselho Municipal da Educação vai para além do que é definido na lei, por convite da câmara as direcções das escolas também estão presentes.
G	Participação das escolas nas atividades da câmara	Participação	<p>E2R14 - Eu diria que sim ...</p> <p>E2R15 - ... município [...] está constantemente a solicitar as escolas.</p>	É elevada a participação das escolas nas atividades promovidas pela câmara.
		Agrado	E2R16 - ... eu acho que sim ...	Estas atividades são do agrado dos intervenientes.
H	Opinião sobre a relação escola/ município		E2R17 - ... eu acho que a relação é mesmo muito boa.	É da opinião que a relação é muito boa.
I	Melhoria da relação escola/município		<p>E2R18 - Não é tanto melhorar a relação [...] eu diria é que há coisas de que a escola precisaria e talvez pudesses ser a câmara a colaborar, a dar mais.</p> <p>E2R19 - ... eu não vejo neste momento que se possa dizer que haja necessidade de melhorar ...</p>	Não vê que haja espaço para melhorias, a relação já é muito boa.

J	Opinião sobre a visão que os outros intervenientes devem ter sobre a sua própria ação.		E2R20 - Acho que deve ser vista de um modo muito, muito positivo. E o feedback que tenho pessoal é de uma óptima impressão.	É da opinião que a ação da escola é vista pela vereadora como seja boa.
K	Relação com outras entidades		E2R21 - ... sinceramente temos tido uma óptima relação ... E2R22 - ... acho que a escola não tem estado nada mal [...], temos sempre querido mais, mas não temos estado nada mal e temos tido boa receptividade ...	Há uma relação profícua com outras entidades que se sedimenta na boa relação.
L	Conhecimento da intervenção do município noutros campos da educação		E2R23 – [...] o município foi o primeiro, talvez, a dar o passo para que estes cursos funcionassem para emigrantes, funcionassem aqui no Concelho e nesta escola. E2R24 - ... é o município que colabora sempre no sentido de fazer o levantamento dos potenciais interessados e pessoas a encaminhar para este curso intensivo ... E2R25 - Ao nível do ensino profissional, a câmara é accionista da escola profissional ...	Existe o conhecimento sobre outras intervenções do município no campo da educação.
M	Membros no CG nomeados pela câmara.	Representantes da câmara	E2R26 - Os três membros da equipa municipal, o presidente, a vice-presidente e o vereador para os equipamentos ...	Conhecimento claro dos elementos do CG
		Estabilidade dos elementos do CG	E2R27 - ... foram sempre os mesmos ...	Verifica-se uma estabilidade nos elementos designados pela autarquia no CG
		Assiduidade no CG	E2R28 - A assiduidade verifica-se a presença permanente da câmara municipal, sendo que depois nas reuniões mais vulgares tem estado só a vice-presidente ...	Os elementos da autarquia não aparecem em todas as reuniões.

Código	Categorias	Subcategorias	Recortes (r) da entrevista n.º3	Inferências
A	Conhecimento da não existência de um projecto educativo concelhio		E3R1 - ... não existe. E3R2 - ... nós e a escola secundária temos proposto a necessidade de um projecto Educativo Concelhio.	Conhecimento da não existência de um projecto educativo concelhio. Tem havido propostas para a sua elaboração.
B	Conhecimento das actividades ou projectos do município.	Conhecimento	E3R3 - Sim, vamos tendo. E3R4 - ... vamos tendo conhecimento de forma antecipada e que depois vamos promovendo em articulação com o município ...	Tem conhecimento que a câmara realiza actividades no âmbito da educação e que solicita a participação das escolas.
		Identificação	E3R5 - ... alguns ligados ao ambiente.	Refere apenas um grupo de actividades e não nenhuma em específico.
C	Opinião sobre a pertinência das actividades realizadas pelas escolas.		E3R6 - ... a organizar e a educar e a fomentar de forma cívica os nossos jovens. E3R7 - ... cidadãos do futuro para enriquecer o município, o concelho e porque não também o país.	Vê que as actividades contribuem para o desenvolvimento cívico e para o enriquecimento futuro do município.
D	Conhecimento dos recursos disponibilizados		E3R8 – “Temos algum conhecimento, não todo, [...] temos o conhecimento que nos é dado através dos protocolos assinados entre o município e a tutela nomeadamente os contratos de execução [...]” E3R9 – “[...] relativamente a outros não temos assim grande conhecimento porque [...] quem tutela o município [...] não dá conhecimento dessa [...] existência.”	Tem conhecimento apenas de parte dos recursos, aqueles que estão protocolados entre o município e a tutela. Quanto à outra parte desconhece por falta do fornecimento de informação.
E	Participação na elaboração da CEM		E3R10 – “ Sim.” E3R11 – “...desde o início e durante a construção ...”	Tem conhecimento do processo de elaboração da CEM.

F	Representatividade no CME		<p>E3R12 – “...a nossa representatividade é, é relativa.”</p> <p>E3R13 – “No Conselho municipal da educação tem um representante do 1.º ciclo, tem um representante do pré-escolar e depois um representante do secundário e um representante da escola profissional.”</p>	Acha que não há uma representatividade efetiva das instituições, a representatividade é parcelar.
G	Participação das escolas nas atividades da câmara	Participação	<p>E3R14 – “É, no Agrupamento de escolas [...] é muito elevado.”</p> <p>E3R15 – “A cumprir projetos e objetivos que são norteados pelo município portanto e que o município nos propõe.”</p> <p>E3R16 – “... alguns deles são propostos no início e são entroncados no nosso plano anual de atividades, fazem parte do nosso projeto de plano anual de atividades, outras há que aparecem de forma transversal no imediato ou muito próximo do evento e que nós participamos.”</p>	É elevada a participação das escolas nas atividades promovidas pela câmara. Algumas atividades são inclusivamente integradas no plano anula de atividades.
		Agrado	E3R17 – “É uma participação espontânea, livre e portanto de agrado de todos.”	As atividades têm uma participação espontânea e são do agrado dos intervenientes.
H	Opinião sobre a relação escola/ município		<p>E3R18 – “Boa. Acho que realmente é uma boa relação.”</p> <p>E3R19 – “As relações eram estreitas e mantiveram-se. Portanto, até ao nível 2.º e 3.º ciclos também as relações são muito próximas.”</p>	É da opinião que a relação é muito boa.
I	Melhoria da relação escola/município		<p>E3R20 – “... há necessidade sempre de que os pelouros, nomeadamente o pelouro da educação entre outros, até o próprio pelouro das engenharias pois tem muito a ver com a conservação e manutenção dos espaços.”</p> <p>E3R21 – “...há desfasamento, há uma falta de articulação e de comunicação. Quantas vezes eles não chegam num determinado espaço e nós direção também não sabemos qual é a intervenção que se vai realizar, que se vai proceder.”</p>	É da opinião que pode melhorar sobretudo a comunicação e a articulação de algumas atividades e de algumas intervenções.

			E3R22 – “...também há necessidade de nalguns aspetos e nalguns projetos de se tenha conhecimento deles por antecipação.”	
J	Opinião sobre a visão que os outros intervenientes devem ter sobre a sua própria ação.		E3R23 – “A Senhora Vereadora com o pelouro da educação (...) tem uma visão um pouco restrita, julgo eu, do que é a educação no Concelho.”	Acha que a Sra. Vereadora tem uma visão restrita da educação.
K	Relação com outras entidades		E3R24 – “Eu acho que é excelente, tem sido excelente.” E3R25 – “... para o desenvolvimento destes projectos é sempre necessário uma abertura muito grande e uma colaboração muito grande e estreita, quer entre a escola e a comunidade educativa em geral, quer entre escola e o tecido empresarial, o poder político local e por aí fora.”	A relação é excelente e que há uma grande abertura e uma estreita colaboração com essas entidades.
L	Conhecimento da intervenção do município noutros campos da educação		E3R26 – “O único conhecimento de intervenção que nós temos é, que o município tem é a criação de um gabinete jovem ...” E3R27 – “... apoio nomeadamente a famílias de língua não materna portanto a língua dos países do leste, chineses e outros, [...] nós temos aqui alguns. [...] a câmara municipal a este nível tem dado uma resposta.” E3R28 – “Toda garantida pelo município que é nomeadamente a nível da cidadania e das questões ambientais e que tem dado realmente uma resposta extremamente favorável a uma vertente que havia necessidade de trabalhar nos jovens, nos jovens alunos que é a questão da cidadania e das questões ambientais e que tem dado frutos naturalmente que tem dado.”	Não tem grande conhecimento sobre a intervenção do município noutros campos da educação. No entanto reconhece que a câmara tem intervenção no ensino do português para imigrantes.
M	Membros no CG nomeados pela câmara.	Representantes da câmara	E3R29 – “... tem sido o Sr. Presidente, a Sra. Vereadora do pelouro da educação e o Sr. Vereador do pelouro das obras ...”	Conhecimento claro dos elementos do CG

		Estabilidade dos elementos do CG	E3R30 – “Foram sempre os mesmos ...”	Verifica-se uma estabilidade nos elementos designados pela autarquia no CG
		Assiduidade no CG	<p>E3R31 – “... o Sr. Presidente da Câmara ainda não tomou posse do cargo para o qual ele se auto nomeou ou indicou para fazer parte do Conselho Geral.”</p> <p>E3R32 – “Uma assiduidade relativamente, relativamente a um ou outro vereador, sei lá 60% da assiduidade, talvez nem tanto. Relativamente ao senhor presidente 0% de assiduidade.”</p>	Os elementos da autarquia não aparecem em todas as reuniões. Sendo que o Sr. Presidente da câmara não apareceu em nenhuma.

Código	Categorias	Subcategorias	Recortes (r) da entrevista n.º4	Inferências
A	Conhecimento da não existência de um projecto educativo concelhio		E4R1 – “... existe um projecto que em princípio está relacionado com o próprio programa da câmara.” E4R2 – “...não conheço em pormenor, a verdade é que há inúmeros projectos educativos em que nós trabalhamos em conjunto...”	Refere que existe um projecto educativo concelhio mas conhece em pormenor.
B	Conhecimento das actividades ou projectos do município.	Conhecimento	E4R3 – “Temos, ...”	Tem conhecimento.
		Identificação	E4R4 – “ ... a câmara é responsável pelas actividades de enriquecimento curriculares, portanto tem a expressão obrigatória, o inglês, têm educação para a cidadania, educação física.” E4R5 – “ ... trabalham connosco em termos do projecto eco escolas na defesa do ambiente, tem actividades desportivas comuns em que nós colaboramos,, actividades desenvolvidas pela câmara, nós aderimos.”	Conhece algumas actividades e descreve-as.
C	Opinião sobre a pertinência das actividades realizadas pelas escolas.		E4R6 – “... trabalham connosco em termos do projeto eco escolas na defesa do ambiente, tem actividades desportivas comuns em que nós colaboramos,, actividades desenvolvidas pela câmara nós aderimos.”	???
D	Conhecimento dos recursos disponibilizados		E4R7 – “ ... recursos financeiros não sei quais são. Agora, tem técnicos responsáveis a nível da câmara e depois tem os colaboradores a nível da promoção das actividades de enriquecimento curricular e os vereadores do ambiente e da educação.” E4R8 – “Além dos técnicos que trabalham mesmo na câmara, há aqueles que trabalham directamente com os nossos alunos e com as nossas escolas.”	Não conhece os recursos financeiros mas tem algum conhecimento sobre os recursos humanos disponíveis.
E	Participação na elaboração da CEM		E4R9 – “Na altura não estava.”	----

F	Representatividade no CME		<p>E4R10 – “Não, vamos lá ver, também o agrupamento em si não está representado, estão representados os professores, aliás na constituição do Conselho Local de Educação não constam os representantes das escolas, só constam representantes de professores.”</p> <p>E4R11 – “ ... não faz sentido as escolas como organizações, portanto, os seus diretores, não estarem representados no Conselho Local de Educação ...”</p>	A representatividade é de acordo com a lei, no entanto não está de acordo com isso.
G	Participação das escolas nas actividades da câmara	Participação	<p>E4R12 – “Sim, sim.”</p> <p>E4R13 – “...as escolas normalmente intervêm. Normalmente, não eu direi mesmo sempre.”</p>	Há uma participação
		Agrado	E4R14 – “É boa”	Parece ser do agrado dos participantes.
H	Opinião sobre a relação escola/ município		E4R15 – “Eu acho que a relação tem sido, [...] uma relação de cooperação e uma boa relação.”	Considera a relação como boa.
I	Melhoria da relação escola/município		E4R16 – “ ... tem sempre que trabalhar muito bem em cooperação, há a parceria. Portanto, é sempre tendo em conta que podemos melhorar. “	Pode haver melhorias em termos de cooperação.
J	Opinião sobre a visão que os outros intervenientes devem ter sobre a sua própria ação.		E4R17 – “ ... eu acho que ela também considera que a escola tem colaborado e cooperado com a câmara. “	Considera que a vereadora acha que a escola colabora.
K	Relação com outras entidades		<p>E4R18 – “ ... gostaríamos de trabalhar e cooperar com todas as instituições, ...”</p> <p>E4R19 – “...as maiores relações, a maior cooperação tem sido com as IPSS.”</p> <p>E4R20 – “... com a sociedade filarmónica, com os bombeiros, tem havido acordos mais ou menos pontuais mas tem havido cooperação.”</p>	Há boas relações com entidades exteriores à escola, com algumas existe uma colaboração intensa e com outras a colaboração é pontual.

L	Conhecimento da intervenção do município noutros campos da educação		<p>E4R21 – “ A câmara é promotora de uma escola profissional ... “</p> <p>E4R22 – “... além dessa, agora [...], colabora nas feiras, na associação comercial e industrial, acho que a câmara tem dinamizado aquilo, com atividades relacionadas com a educação e formação de adultos.”</p>	Tem algum conhecimento, mas não é muito aprofundado.
M	Membros no CG nomeados pela câmara.	Representantes da câmara	E4R23 – “O município é representado ao mais alto nível. É o senhor presidente, a senhora vice-presidente e um vereador, o vereador do ambiente.”	Tem conhecimento dos intervenientes do município que fazem parte do CG
		Estabilidade dos elementos do CG	----	
		Assiduidade no CG	E4R24 – “Pelo menos um tem estado. Aliás na última reunião não estive nenhum, mas normalmente pelo menos um está, no ano passado até vinham os três com frequência.”	A assiduidade não é elevada.

Código	Categorias	Subcategorias	Recortes (R) da entrevista n.º5	Inferências
A	Conhecimento da não existência de um projecto educativo concelhio		E5R1 – “...não tenho ideia nem sei ...”	Não tem conhecimento da existência ou não de um projecto educativo concelhio
B	Conhecimento das actividades ou projectos do município.	Conhecimento	E5R2 – “Sim, a câmara tem desenvolvido muitos projectos, acompanha a educação.”	Tem conhecimento de actividades realizadas pela câmara.
		Identificação	E5R3 - Penso que uma das razões que a câmara acompanha a educação é a existência desta própria escola que ela é accionista principal, edifício construído pela câmara para a instalação da escola.” E5R4 – “...todos os anos há uma realização que é os encontros da educação do concelho ...”	Conhece algumas actividades e projectos do município.
C	Opinião sobre a pertinência das actividades realizadas pelas escolas.		E5R5 – “Sim, penso que a escola colabora com as suas actividades ...” E5R6 – “Isto não será uma estratégia do município, mas o município enquanto sócio da escola também nos impulsiona que nós possamos abrir o leque às instituições.”	Considera a escola profissional como um instrumento para o desenvolvimento do Concelho.
D	Conhecimento dos recursos disponibilizados		E5R7 – “Eu tenho pouco conhecimento dos valores que a câmara poderá ter para apostar no campo educativo.”	Não tem conhecimento dos recursos disponibilizados pelo município.
E	Participação na elaboração da CEM		E5R8 – “A minha escola esteve em todas as reuniões, não fui eu que estive presente nem tão pouco falamos sobre isso mas foi ouvida e esteve presentes em reuniões e a diretora pedagógica acompanhou a evolução dessa carta.”	A escola esteve envolvida na elaboração da CEM
F	Representatividade no CME		E5R9 – “...vai lá sempre alguém da escola, representar a escola. Somos sempre convocados para todas as reuniões.”	A escola está representada no CME
G	Participação das escolas nas atividades da câmara	Participação	E5R10 – “Nós [...] depende da atividade que é.”	Participam ativamente nas atividades promovidas pela câmara.

			<p>E5R11 – “No geral, nas feiras gastronómicas, nas feiras de emprego, nas mostras que há, ...”</p> <p>E5R12 – “... temos muitas actividades ativas em relação à câmara.”</p>	
		Agrado	E5R13 – “Sim [...] isto resulta do intercâmbio da aposta que a câmara faz, da parte daquilo que nós temos potenciais para colaborar nas iniciativas do próprio município ...”	A participação parece ser do agrado.
H	Opinião sobre a relação escola/ município		E5R14 – “A relação da escola e o município é tão boa que eu sou o director geral e sou o gerente nomeado pela câmara.”	A relação é muito boa.
I	Melhoria da relação escola/município		E5R15 – “Todas as ações se podem melhorar.”	Não especifica onde pode haver melhoria.
J	Opinião sobre a visão que os outros intervenientes devem ter sobre a sua própria ação.		E5R16 – “Eu tenho a impressão que tem de ser muito bem visto, porque o vereador com o pelouro da educação é a pessoa destacada pela câmara para a gerência da escola e ela é que responsabiliza a escola, de maneira que penso que é bem vista.”	A vereadora faz parte da gerência da escola, como tal acha deve ter boa impressão.
K	Relação com outras entidades		<p>E5R17 – “Nos temos uma ótima relação, somos sócios da associação comercial e industrial ...”</p> <p>E5R18 – “Temos permanentemente e todo o ano actividades com os bombeiros em que vem cá fazer primeiros socorros e ensino de actividades de incêndios, temos actividades com a ACIM, temos actividades com alguns grupos culturais [...], a associação dos aposentados, alguns ranchos folclóricos que nos pedem colaboração [...]. Temos colaboração com esses todos e todas essas actividades.”</p>	Revela ter boas relações com várias instituições.
L	Conhecimento da intervenção do município noutros campos da educação		<p>E5R19 – “O próprio município tem, através da nossa escola, cursos de educação e formação de adultos nos EFA.”</p> <p>E5R20 – “Tem outro aspecto social, [...] que também hoje trabalha muito, inclusiva com imigrantes, ensino do português aos imigrantes ...”</p>	Conhece algumas outras intervenções do município no campo da educação.
M	Identificação dos membros	Representantes da	E5R21 – “... o presidente da caixa é gerente, a vice-presidente da câmara	O Conselho Consultivo tem um funcionamento

	no Conselho Consultivo.	câmara	<p>neste caso é gerente e depois nomeiam outro gerente que sou eu que acumulo com o diretor geral. Nós três pertencemos também ao conselho consultivo que fundamentalmente fazemos o conselho consultivo como um bocado alargado, convidamos o presidente da ACIM, não temos estabelecido uma norma genérica para o conselho consultivo.”</p> <p>E5R22 – “Há uma troca de impressões, uma troca de correspondência mais nada. [...] inicialmente começamos com conselho consultivo que nunca funcionava porque as pessoas que eram nomeadas não vinham. Assim é preferível a gente telefona a quem nos interessa e reunimos um tipo de consultores e de informadores.”</p>	diferente do CG. Conhece todos os elementos.
		Estabilidade dos elementos do CC	-----	
		Assiduidade no CC	-----	

Anexo 3

Código	Categorias	Recortes (R) da acta 2008-02	Inferências
N	Apoio aos projetos realizados pela escola	A1R1 - “[...] referiu que o Senhor Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de M, manifestou o seu desagrado pela atitude da Câmara Municipal na concretização de um projecto levado a efeito por uma turma da EB 2, 3 de M.”	Desagrado pela forma como a Câmara prestou a ajuda.
O	Relação entre os concelhos executivos e a Câmara municipal	<p>A1R2 – “O Senhor Vereador CM referiu que o que se constata é que não há uma relação próxima entre a Câmara Municipal e os conselhos executivos escolares.</p> <p>O Senhor Presidente disse que o que se verifica é que existem pessoas que intencionalmente estão a dificultar a relação entre a Câmara Municipal e as escolas, o que lamenta profundamente esse facto.”</p> <p>A1R3 – “A Senhora Vice-Presidente referiu que, sempre que fala com o Senhor Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de P, pergunta se existem problemas com os transportes, em relação a horários, condições de transporte, etc., e tem-lhe sido dito que não existem registos de ocorrências.”</p>	Há opiniões diferentes sobre a relação entre a câmara municipal e os Conselhos executivos. Um vereador da oposição diz que não há uma relação próxima. A Vice-Presidente refere o Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de P. não aponta problema.

Código	Categorias	Recortes (R) da acta 2008-05	Inferências
P	Manutenção de equipamento	A2R1 - “Sobre o Pavilhão Desportivo da E.B. 2,3 de M, [...]. A Senhora Vice-Presidente usou da palavra para referir que a situação já é antiga e começou com o sistema de aquecimento das águas. A Câmara interveio e foi realizada uma reunião com a DREC, na sequência da qual foram realizadas algumas obras e mudada a caldeira, tendo ficado contudo muito por fazer.”	A câmara realizou obras em equipamentos, mostrando vontade de contribuir para a melhoria das condições.

Código	Categorias	Recortes (R) da acta 2008-08	Inferências
O	Relação entre os concelhos executivos e a Câmara municipal	A3R1 - “O Senhor Vereador CM interveio para referir que o que o preocupa é o facto de sentir, e ser visível, que não existe sintonia entre a Câmara Municipal e a comunidade escolar.”	Nas palavras do Vereador da oposição a relação entre a Câmara Municipal e a comunidade escolar não é a melhor.

Código	Categorias	Recortes (R) da acta 2008-21	Inferências
Q	Apoio às atividades	A4R1 – “O Senhor Vereador CM interveio para registar o seu agrado relativamente ao facto de a Câmara Municipal ter reforçado as verbas num sector importante como é o da Educação, [...]. A4R2 – “A Senhora Vice-Presidente referiu que a Câmara Municipal considera importantes as actividades lúdicas e, [...], se a Câmara não apoiar estas actividades as mesmas não se realizariam, [...]”	Aumenta o apoio da CM para as atividades lúdicas das crianças e dos alunos do 1ºCEB

Código	Categorias	Recortes (R) da acta 2009 ii-02	Inferências
R	Apoio a outros eventos	A5R1 - “A Senhora Vereadora AM referiu que não põe em causa a valia do evento, que é um evento cultural de promoção da educação, que acontece no Concelho, [...], mas que também há que atender a que a Câmara Municipal tem de gerir dinheiros públicos e não pode decidir a atribuição de subsídios só pela importância do evento, mas baseada em regras”	A Câmara apoia outras atividades, mas baseada em regras.

Código	Categorias	Recortes (R) da acta 2009-02	Inferências
S	Relação com a comunidade educativa.	<p>A6R1 – “O Senhor Vereador BM voltou a intervir para dizer ter lido na comunicação social uma entrevista dada por uma Senhora Professora da Escola de [...], na qual a mesma refere a existência de alguns problemas nos equipamentos, e também o facto de a instalação eléctrica não suportar a ligação dos aquecedores. A Senhora Vice-Presidente disse ter lido a entrevista e ter ficado indignada, pois a Senhora Professora afirmou que a mudança para a nova escola só ocorreu em 15 de Setembro, quando deveria ter tido lugar antes, mas que isso aconteceu porque a própria professora preferiu ficar na IPSS [...]”</p> <p>A6R2 – “[...] a Senhora Professora, [...], nunca fez chegar à Câmara Municipal qualquer indicação, qualquer preocupação, qualquer queixa, relativamente ao aquecimento, água quente ou falta de energia. É uma atitude que a Câmara Municipal, os pais e as crianças não merecem. Compete à Senhora Professora velar pelo bem-estar das crianças e não foi isso que fez.”</p> <p>A6R3 – “O Senhor Vereador AF referiu que teve conhecimento da situação pela Senhora Vice-Presidente e que ninguém na Câmara Municipal sabia que não havia aquecimento, porque foi feito um contrato com a Lusitâniagás e possivelmente algum funcionário se esqueceu de accionar a ligação da caldeira. Uma vez que há aquecimento central não há necessidade de utilizar aquecimento a energia eléctrica, porque, como é óbvio, a instalação não está preparada para isso. O problema é que ninguém sabia que o aquecimento central não estava a funcionar.”</p>	<p>Há um descontentamento de uma docente em relação ao equipamento, nomeadamente do aquecimento.</p> <p>Em vez de seguir os caminhos normais foi logo se queixar à um jornal.</p> <p>Pela surpresa que os vereadores parecem demonstrar, não sabiam deste caso, até ao aparecimento na comunicação social.</p> <p>Parece haver falta de comunicação.</p>

Código	Categorias	Recortes (R) da acta 2009-06	Inferências
R	Apoio a outros eventos	A7R1 – “A Senhora Vice-Presidente interveio mais uma vez, para fazer referência ao Encontro de Educação que decorreu no último sábado, [...], e que contou com a presença do Senhor Secretário de Estado da Educação, tendo salientado que apesar de estar um dia de sol, bom para passear, a sala estava cheia tendo assistido ao evento cerca de 250 pessoas, incluindo professores.”	A câmara organiza eventos na área da educação.
Código	Categorias	Recortes (R) da ata 2009-11	Inferências
Q	Apoio às atividades	A8R1 – “A Senhora Vice-Presidente informou que estavam a decorrer as festas de encerramento das actividades lectivas do ensino básico e jardins-de-infância e que o palco para esta iniciativa é o parque desportivo. Disse ter sido feita a entrega de prémios relativos à campanha de recolha de óleos, verificando-se que as crianças aderiram entusiasticamente à iniciativa. Formulou um voto de agradecimento aos pais, crianças, professores e funcionários que se têm envolvido nestas iniciativas.”	Há um grande envolvimento das escolas nas atividades organizadas pelo município.
Código	Categorias	Recortes (R) da ata 2009-16	Inferências
T	Apoio à comunidade escolar	A9R1 – “A Senhora Vice-Presidente referiu que se trata de uma proposta de apoio às famílias carenciadas, e que a Câmara Municipal iria garantir o pagamento dos manuais escolares e apoiar na aquisição de material escolar.” A9R2 – “O Senhor Presidente referiu que apesar do aumento dos custos dos transportes é o terceiro ano consecutivo em que a Câmara Municipal não aumenta o preço dos passes, no sentido de apoiar as famílias.”	A câmara apoia as famílias com mais dificuldades económicas, de forma que os jovens possam continuar os estudos com maior facilidade.

Anexo 4

Relação Município – Escola

ENTREVISTA n.º1

SRA. VEREADORA COM O PELOURO DA EDUCAÇÃO

Município B

O município tem algum Projecto Educativo Concelhio? Se sim → Como foi construído? Se não → Porque não?

Sim, o município tem no fundo um projecto, um projecto educativo concelhio. E que já vem sendo, pronto, embora não exista um documento único, existe uma plataforma de entendimento entre os agrupamentos e restantes escolas que visam exactamente isso. No futuro temos esse documento porque na prática nós temos-lo. Isto é, nós temos um projecto educativo concelhio não temos é um documento de suporte. Mas a transversalidade das políticas de educação do concelho, no fundo põem em prática esse projecto educativo.

Que actividades ou projectos são desenvolvidos pela Câmara Municipal no âmbito da educação?

Tudo. No fundo aquilo que é a educação do concelho passa sempre e em primeira instância pelo município. Nos sempre tivemos uma relação de grande proximidade com as escolas e o que se faz, faz-se no sentido de melhorar as condições de ensino/aprendizagem e formação da nossa população infantil e juvenil. E neste sentido nos em primeiro lugar acompanhámos, estamos muito presente nos projectos educativos das escolas. Depois ao nível da rede social, dentro da rede social naquilo que diz respeito à educação, ao acompanhamento dos jovens e das crianças, estende-se e por isso dentro da rede social também estão presentes as escolas, de forma a que exista essa proximidade e essa articulação. No, no, nós somos desde sempre vereador que tem o pelouro da acção social tem sido o presidente da comissão de protecção e por isso mais uma vez a escola está presente. E posso-lhe dizer eu, que no nosso concelho praticamente não existe abandono escolar. Nós, foi uma tarefa árdua e que nós chegamos a um ponto que às vezes já éramos a informar a escolas que aquele aluno estava a faltar porque estava nesta ou naquela

situação. Em quanto a escola estava a marcar falta a pensar que “virá outro estado médico” nós já sabíamos o que é que se passava. E por quê? Porque as crianças e os jovens são sempre acompanhados localmente por uma instituição. Nós, a rede social, não é só a rede social em termos de protocolo, nós implementamos uma rede social muito forte no concelho e por isso os nossos parceiros fora da educação, mas que estão com jovens são IPSS. Todas as freguesias têm pelo menos uma IPSS e são os nossos tentáculos em cada freguesia e em cada lugar. Então o que quer dizer que, dado a sua proximidade, às vezes um problema que surge com a família é mais fácil até vir, mais rápido vir à câmara dizer: “olhe aquele aluno vai imigrar ou está nesta situação ou os pais mudaram de residência. Ainda a escola não tem essa informação porque se são famílias com problemas mudam-se sem dizer nada a ninguém, sem prévio aviso. Nas IPSS essa está sempre, porque tem aquele carácter de proximidade com as famílias. Fazem parte da vida do dia-a-dia das famílias que elas sentem-se na obrigação de partilhar com eles esses, os problemas e por isso. Depois temos no âmbito da que desenvolvemos no âmbito das actividades enriquecimento curricular uma quarta actividade que é suportada integralmente pela autarquia que é: “Educação ambiental e cidadania”. Que estendemos, que fizemos, criamos a, no fundo o plano desta actividade e é transversal e envolve toda a sociedade. Desde a escola e começou no 1º ciclo, mas estendeu-se ao jardim-de-infância porque nos já tínhamos uma política de educação ambiental implementada em todos os níveis de escolaridade e por isso alargou a todos os outros ciclos de formação e ao jardim-de-infância. Passou para as IPSSS, para as associações e neste momento temos um projecto que se desenvolve em todas as frentes e em todas as freguesias e todos os lugares. Que nós vamos começar com a Universidade de Aveiro a desenvolver o documento “agenda 21 local” porque na prática nós andamos a trabalhar estes anos todos no sentido de nós prepararmos e de envolver a comunidade para o desenvolvimento da agenda 21 local.

E também a relação do abandono escolar também contribuiu para isso a escola profissional.

Sem dúvidas, aliás a escola profissional sabe que, neste município a escola profissional foi um desafio da autarquia. É um projecto da autarquia e por isso era, foi criada no sentido de colmatar um défice em termos de oferta de formação que existia e de oferta de formação e de quadros que eram necessários ao nosso tecido empresarial e à nossa comunidade. Mas pronto, hoje tem, é de espectacular, por que é uma escola com muito êxito.

Os alunos são acompanhados, são tratados como gente, a escola profissional e pronto e se quiser, quando quiser visitar ela está aberta. Os alunos são conhecidos pelo nome e são acompanhados desde que lá entram, nós sabemos o percurso profissional de todos os alunos que passaram por aquela escola desde o primeiro ano. Porque eles também fazem, também tem a necessidade de se fazer, de ir à escola, é uma família.

De que forma as actividades realizadas pelos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas contribuem para o enriquecimento das estratégias de desenvolvimento gizados pelo município?

Pretende-se que tenham um papel fundamental porque o futuro do concelho passa, está na escola. Não é? E por isso nós tentamos sempre fazer ver à comunidade educativa que é fundamental que a, o trabalho desenvolvido vá nesse sentido. Vá no sentido de preparar o jovem para a amar, sentir e desenvolver-se dentro do município. Que se envolva em todos os projectos que existem, que tragam necessidades para que nós os possamos satisfazer essas necessidades ao mesmo tempo fazer, permitir a realização pessoal de cada um e de todos. Para isso é fundamental que as actividades da escola vão no sentido do envolvimento na sociedade destes jovens. E pronto temos feito, daí que todas as actividades são, no fundo, nós somos envolvidos no plano de actividades das escolas e as escolas são envolvidas em todas as nossas actividades. Numa forma articulada para não estarmos a multiplicar esforços e também para sensibilizar os jovens. Para que eles se realizem é necessário que eles se envolvam e que manifestem as suas necessidades. Mas de uma forma consciente, numa forma proactiva, não é só dizer que eu preciso de ... Agora encontramos situações diferentes os jovens a dizerem mas nós agora nós temos tudo. E pronto temos a dificuldade por exemplo de não conseguir às vezes ter associações de estudantes, isso também manifesta alguma coisa. Não é? Quando os estudantes não sentem necessidade de se associarem para nós é preocupante.

Mas quando estão associados estão, quando estão associados sentem a necessidade de alguma coisa por isso é que se associam, ora quando há essa necessidade quer dizer que as suas necessidades estão satisfeitas.

Eu prefiro ver assim, mas as vezes preocupa-me se pensar na indiferença, na apatia deles em relação aquilo que os rodeia. Porque as vezes a satisfação de necessidades imediatas,

acaba por preterir as necessidades futuras. Não é? Ter uma atitude mais ..., mas pronto, mas isso somos só nós. Depois também desenvolvemos todos os anos o, fazemos candidaturas para o ATL em cinco projetos. Isto é, pedimos sempre o máximo para ocupar o máximo de jovens do concelho e o nós, quer no ATL de curta duração quer de longa duração, quer os jovens voluntários para a floresta. Isto é, acabamos por desenvolver atividades em parceria com os organismos públicos de forma a que os jovens nas férias estejam ocupados e de uma forma, de uma dinâmica de cidadania ativa possam ter os seus tempos preenchidos ou parte dos seus tempos preenchidos.

Contribuir para a sociedade

Exatamente. E também sensibilizar para as necessidades que existem.

Quais os recursos humanos, materiais e financeiros que a Câmara Municipal dispõe para intervir no campo educativo?

Em relação aos recursos humanos, quer na área da educação, quer nas outras áreas a câmara é deficitária. Nós temos a sorte de ultrapassar em muito a produtividade, do país, porque na realidade os nossos serviços são, o nosso pessoal é muito polivalente e acabamos por ter no fundo, respostas concentradas em, num reduzido número de pessoas, de funcionários. De qualquer forma a educação é a prioridade das prioridades neste concelho e por isso é sempre aquela frente que nos merece mais consideração. Se for a educação a necessitar pois e se nós não tivermos recursos suficientes vamos buscar aos outros para reforçar a educação.

Na elaboração da Carta Educativa Municipal foram ouvidos os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas? Estes tiveram uma participação activa?

Na carta educativa?

Sim

Estiveram todos envolvidos, quer os agrupamentos quer a população que diretamente está ligada à educação, quer as freguesias. Foi uma discussão muito, é que agora vamos ter um mega agrupamento e por isso ... Mas de qualquer forma, eu penso que... E temos que ver isto na, temos sempre que ver a parte positiva dos projetos, lamento que ainda os professores, ainda a comunidade escolar esteja a recompor de uma reforma e já estejam a

atirando para outra, que acaba por andarmos aqui sempre aos solavancos. Mas se houver boa vontade e se a intenção for investir na educação temos todos a ganhar. Mas porque o município, neste caso o município é pequeno e está bem estruturado não é sinuoso, as acessibilidades são ótimas, a resposta da câmara é ótima há um envolvimento que não se pode dizer que nesta freguesia é mais do que na outra. Porque não, porque nós temos nisso até, temos uma única junta de freguesia que não é, que não é PS. Neste caso é o PS que está aqui. Temos uma única junta que é de cor diferente e quer o vereador que tem o pelouro das freguesias, quer eles próprios não sentem essa diferença. São tratados de maneira igual, aliás eles trabalham em pareceria e não existe, não fazemos essa distinção. E também é uma pessoa já está a muitos anos e pronto, conhece e reconhece e por isso eles são sempre muito envolvidos porque os primeiros passos tem de ser dados pela comunidade por muito boas que sejam as reformas, nos temos que as discutir e fazer passar primeiro para a comunidade. Daí que por exemplo nesta reorganização da rede escolar, nos temos dois agrupamentos, bem agora temos um mega agrupamento, mas temos dois agrupamentos ainda até, embora já estejam a trabalhar nisso, mas em termos de gestão prefiro ainda dizer assim. Temos dois agrupamentos, um em que é pacífico, é pacífico por parte da autarquia para com o ministério da educação porque nos dizemos que naquele agrupamento iriam existir dois centros educativos Barcouço e Pampilhosa, neste momento já existem por isso estamos disponíveis para, disponíveis e foi essa a política seguimos para encerrar todas as outras escolas, mas de uma forma qualificada e qualificante. E vamos fazê-lo. Naquele desafio que nos fizeram relativamente ao agrupamento da Mealhada por que era necessária encerrar porque tinha escolas com menos de 20 e algumas com menos de 10, também temos que ser. E não é pacífico. E a nossa, mesmo trabalhando, estando, a nossa resposta é não porque não foi aceite, não somos nós que passamos nem é essa, nem é esse o discurso e o diálogo que temos tido com a comunidade quando tivermos a situação resolvida, a pois. Nos queremos é que as crianças, porque nos até agora quem tem de decidido encerrar escolas até tem sido o município. Quando elas não funcionam somos nós que dizemos esta vai encerrar, porque achamos que não tem produtividade em termos de ensino e aprendizagem que justifique. E eu também não quero, pronto temos esse feedback com os, as direções sempre tivemos e quando identificados casos problema em determinada escola, nos temos que o resolver.

E a câmara está sempre disponível?

Exatamente. Por exemplo isto para também para, todos os desafios que nos são feitos ao nível da educação nos primeiro vemos qual a repercussão que vai ter no concelho e na nossa comunidade, estudamo-lo e analisamo-lo. Eu posso-lhe dizer que antes de começarem as atividade de enriquecimento curricular para o primeiro ciclo nos já tínhamos oito anos de experiencia em desporto escolar. E num projeto aprovado pela direção regional da educação em que fazia parte do plano curricular dos alunos, quer dos jardins-de-infância quer do primeiro ciclo. E todas as crianças, todas as semanas iam uma vez à piscina e uma vez ao pavilhão. Aqui também só se pratica educação física nos equipamentos desportivos e não é noutros. Nos transportamos os miúdos para os equipamentos preparados para o efeito, em que eles saibam o que é utilizar equipamento desportivo, utilizar infraestrutura como, preparasse para ir praticar uma atividade desportiva. Tomar o seu duche, vestir-se e vir embora. Porque tudo isto também é educação para a cidadania, quanto mais não seja. Não é? E por isso nos, foi sempre esse o nosso principio. Quando apareceram as atividade de enriquecimento curricular, nos já tínhamos experiencia disso, alargada. E então a decisão logo foi a câmara organiza. A câmara pois claro colocou com parceria dos agrupamentos. Nos temos um corpo de professores fixo, pois começamos logo a fazer contratos a termo, em que os professores têm os seus direitos, fazem os seus descontos e por isso os professores não têm dez horas como em quase todos os outros municípios. Têm dezassete horas, nos pagamos dezassete horas aos professores. e por isso temos essa vantagem de termos um grupo de professores, 40 e tal professores, das 4 áreas, quase 50 professores, 49, 50, 51 depende das. Que estão disponíveis para depois desenvolver as outras atividades paralelas.

E podem fazer projetos porque eles

Exatamente, nos por exemplo temos um centro de marcha, no parque em que às terças, quintas e domingos temos um professor de educação física que acompanha as pessoas que queiram praticar a marcha, desde medir-lhe a pulsação, aconselhar qual o circuito que faz, no fim, segui-lo, acompanha-lo. E é fruto também desta bolsa de horas que nos temos e do empenho deles também, porque também se sentem aconchegados porque se sentem tão professores como os outros e têm o trabalho deles reconhecido e por isso também se dedicam. Não temos que andar a pedinchar atividades e empenho.

Como os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas estão representados no Conselho Municipal da educação?

Não estavam, estavam conforme nos tínhamos decidido, porque nos fomos os primeiros municípios a ter conselho local de educação. E foi nesse conselho local de educação que se decidiu pelos agrupamentos horizontais porque os verticais já era um desafio megalómano para as mentalidades da população educativa. E por isso temos uma experiência de há muitos anos. E nessa da partilha e de envolver todos os atores que no conselho se dedicavam à educação, direta ou indiretamente. Com a legislação com o 7/2003 tivemos que mudar. Até porque nos dissemos que não mudávamos e a senhora diretora regional á altura obrigou-nos a mudar. E nós mudamos, só que os outros ficaram como observadores, nós temos o direito de o fazer. E como também não é um órgão deliberativo, é consultivo, isso quer dizer que, e também lhe digo que neste município também acabamos por depois do 7/2003 de menosprezar, entre aspas, o conselho municipal de educação. Porque acabamos por na rede social que reúne assiduamente e nos conselhos gerais e nas reuniões que fazemos transversais, porque nos temos que agir aqui nos projetos que temos, interagir com todos, acabamos o outro ser só consultivo, reunimos quando há disponibilidade. Já não tem o peso que tinha por exemplo o conselho municipal de educação, o conselho local de educação que tínhamos antes. Mas todos participam os, aqueles que vem porque legalmente tem que vir, porque normalmente quem falta também são os organismo do estado. E os outros estão cá como observadores. Se não tem assento, estão cá porque tem assento porque nos achamos que têm, têm que ter.

A participação das escolas nas actividades promovidas pelo município é elevada? E essa participação parece ser espontânea e do agrado dos vários intervenientes?

É óbvio, não é? Todos nós temos as nossas imagens, sobretudo quando as vezes são alturas menos, menos, quando as coisas acontecem ao fim-de-semana. Às vezes é um pouco mais controverso porque mobilizar a comunidade educativa aos fim-de-semanas é assim um bocadinho, mas mobilizamos as famílias e depois eles também se sentem na obrigação. Mas pronto, há sempre aquela coisa. Sabe não é?

De uma forma global como interpreta a relação entre cada escola (agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas) e o município.

Há situações um pouco mais, como em todo o lado, mas, mas funciona muito bem porque depois é o somatório de tudo. E trabalhamos não só com cada agrupamento ou cada direção, mas trabalhamos com cada escola. E por isso a relação é mais forte, embora oficialmente a comunicação tenha que seguir o circuito necessário, informalmente nos falamos com todos e todos sentem a vontade em vir a câmara ou chamar a câmara para os seus projetos e muitas vezes para as suas pequenas preocupações. Por isso nos estamos muito presentes nas escolas.

Havendo margens para melhorias, que ações pode a câmara realizar para melhorar esta relação? E as escolas?

Agora que estamos numa reforma que se diz grande, vamos aproveitar essa reforma e tentar sensibilizar estes, o novo diretor e os novos diretores, a melhorar, a limar as arestas que ainda não tinham sido limadas. Porque penso que, nós vivemos numa sociedade complexa e pronto. Estamos também numa fase pior. Mas também é nestas fases piores que nos podemos sempre investir na qualidade e na excelência daquilo que não requer muito esforço financeiro mas sim mais esforço colaborativo e cooperativo. E eu penso que esta também é uma fase boa. Primeiro porque se está numa reforma estrutural em termos da organização da educação no concelho e por outro lado também fruto de às vezes da falta de recursos financeiros nós temos também que inventar outras estratégias e motivar as pessoas. Eu acho que podemos aproveitar agora esta fase para alicerçar mais os princípios de cidadania ativa e criar uma cultura de escola mais próxima dos valores, mais próxima do saber ser e do saber estar.

Que é extremamente importante

É fundamental. Aliás são valores que se perderam no tempo, porque eu quando andei na escola também já foi há muitos anos, mas também não foi assim a tantos anos, e era exatamente isso que acontecia. Talvez com excesso rigor e disciplina mas haviam esses valores. Nos não estávamos a espera que ninguém nos fosse apanhar o papel porque não existia, eramos nós que fazíamos a limpeza. E por isso tínhamos essa noção do quanto tínhamos que ser, eramos envolvidos e tínhamos que cuidar do nosso espaço e respeitar o

nosso espaço e a nossa população porque também tínhamos que ir interagir porque a escola já nos obrigava a fazer isso nesse tempo. E dum momento para outro esses valores perderam-se. E eu penso que as famílias já estão aproximar muito mais da escola. Nos aqui, fruto dessa articulação com, e por isso é que não fazemos parcerias com associações de pais e não sei quê e não sei quantos. Tem que ser, porque quem vale às famílias em tempo de interrupções lécnicas são as IPSS. Por isso, elas estão a segunda pessoa na área de educação neste concelho, isto é, está a escola e estão elas. Porque são eles que estão na retaguarda da satisfação das necessidades dos pais. E o facto de também acabarmos por ter, se o pai não vai à escola vai à IPSS. Muitas vezes vai mais rapidamente à IPSS do que à escola. Mas como a escola interage com a IPSS, o melhor é aproveitarmos para fazer a reunião quando ele está disponível, onde está disponível para ir. E acabamos por já termos mais, e isto tantas vezes aconteceu que hoje o pai já vai à escola com mais à vontade, já se envolve nos projetos da escola com mais à vontade. E isto são valores que começam a retomar.

Como acha que é vista a acção do município no campo educativo por parte dos Directores das Escolas/Agrupamentos? E por parte dos Professores? E pelos Pais e Encarregados de educação?

Penso que sim, aliás quando alguma coisa está prestes a acontecer o primeiro SOS que eles lançam é sempre para a autarquia.

E dos professores como será que ela é vista?

Eu penso que sim. É professor sabe que alguns que estão mais sensíveis ao envolvimento transversal e esses se sentem mais felizes porque são os que se sentem mais apoiados. Há aquele que preferem ser só o professor clássico e não se envolverem em mais nada e para esses as coisas já custam mais. Por exemplo, agora estamos a ultimar os relatórios das eco-escolas, há professores que os relatórios já estavam feitos, aqueles relatórios de avaliação, que já estavam feitos antes de acabarem as aulas porque se envolveram de uma forma ativa e dinâmica, houve outros que era mais um papel para preencher. É o empenho sai-lhe de dentro acham que

E pelos Pais e Encarregados de educação como é que a Ação da câmara é vista?

Bem, penso que sim. Sentem-nos tão próximos que nos batem sempre na cabeça. É sempre assim.

Qual a relação do município com associações parceiras externas às escolas mais directamente envolvidas com estas?

Já lhe disse.

Já me tinha dito, estava muito envolvida.

Aliás, nós fazemos questão que todos os parceiros, depois temos todas as coletividades onde os jovens estão, sejam nos escuteiros, sejam nas ... Por exemplo na nossa política de apoio ao desporto. Nós não financiamos clubes, o que nós fazemos é financiar as escolinhas, as escolas de formação para o desporto. Então os nossos jovens da escola estão, ou estão na natação, ou estão no hóquei, ou estão no futebol, ou estão no atletismo, ou no andebol financiados por nós. Porque nos não pagamos, não financiamos os clubes aos jogadores seniores, não senhor.

Que outras intervenções o município tem noutros campos educativos/formativos (por exemplo educação de adultos; formação profissional, etc...)?

Os CNO foram t mb m iniciativas nossas e que nos apoiamos. E pronto, quer os CNO, quer os CEF, quer os CEFA e depois o município sente-se sempre na obrigação de apoiar estas, estes níveis de formação criando condi   es quer para os estágios curriculares, quer para o desenvolvimento das atividades de uma forma mais dinâmica. T mb m lhe posso dizer que apoiamos a diferença e nós por exemplo temos uma sala “quiche”, uma sala quiche   uma sala de autistas. De crianças autistas, nos temos dois autistas no concelho e temos uma sala com 5 autistas. São dois da Mealhada, dois de Anadia, do concelho de Anadia e um do conselho de Coimbra. E quando a associação de autismo deixou de os apoiar, o presidente acho que os nossos nos tínhamos de cuidar. E então criamos condi   es para abrir uma sala com, adaptada a estas crianças e isto tem sido uma missão que já dura a 10 anos para aí ou mais. E pronto, as crianças são sempre as mesmas, acabamos por ter mais três crianças que não eram nossas mas... E o nos temos feito   andar com as crianças

todos os dias de um lado para outro como deve imaginar, desde de ir para hidroterapia às atividades externas, enfim. Porque infelizmente, nos não temos uma sociedade estruturada para apoiar, porque isto não deve ser assim. Não devem ser ações de voluntariado e de boa vontade, devia ser a própria sociedade estruturada, o próprio ministério da educação, porque estas crianças têm estas diferenças e por isso devia haver uma estrutura sólida que acompanhasse estas crianças. Infelizmente o ministério da educação só se lembra que existem crianças nos períodos letivos. Fora dos períodos letivos as crianças morrem todas para o ministério da educação. Não existem. Por isso, é que nós temos necessidade e sentimos necessidade deste município de ter parcerias, uma rede de parcerias muito forte de forma a que as crianças não entrassem em turbulência de cada vez que os pais não podem ficar com elas, nem todos são professores. Quando o ministério da educação ignora a situação das crianças até parecem que não existem problemas. Nos temos por exemplo nos CEF, nos temos situações em que alguns CEF são crianças mais problemáticas e que não podem ficar em casa quando os pais vão para a fábrica. E o protocolo que tem connosco, vamos ao cúmulo do seguro escolar, o seguro escolar cobre as crianças, embora todos nos saibamos que o seguro escolar e nada é a mesma coisa, mas pronto. Mas a figura do seguro escolar mesmo nada é uma confusão muito grande para os diretores ou para direção regional da educação. Quando nós, quando os pais sentem necessidade que os miúdos continuem um projeto, nas interrupções letivas e o diretor diz-lhe cuidado, mas os seguros escolar “não cobre, porque só cobre dentro dos períodos letivos”. Então quem que cobre? Até porque nos assumimos uma irregularidade e estamos a infringir a lei. Quando estamos a ter num posto de trabalho, crianças menores. Nos estamos sujeitos a tropeçar na nossa boa vontade porque o ministério da educação não assume aquilo que é da sua responsabilidade. Estas questões têm sido sempre muito, porque também temos tido uma, um bom interface com o ministério da educação na pessoa do diretor regional. Sempre. Sempre tivemos uma facilidade de apresentar estas nossas preocupações e eles também acabam por pensar connosco algumas soluções e estão mais abertos. Isto tem que referir porque é necessário. Mas pronto, o problema não é aqui. Muitas vezes a diretora regional é tão incapaz como nós. Ou melhor nós até somos mais capazes porque na nossa área do município. Em última estância nos decidimos. Mas ela não pode decidir. E tem competências delegadas mas depois não pode assumir qualquer responsabilidade, que é muito mau. Mas nos já estamos nessa fase, na fase da qualidade, da excelência e aquilo que

para nós é um problema nem passou pela cabeça de ninguém. Por exemplo, agora tivemos aí um problema grave e ainda não está resolvido, mas fomos dos primeiros municípios a assinar a transferência de competências. E depois debatemo-nos com um problema, é que os funcionários contratados que estavam nos municípios onde ..., que não tinham recebido a transferência de competências ao abrigo de uma lei ilegal foram todos integrados no quadro. Os nossos porque nos não podíamos abrir concurso porque estávamos limitados em termos de legislação não puderam. Quer dizer nos prejudicamos os funcionários porque acreditávamos que estar mais próximo da educação era a melhor coisa. E acabamos por estar, depois, é logico, há municípios que assinaram e que dizem mas não há problema com a mão-de-obra porque outra situação é agora esta indicação em termos de contratação. E nos temos de contratar porque, e quer por exemplo nas atividades de enriquecimento curricular porque são contratos porque nos fazemos contratos a prazo, quer para o, a, a, as assistentes operacionais ou para os assistentes administrativos. E para nós é um problema, é lógico, para muitos municípios não é um problema porque existem empresas de “*outsourcing*”. Só que a política do município não é essa, nem nunca nos contrataremos ninguém através de uma empresa de “*outsourcing*”, porque se o estado age assim, não tem capacidade nenhuma de julgar as empresas. Primeiro cabe ao estado dar o exemplo e nós aqui neste município cumprimos. Mas se cumprimos estamos a tropeçar na lei. E isso são os custos que estamos a espera que o ministério decida porque tem de decidir. A estabilidade de emprego na medida das nossas possibilidades porque se não houver estabilidade, hoje as pessoas vivem dos seus próprios rendimentos e só isso dependem exclusivamente dos seus rendimentos. Por isso, jamais, conseguirão planear o seu futuro se tiverem precaridade no emprego. Esta é a nossa realidade é a realidade do mundo, não é só nossa. Porque isto também fruto da globalização. Mas se nós. Se cada um de nós puder contrariar um pouco essa tendência podemos criar uma sociedade mais justa. Em que as pessoas dedicar-se-ão ao seu trabalho se não tiverem outras preocupações, pois se chegarem todos os dias ao trabalho com a cabeça cheia de problemas provavelmente não vão produzir aquilo que deviam produzir.

Quem representa o município no Conselho Geral dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas?

Sou eu, nós, pronto agora isto vai mudar, mas tínhamos, temos quatro realidades. A da escola profissional é óbvia, é nossa propriedade nós temos, eu sou cogerente nomeada pela câmara e depois tem o diretor. E tem uma pessoa nomeada pela, que é o presidente da caixa de crédito agrícola que é o segundo, ACIM. Na ..., e por isso, na escola secundária o município é representado apenas por duas pessoas, sou eu e o Sr. Presidente da câmara. Nos outros dois agrupamentos são três representantes e na altura era o Sr. Presidente, eu e o vereador que tinha o pelouro das obras e do desporto. Tinha o mesmo porque tinha que haver uma articulação e muitas vezes o que é que acontecia, quando se dirigem à autarquia existem problemas transversais se estiver ali já os responsáveis por todas as áreas é muito mais fácil. Quer no agrupamento da Mealhada são três. Embora quando não, o assunto não, carecia da presença dos três, até porque sou vice-presidente, no fundo, substituo o presidente. Mas de qualquer forma o Sr. Presidente acha que ... Isto revela, revela a importância que a educação tem no município.

Agora fiquei surpreendido. Sou de Anadia, em Anadia o que nos temos é a vereadora, um funcionário lá e temos depois um elemento da junta de uma freguesia. Por isso, neste caso fiquei, agradavelmente surpreendido.

É sempre a câmara porque, até porque o vereador que está é, também tem o pelouro das freguesias e haveria sempre a diferença de termos freguesias que não estavam representadas. Por isso todas as freguesias estão envolvidas na problemática da educação, em todas as frentes, porque estão sempre no, quer na rede social e quer pronto, a educação trata-se no terreno com as freguesias e com as IPSS.

O município M neste momento, já ultrapassou, já passou há muito tempo o nível da satisfação das necessidades básicas, nos ao nível do fornecimento de água temos 100% há muitos anos.

Relação Município – Escola

ENTREVISTA n.º2

Director da Escola Secundária

Município B

Tem conhecimento de algum Projecto Educativo Concelhio?

Do nosso nomeadamente.

Do município ...

Não há um projecto educativo concelhio, há das escolas, apesar de haver algumas orientações do conselho municipal. Mas em relação ao conselho municipal tens se resumido, bem que seja um trabalho valioso, pelo modo como foi feito, foi feito em software não é em papel, concentrou-se quase exclusivamente na carta educativa municipal. Não há projecto educativo mas tem havido envolvimento grande do município no sentido de dotar o município de uma série de estruturas que acabam por constituir ou serem complementos à oferta educativa das escolas, nomeadamente na área desportiva.

Tem conhecimento de actividades ou projectos desenvolvidos pela Câmara Municipal no âmbito da educação? Se sim quais?

Sim, sim.

Quais por exemplo?

No âmbito do desporto fazem nomeadamente nas interrupções lectivas, a câmara tem feito regularmente, agora a designação não posso dizer, não sei dizer a designação precisa, mas não sei se chama mesmo férias desportivas. Mais ... Mas tem havido, projectos que aparecem, a câmara convida as escolas a participar. No caso, o próprio envolvimento e o patrocínio como por exemplo para as “escolíadas” que não deixa de ser significativo. No caso do 1º ciclo, a câmara viu-se obrigada a isso. Mas não sei se pode chamar proveito com

as AECs, isso é da câmara organizada por ela. Há algumas iniciativas que a câmara monta para a qual as escolas são solicitadas, como seja por exemplo: na altura do Natal sempre o embelezamento de cada uma das escolas de uma das rotundas na cidade; a colaboração e o incentivo que a câmara tem prestado para nomeadamente a participação no nosso caso na escola naquele projectos da ABAE “jovens repórter pelo ambiente”. Já houve anos com a colaboração inclusivamente mais estreita, como por exemplo aqui há três anos, em que inclusivamente ganhamos a nível nacional o prémio da Fundação Ilídio Pinho que era um concurso na área das ciências e o trabalho da altura incidiu nomeadamente sobre o levantamento e as condições dos meios aquíferos no concelho e só foi possível com uma grande colaboração da câmara e o objecto que foi produzido é um objecto de interesse, os resultados produzidos são de interesse para a câmara. Há, eu diria que há.

De que forma as actividades realizadas pela sua escola contribuem para o enriquecimento das estratégias de desenvolvimento gizados pelo município?

Vamos lá ver, dizer isso assim, o município responderia melhor, por um lado. Por outro, vemos no caso da Mealhada isso será claramente visível, creio que nos últimos anos, um objectivo, e estou cá há bastante tempo sei, o objectivo de fazer do concelho e fazer da Mealhada nomeadamente um centro completo com serviços e bem equipado para que não seja ou não fosse simplesmente um dormitório de Coimbra. Portanto, vê-se os serviços que foram instalados, desde bancos aos serviços de saúde, aos próprios serviços de justiça ainda que as coisas agora estejam em reformulação, houve uma aposta neste sentido, para então fixar residentes no concelho. E é dentro deste plano que se podem ser as coisas, e portanto deste ponto de vista, agora já não me recordo exactamente os pormenores da pergunta. Mas deste ponto de vista o que tem sido feito, tem sido feito no sentido de efectivamente dar aos residentes do concelho, incluindo os jovens, as condições necessárias para que todo o seu desenvolvimento possa ser efectivamente feito no concelho. E se há coisas que não se conseguem fazer melhor ou que a própria câmara não consegue, diria eu, isso por um lado a câmara terá limitações pois não deixa de ser uma câmara relativamente pequena, mas por outro por que também a oferta que é feita não recebe a melhor resposta por parte dos possíveis utentes. Mas relativamente a isso, aliás por exemplo, vai ter um papel daquilo que já se verifica muito visível a esse respeito, o

investimento que foi feito aqui na floresta, no agora parque da cidade, por exemplo. E o mesmo se diga a algumas infoestruturas desportivas como seja as piscinas, as piscinas têm frequências de pessoas de Coimbra.

Ao centro cultural, ao cineteatro?

Sim, também

Tem conhecimento dos recursos humanos, materiais e financeiros que a Câmara Municipal dispõe para intervir no campo educativo? Parece-lhe adequado?

Eu não tenho. Agora vou ter que estudar por causa do novo agrupamento de escolas. Mas digo-lhe que existe. Não posso dizer que sim.

Eu perguntei se tem conhecimento.

Não, não posso dizer que sim. Ou seja, o que se está a falar de números, de números concretos, de números de pessoas, de horas afectas ou de verbas afectas não, não tenho.

Na elaboração da Carta Educativa Municipal a sua escola foi ouvida?

Sim.

E teve uma participação activa?

Sim, eu diria que sim. Ainda que atenção, as escolas foram ouvidas. Vamos por partes. A carta educativa, se se refere a parte da carta que define orientações para o futuro, nessa parte não posso dizer que esteja já claramente definido. As escolas foram convidadas, convidadas ... solicitado que participassem no sentido de fornecer dados mais rigorosos possíveis, para que então a carta educativa, que é uma carta educativa dinâmica, feita em software. Não é uma carta educativa feita em papel, é em software. Daí que aponta para uma base de dados, que permite inclusivamente visualização do histórico de dados e projecção de dados a dois/três anos. Nomeadamente o número de alunos, localização e etc..... Isso permite estrategicamente ver então em que zonas, é que temos de estar, podemos estar a verificar aumento de alunos e em que zonas é que estamos a verificar redução de alunos. Para justificar decisões estratégicas. Neste sentido sim, as escolas participaram e a própria aprovação da carta educativa, na reunião em que isso aconteceu e

ela foi apresentada às escolas que estiveram presentes e foram ouvidas. Para se pronunciarem sobre aquela carta educativa. Agora não lhe diria que a carta educativa já está a ser usada como instrumento por parte da própria, das próprias escolas para decisões estratégicas relativamente ao futuro. Está a entender-me? Isso é que ainda não.

Qual é a representatividade da sua escola no Conselho Municipal da Educação?

As escolas, como sabe, a escola não está representada, por lei não tem representação. Nosso caso, isto justifica uma..., um acrescento importante que é o seguinte: quem está representado são os professores do ensino secundário. aaa..... A câmara municipal desde o primeiro instante teve sempre o cuidado de convidar os presidentes dos Conselhos Executivos ou directores das escolas para as reuniões da carta municipal, e tiveram liberdade para se pronunciar nessas reuniões. Eu assisti a isso, eu estive lá como representante dos professores do ensino secundário precisamente. Não é? E estiveram lá sempre também os presidentes dos Conselhos Executivos. E há um ano para cá Directores. Legalmente não há, não está previsto que haja representação das escolas. É um erro legal quanto a mim, porque supostamente se esta representação só seria feita muito indirectamente através das respectivas direcções regionais que delegam muitas vezes nas equipas de apoio às escolas ou coisa que o valha. Mas isso não é uma representação directa e efectiva, não tem muito sentido chegando as escolas aqui no Concelho, vai ser a direcção regional a fazer a representação. Não tem lógica. Acho que até era uma coisa a reclamar, era uma coisa a reclamar. A câmara aqui teve ao menos esse cuidado. Sinto que nessas reuniões, como eu digo, as direcções que estavam em exercício, puderam manifestarem-se e serem ouvidas.

A participação da escola nas actividades promovidas pelo município é elevada?

Eu diria que sim, sim. Até porque isso é-nos solicitado e o município dentro do seu plano de actividades com jovens e etc., está constantemente a solicitar as escolas.

E essa participação é espontânea e do agrado dos vários intervenientes?

Ah, eu acho que sim, acho que sim.

De uma forma global como interpreta a relação entre a escola e o município.

Se estamos a falar ainda da escola actual, escola secundária da Mealhada que foi extinta a 28 de Junho por parte do secretário de estado e que passa a ter uma nova direcção ou uma comissão administrativa a partir de 1 de Agosto, pois hoje é 27 de Julho, mas pronto. Hoje ainda 27 de Julho, eu acho que a relação é mesmo muito boa. Pelas outras escolas não posso falar. Por esta é muito boa.

Havendo margens para melhorias, que acções podem a escola realizar para melhorar esta relação? E a câmara?

Não é tanto melhorar a relação, porque a relação existe numa base de confiança. Aquilo que eu diria é que há coisas de que a escola precisaria e talvez pudesses ser a câmara a colaborar, a dar mais. Mas também não posso dizer isso assim, sem mais. Não é? Porque por outro lado tenho tido uma boa colaboração da câmara também. A gente pode, é querer sempre mais. Quanto à relação eu não diria, porque a relação é mesmo muito boa. Sei lá ainda agora recentemente, neste dias, por causa de um evento que vai haver sobre o Buçaco em Setembro, a reconstituição da batalha do Buçaco, a câmara solicitou para traduzir os programas para três línguas: Espanhol, Francês e Inglês. Solicitou aqui à escola e a escola na verdade tem professores nessas áreas que se disponibilizaram a ajudar a fazer essa tradução por exemplo. Isto é só um exemplo. Não é? Quanto à relação, eu não vejo neste momento que se possa dizer que haja necessidade de melhorar. A nossa relação é muito boa.

Como acha que é vista a acção da escola por parte da Senhora Vereadora com o pelouro da educação?

Acho que deve ser vista de um modo muito, muito positivo. E o feedback que tenho pessoal é de uma óptima impressão.

Qual a relação da sua escola com associações parceiras externas às escolas mais directamente envolvidas com estas?

Temos tido, sinceramente temos tido uma óptima relação. Isto está simbolicamente, simbolicamente não, está significativamente até representado ao nível do que é o Conselho Geral que agora terminou funções, onde tínhamos como representantes da comunidade ... (interrupção). Representantes no Conselho Geral precisamente, tínhamos escolhido áreas onde queríamos que houvesse uma relação mais directa com a comunidade portanto na área da segurança tínhamos o senhor comandante dos bombeiros, na área económica tínhamos o Presidente da direcção da ACIM – Associação Comercial e Industrial da Mealhada, e tínhamos a coordenadora do registo de seguros da Mealhada da área da saúde. Penso que isto é representativo do modo como a escola vê o modo como a comunidade deve estar envolvida. Não só a nível protocolar mas até ao nível da representação dos próprios órgãos da escola e literalmente, quer dizer, temos bons protocolos nomeadamente com a ACIM no que toca ao encaminhamento e a realização de cursos para os inscritos na respectiva, na associação comercial e industrial da Mealhada portanto que há cursos que são montados pela ACIM que funcionam aqui na escola, por exemplo. Contamos com a ACIM para fazer a divulgação e sensibilização também junto de muitas pessoas por parte das funções do nosso centro de “novas oportunidades”. Faz todos os anos com o centro de saúde acções na área, nomeadamente, na luta contra o tabagismo, e contra as substâncias ... contra a toxicodependência, etc. Acção de formação com alunos, mais até do nono ano, talvez, mas todos os anos se tem feito isso. Há outros anualmente. Há outros com durações com o centro de saúde que tem lugar, regra geral na escola, de sensibilização e de consciencialização dos alunos. Tivemos uma óptima colaboração na instalação, montagem, concepção, instalação do plano de intervenção contra a gripe A. Sinceramente nisso, acho que a escola não tem estado nada mal e não se pode, temos sempre querido mais, mas não temos estado nada mal e temos tido boa receptividade e o conselho tem funcionado.

Que conhecimento tem de outras intervenções que o município tem noutros campos educativos/formativos (por exemplo educação de adultos; formação profissional, etc...)?

No que toca a educação de adultos é um trabalho que está muito concentrado aqui na escola e parcialmente também no agrupamento de escolas da P ... De acordo? Depois ainda na área de adultos mas na área do emigrante temos feito, já vamos para o quarto ano, para o terceiro ano, em que temos feito óptimos cursos, porque tem tido óptimos resultados.

O município tem ...

Não, o município foi o primeiro, talvez, a dar o passo para que estes cursos funcionassem para emigrantes, funcionassem aqui no Concelho e nesta escola. Não é? Mas é a escola que monta todo o processo, que faz toda a candidatura, etc., por aí fora. Por outro lado é o município que colabora sempre no sentido de fazer o levantamento dos potenciais interessados e pessoas a encaminhar para este curso intensivo, esse é um dos projectos que nos deu melhores resultados claramente. E tem sido óptimo. Ao nível do ensino profissional, a câmara é accionista da escola profissional da Mealhada – Vasconcelos Lebre – Está tudo dito. Tem depois mais um investimento agora na P ... Com uma nova infra-estrutura, para cursos profissionais na área do Turismo.

Quem representa o município no Conselho Geral da sua escola?

Os três membros da equipa municipal, o presidente, a vice-presidente e o vereador para os equipamentos, agora não me lembro, não sei dizer a designação do pelouro. Mas são os três membros da equipa municipal mesmo.

Ou seja ao mais alto nível?

Sim. Depois em muitas reuniões só está um.

Durante este ano lectivo os representantes do município no Conselho Geral da sua escola foram sempre os mesmos?

Houve em por mais que um vez que estiveram os três. No início sobre tudo, quando foi para tomar decisões, constituir o Conselho estiveram os três membros

E foram sempre os mesmos?

E foram sempre os mesmos.

Então quer dizer que a assiduidade

A assiduidade verifica-se à presença permanente da câmara municipal, sendo que depois nas reuniões mais vulgares tem estado só a vice-presidente, a vereadora.

Relação Município – Escola

ENTREVISTA n.º3

Director do Agrupamento de escolas B

Município B

Tem conhecimento de algum Projecto Educativo Concelhio?

Não, não existe. Não, não existe. Portanto nas tais reuniões que se fizeram, até encontros sobre educação, nós e a escola secundária temos proposto a necessidade de um projecto Educativo Concelhio. Mas não existe, portanto os projectos educativos são parcelares.

Tem conhecimento de actividades ou projectos desenvolvidos pela Câmara Municipal no âmbito da educação?

Sim, vamos tendo. Euuuuu

Quais?

Nomeadamente alguns ligados ao ambiente. Entre outros, há vários. Uns que vamos tendo conhecimento de forma antecipada e que depois vamos promovendo em articulação com o município. Outros que chegam de forma transversal e portanto e encima e que depois também se aproveitam.

De que forma as actividades realizadas pelos agrupamentos de escolas contribuem para o enriquecimento das estratégias de desenvolvimento gizados pelo município?

De que forma?

Sim.

É de uma forma plena porque nós estamos a, a... a... organizar e a educar e a fomentar de forma cívica os nossos jovens. Não é? Que depois serão os cidadãos de amanhã e estamos a prepara-los de forma a eles próprios. Não é? Como cidadãos do futuro para enriquecer o município, o concelho e porque não também o país. Não é? Portanto são os nossos

decisores, os nossos gestores do amanhã. A todos os níveis, portanto e aqui não há ... A todos os níveis.

Tem conhecimento dos recursos humanos, materiais e financeiros que a Câmara Municipal dispõe para intervir no campo educativo?

Temos algum conhecimento, não todo, portanto temos o conhecimento, temos o conhecimento que nos é dado através dos protocolos assinados entre o município e a tutela nomeadamente os contratos de execução, relativamente a outros não temos assim grande conhecimento porque o município também não, não, portanto quem tutela o município depois também não dá conhecimento dessa, portanto dessa existência. Portanto não temos de todo, não é bem de todo, é uma parte.

Na elaboração da Carta Educativa Municipal o seu agrupamento de escolas foi ouvido?

Sim.

E teve uma participação activa?

Sim. Sim como que ... Nessa altura, desde o início e durante a construção ... Fiz parte, portanto fui o elemento eleito para fazer parte do Conselho Municipal de Educação. Depois a seguir, foi eleito um outro colega nosso, mas a câmara municipal sempre teve o cuidado de convidar os órgãos decisores das três unidades, das três não, das quatro unidades de gestão da educação, sediadas no concelho, para fazerem parte dos trabalhos e para levar nos trabalhos. E agora como novamente eleito para um outro mandato para estar, ... do ensino básico, representante no Conselho Municipal da Educação, só que ainda não houve nenhuma reunião. Foi a eleição à pouco tempo, nem sequer foi a reunião de tomada de posse.

Qual é a representatividade do seu agrupamento de escolas no Conselho Municipal da Educação?

Esteve a dizer que esteve lá presente

Mas a representatividade como?

Se há muitos elementos que estejam lá representados.

Não, no Conselho municipal da educação tem um representante do 1.º ciclo, tem um representante do pré-escolar e depois um representante do secundário e um representante da escola profissional. E portanto a nossa representatividade é, é relativa.

A participação das escolas nas actividades promovidas pelo município é elevada?

A participação?

.... das escolas nas actividades promovidas pelo município é elevada?

É ... É, no Agrupamento de escolas de M é muito elevado. Portanto tudo tem feito para, para Aliás é preciso dizer aqui uma coisa, nós consideramos o município. Não é? Assim como consideramos a comunidade educativa em geral, o tecido empresarial e outras forças vivas da comunidade como parceiros educativos. Nós consideramos e portanto de todo, também nos consideramos parceiros quando outros nos pedem a colaboração, não é? Neste caso o município, portanto, temos sido sempre parceiros. Parceiros activos, dinâmicos e a cumprir, A cumprir projectos e objectivos que são norteados pelo município portanto e que o município nos propõe. Como eu diz alguns deles são propostos no início e são entroncados no nosso plano anual de actividades, fazem parte do nosso projecto de plano anual de actividades, outras há que aparecem de forma transversal no imediato ou muito próximo do evento e que nós participamos.

E essa participação é espontânea e do agrado dos vários intervenientes?

É uma participação espontânea, livre e portanto de agrado de todos.

De uma forma global como interpreta a relação entre as escolas do seu agrupamento e o município.

De uma forma global? Boa. Acho que realmente é uma boa relação. Como eu digo, portanto o município tem tutelado. O município tem tutelado, relativamente ao pré-escolar e ao 1.º ciclo, a manutenção e conservação dos espaços escolares. É uma, é uma, é uma das competências do município. Assim como a aquisição e apetrechamento das escolas do 1.º

ciclo e do pré-escolar com equipamentos pedagógicos e daí que resulte desde de 1999. Aliás isto é um despacho regulamentar de 12 de 2000, é de 2000. Daí que desde de 2000, mas até antes em 1999 começamos uma escala, uma relação próxima, uma articulação próxima entre o que é a escola e o que é jardim-de-infância, escolas do 1º ciclo e pré-escolar é um outro figurino com o município. Depois quando também nas competências do município começaram a figurar, competências relativamente ao 2.º e 3.º ciclo nomeadamente ao nível das competências do contrato de execução com o pessoal não docente. As relações eram estreitas e mantiveram-se. Portanto, até ao nível 2.º e 3.º ciclos também as relações são muito próximas.

Havendo margens para melhorias, que acções podem as escolas realizar para melhorar esta relação?

Portanto, quer dizer, há necessidade sempre de que os pelouros, nomeadamente o pelouro da educação entre outros, até o próprio pelouro das engenharias pois tem muito a ver com a conservação e manutenção dos espaços. Julgo que então a esse nível, a nível da construção e a nível das reparações, aí teria que haver uma relação mais estreita para que, de todo, quem está no espaço e a trabalhar saiba exactamente o que eles vão fazer. Que às vezes há essa ..., há essa, há desfasamento, há uma falta de articulação e de comunicação. Quantas vezes eles não chegam num determinado espaço e nós direcção também não sabemos qual é a intervenção que se vai realizar, que se vai proceder. Há essa necessidade. Como eu digo também há necessidade de nalguns aspectos e nalguns projectos de se tenha conhecimento deles por antecipação. E por antecipação de algum tempo. Porquê? Porque eles vão se enquadrar e vão fazer parte do, do projecto curricular da escola, do estabelecimento de ensino, em que os alunos tem de ser preparados para a actividade e para ... A actividade não aparece só porque no dia anterior a câmara diz olha vamos, tenho esta sessão assim-assim gostava muito que estivesse representada a escola M, ou que estivesse a escola tal ou a escola tal. Portanto havia necessidade de preparar melhor nalguns eventos. Não são muitos, mas são alguns, toda a parte curricular, para que os alunos também estivessem mais ..., houvesse uma apetência maior por parte destes, depois nas aprendizagens.

Como acha que é vista a acção da escola por parte da Senhora Vereadora com o pelouro da educação?

A Senhora Vereadora com o pelouro da educação Dra. F. tem uma visão um pouco restrita, julgo eu, do que é a educação no Concelho. Epá, faz uma gestão municipal, também estão sujeitos a regras que estão instituídas pela associação nacional de municípios. Mas julgo que devia centrar um pouco mais as políticas educativas, as políticas educativas do Concelho da escola pública, que é da escola pública que estamos a falar. Portanto acho, que a articulação, embora haja uma articulação muito próxima, nomeadamente com ela, nomeadamente com os gabinetes que foram criados, já por ela para dar resposta à educação, nomeadamente as actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente à gestão do pessoal não docente. Mas julgo que a abertura ainda devia ser ainda maior.

Qual a relação das escolas do seu agrupamento com associações parceiras externas às escolas mais directamente envolvidas com estas?

Eu acho que é excelente, tem sido excelente. Nós temos conseguido desenvolver projectos e são muitos os projectos, aliás o agrupamento, portanto o rosto, cria uma identidade através do desenvolvimento quer do seu projecto educativo quer depois dos projectos parcelares, que constrói e que entroncam no projecto educativo do agrupamento. E que são muitos, nós temos muitos projectos, que identificam e dignificam cada ano escolar, cada ano lectivo e portanto, e para o desenvolvimento destes projectos é sempre necessário uma abertura muito grande e uma colaboração muito grande e estreita, quer entre a escola e a comunidade educativa em geral, quer entre escola e o tecido empresarial, o poder político local e por aí fora. E essa relação tem sido excelente, tem sido mantida e de forma a um nível excelente. De outra forma estes projectos não teriam, não seriam possíveis de executar, nem da forma como estavam planificados nem no tempo em que foram planificados. É claro que temos aqui algumas, alguns amargos. Nós não fizemos uma avaliação coerente e em rigor. Temos alguns projectos nomeadamente um que começamos há quatro anos que é, nos temos uma geminação que fizemos, uma geminação educativa e cultural com M.... que é, cujo objectivo principal era um levantamento de uma

monitorização que fizemos. Aqui resultou uma, e dessa avaliação resultou que a língua francesa estava em decrescente em termos de apetência quer dos pais quer dos jovens alunos matriculados nesta escola. E portanto quisemos inverter essa tendência. Tentamos o espanhol, tentamos, mas quisemos inverter esta tendência. Como? Fazendo uma geminação, portanto as geminações políticas do concelho já existiam, nomeadamente a P..., nomeadamente há uns anos atrás politicamente a M... já estava geminada com M... geminada mas assim de uma forma excipiente, política questão política local, uma questão municipal. Portanto nós iniciamos sozinhos, fizemos esta cavalgada sozinhos. Fizemos então, fizemos com que os franceses viessem cá primeiro visitar a nossa escola, estivessem e portanto fruissem de um espaço nosso. De seguida, nesse mesmo ano, fomos nós, fizemos um projecto e fomos nós lá. E fomos muito bem recebidos e portanto foi o primeiro, a primeira fornada de alunos que estiveram em contacto com esta realidade e com esta realidade cultural e pedagógica diferente da nossa. É claro que depois solicitamos que o município e o poder local nomeadamente freguesias, nos apoiassem, isto são projectos que envolvem alunos, que envolvem família que envolve a escola mas depois também envolve algum dinheiro, algum orçamento que nós não temos. Aqui temos esbarrado, ano a ano, é claro que temos continuado com o projecto. Os franceses vêm cá, eles vêm cá mais vezes do que nós vamos lá. Porque politicamente lá eles são muito apoiados, o município de M... apoia-os bastante e a escola apoia-os bastante e portanto eles vêm cá com alguma regularidade, duas vezes por ano. E nós temos a dificuldade de desta representatividade lá, e é claro que depois os laços ficam. A comunicação é feita entre alunos, professores, funcionários e escola mas depois também falta, falta, falta o resto que também é importante que é leva-los lá. Que “*in loco*” verificar uma nova realidade pedagógica, uma nova realidade. E falta-nos pronto politicamente, agora já conseguimos que a câmara municipal celebrasse também um protocolo de geminação em termos políticos mas vamos ver o que vai resultar.

Que conhecimento tem de outras intervenções que o município tem noutros campos educativos/formativos (por exemplo educação de adultos; formação profissional, etc...)?

O único conhecimento de intervenção que nós temos é, que o município tem é a criação de um gabinete jovem, de apoio a jovem, portanto foi proposta articulada connosco, na altura com as 4 unidades educativas existentes no concelho, a escola profissional, a escola secundária e nós e a P.... Portanto o gabinete de apoio ao jovem que está a funcionar e que de uma forma anterior, nós já tínhamos proposto e articulado com o ministério da saúde e que já existiria este gabinete, mas num outro segmento que era a saúde. Depois uma outra que é a abertura duma sala ou de um espaço, melhor dizendo um espaço para apoio nomeadamente a famílias de língua não materna portanto a língua dos países do leste, chineses e outros, nós temos aqui alguns. Para dar uma resposta efectiva nomeadamente ao nível da língua e da comunicação. Porque um dos problemas que nós avaliamos é estes alunos quando chegam à escola nomeadamente 1.º ciclo ou 2º e 3º ciclo, pois têm uma dificuldade que eles, que estes miúdos chegam a casa em vez de continuar o trabalho da escola, passam a falar a língua deles e não a nossa. E portanto a câmara municipal a este nível tem dado uma resposta. Também já há um ano e qualquer coisa, já está a dar uma resposta a esta valência. O que é extremamente importante entre outros, entre outros desde o projecto ambiental, nos fazemos uma proposta, nós agrupamento, das actividades de enriquecimento curricular e centramos a nossa resposta em tudo aquilo que o diploma nos confere esse direito. Nomeadamente inglês que tem carácter obrigatório, educação física, educação musical estas três valências e depois o município Desde o início que nos iniciamos esse projecto das AEC tendo como parceiro, como base o município. O município articulando connosco tem dado uma quarta resposta. Toda garantida pelo município que é nomeadamente a nível da cidadania e das questões ambientais e que tem dado realmente uma resposta extremamente favorável a uma vertente que havia necessidade de trabalhar nos jovens, nos jovens alunos que é a questão da cidadania e das questões ambientais e que tem dado frutos naturalmente que tem dado. Julgo que, era importante que se desse continuidade porque às vezes fala-se com esta coisa dos PEC's provavelmente por questões orçamentais irá desaparecer. Espero bem que não porque é uma mais-valia.

Quem representa o município no Conselho Geral do seu agrupamento de escolas?

Sou eu.

Não, o município, quem representa o município?

Aqui quem representa aqui no Conselho Geral? Quem tem representado, quem tem representado o município nos Conselhos Gerais, portanto neste como na secundária e como na P ..., tem sido o Sr. Presidente, a Sra. Vereadora do pelouro da educação e o Sr. Vereador do pelouro das obras, Sr. Vereador Calhoa, Carlos Calhoa, portanto são os três que foram nomeados pela, pelo Sr. Presidente da câmara.

Durante este ano lectivo os representantes do município no Conselho Geral do agrupamento de escolas foram sempre os mesmos?

Foram sempre os mesmos, sempre que nos .., tivemos e isto é publico, tivemos um problema que é o Sr. Presidente da câmara ainda não tomou posse no Conselho Geral. Portanto o Conselho Geral vai terminar, irá terminar no dia trinta de Julho e o Sr. Presidente da Câmara ainda não tomou posse do cargo para o qual ele se auto nomeou ou indicou para fazer parte do Conselho Geral. Isto para dizer o quê? Já reparaste não é? Nunca estive em nenhuma reunião.

Como é que classifica a assiduidade dos representantes do município no Conselho Geral do agrupamento de escolas?

Uma assiduidade relativamente, relativamente a um ou outro vereador, sei lá 60% da assiduidade, talvez nem tanto. Relativamente ao senhor presidente 0% de assiduidade.

Relação Município – Escola

ENTREVISTA n.º4

Director do Agrupamento de escolas A

Município B

Tem conhecimento de algum Projecto Educativo Concelhio?

Ora bom, existe um projecto que em princípio está relacionado com o próprio programa da câmara. Não é? E em verdade é que, portanto, não conheço em pormenor, a verdade é que há inúmeros projectos educativos em que nós trabalhamos em conjunto, portanto como principais nossos ouvidos é por isso que lá estamos.

Tem conhecimento de actividades ou projectos desenvolvidos pela Câmara Municipal no âmbito da educação? Se sim quais?

Temos, como sabe a câmara é responsável pelas actividades de enriquecimento curriculares, portanto tem a expressão obrigatória, o inglês, têm educação para a cidadania, educação física. Portanto, trabalham connosco em termos do projecto eco escolas na defesa do ambiente, tem actividades desportivas comuns em que nós colaboramos,, actividades desenvolvidas pela câmara nós aderimos.

De que forma as actividades realizadas pelos agrupamentos de escolas contribuem para o enriquecimento das estratégias de desenvolvimento gizados pelo município?

As nossas actividades da escola estão sempre relacionadas, estão muitas vezes relacionadas com as actividades do município. Portanto em termos de apoio à família, em termos de educação ambiental, trabalhamos em conjunto por exemplo na actividade de limpeza das lixeiras do concelho. Portanto tem sempre havido uma colaboração das nossas escolas, fazemos várias actividades do município. Há várias actividades desportivas que o

município dinamiza e em que a escola colabora. E o município também tem colaborado na maior parte das actividades, sempre que nos pedimos colaboração, eles tem colaborado.

Tem conhecimento dos recursos humanos, materiais e financeiros que a Câmara Municipal dispõe para intervir no campo educativo?

Quer dizer, recursos financeiros não sei quais são. Agora, tem técnicos responsáveis a nível da câmara e depois tem os colaboradores a nível da promoção das actividades de enriquecimento curricular e os vereadores do ambiente e da educação. A da educação é a vice-presidente, pronto, tem estado sempre disponíveis. Além dos técnicos que trabalham mesmo na câmara, há aqueles que trabalham directamente com os nossos alunos e com as nossas escolas.

Na elaboração da Carta Educativa Municipal o seu agrupamento de escolas foi ouvido? Sei que na altura não estava cá.

Na altura não estava.

Não estava como director, estava como

Não, portanto. Eu sei que a carta educativa está aprovada, a verdade é que agora com esta remodelação o que está na carta educativa já era. Portanto na altura, a verdade é que as escolas não têm assento no conselho local de educação. Há pelos professores, portanto, na altura não sei se houve audição.

Já que está a falar no Conselho Municipal da Educação, o agrupamento diz-me que não tem representatividade.

Não, vamos lá ver também o agrupamento em si não está representado, estão representados os professores, aliás na constituição do Conselho Local de Educação não constam os representantes das escolas, só constam representantes de professores.

Parece-lhe adequado?

Quer dizer a carta educativa

Não o Conselho Municipal da Educação? A representatividade.

Pois é isso que estou a dizer, não faz sentido as escolas como organizações, portanto, os seus directores, não estarem representados no Conselho Local de Educação, é a minha opinião.

A participação das escolas nas actividades promovidas pelo município é elevada? Já me diz isso.

Sim, sim.

E essa participação é espontânea e do agrado dos vários intervenientes?

É boa, nos vários intervenientes. Será sempre cooperação, quer em actividades propostas pelas escolas à colaboração da câmara e aí nas actividades da câmara quando está previsto que sejam ligadas para o sector da educação. Para as escolas, as escolas normalmente intervêm. Normalmente, não eu direi mesmo sempre.

De uma forma global como interpreta a relação entre as escolas do seu agrupamento e o município.

Eu acho que a relação tem sido, tal como já diz, uma relação de cooperação e uma boa relação.

Havendo margens para melhorias, que acções podem as escolas realizar para melhorar esta relação?

Eu acho que trabalhando mais. Mas tem sempre que trabalhar muito bem em cooperação, há a parceria. Portanto, é sempre tendo em conta que podemos melhorar. Aliás, eu julgo que este ano já foi um bom bocado melhor do que no ano anterior e portanto há sempre cooperação. Tem havido sempre cooperação entre as escolas e a câmara.

Como acha que é vista a acção da escola por parte da Senhora Vereadora com o pelouro da educação?

Esta pergunta tem que ser feita a ela, mas eu acho que ela também considera que a escola tem colaborado e cooperado com a câmara.

Qual a relação das escolas do seu agrupamento com associações parceiras externas às escolas mais directamente envolvidas com estas?

Ora, nos gostaríamos de trabalhar e cooperar com todas as instituições, no entanto, pronto, a primeira pessoa aqui fazia parte de um projecto de colaboração com todos que se chamava “ordem de intervir”. No entanto, as maiores relações, a maior cooperação tem sido com as IPSS. Portanto, quer com a CAP, com a associação de Barcouço que se chama “Instituto Odete Isabel”, acho eu, não sei o nome, com a ADELO que é Associação para o de Desenvolvimento da Zona da Bairrada, sediado no Canedo. Portanto com essas instituições temos trabalhado de perto, com outras pontualmente, também tem havido. Aliás, com a sociedade filarmónica, com os bombeiros, tem havido acordos mais ou menos pontuais mas tem havido cooperação.

Que conhecimento tem de outras intervenções que o município tem noutros campos educativos/formativos (por exemplo educação de adultos; formação profissional, etc...)?

A câmara é promotora de uma escola profissional, conforme sabe. Não é? Agora em concreto, portanto, além dessa, agora..., colabora nas feiras, na associação comercial e industrial, acho que a câmara tem dinamizado aquilo, com actividades relacionadas com a educação e formação de adultos.

Quem representa o município no Conselho Geral do seu agrupamento de escolas?

O município é representado ao mais alto nível. É o senhor presidente, a senhora vice-presidente e um vereador, o vereador do ambiente.

Durante este ano lectivo os representantes do município no Conselho Geral do agrupamento de escolas foram sempre os mesmos?

Portanto eeee.... A verdade é que eles fazem-se representar mas não vêm todos sempre. Porque, a verdade é que com vários agrupamentos e com muitas outras actividades não terão disponibilidade, mas tem se feito representar.

Como é assiduidade deles?

Pelo menos um tem estado. Aliás na última reunião não esteve nenhum, mas normalmente pelo menos um está, no ano passado até vinham os três com frequência. Mas este ano as coisas são mais pacíficas.

Relação Município – Escola

ENTREVISTA n.º5

Director da Escola Profissional

Município B

Tem conhecimento de algum Projecto Educativo Concelhio?

Sim, há uma carta educativa.

Mas sem ser a carta, um projecto educativo ...

A Câmara está a elaborar a carta e nós temos o nosso projecto educativo que apresentamos, e portanto não temos feito alguma reunião sobre isso porque temos o nosso projecto, o nosso próprio projecto educativo. Neste momento, não tenho ideia nem sei o que as outras escolas públicas estarão a fazer, já que nós somos uma escola privada.

Tem conhecimento de actividades ou projectos desenvolvidos pela Câmara Municipal no âmbito da educação? Se sim quais?

Sim, a câmara tem desenvolvido muitos projectos, acompanha a educação. Penso que uma das razões que a câmara acompanha a educação é a existência desta própria escola que ela é accionista principal, edifício construído pela câmara para a instalação da escola. E tem preocupações sobre as outras escolas. Inclusiva todos os anos há uma realização que é os encontros da educação do concelho da Mealhada. Portanto que é de facto um centrar de conferências, um centrar de aspirações, um centrar de de apresentação de problema. Além de, também, todos os anos, no início do ano lectivo a escola faz uma reunião com todas as escolas do concelho, secundária principalmente, EB23 e profissional. Onde

também são manifestadas a existência de alunos, mais ou menos uma apresentação de cada escola e da situação de cada escola que se viveu nesse ano em que se vai viver.

De que forma as actividades realizadas pela escola contribuem para o enriquecimento das estratégias de desenvolvimento gizados pelo município?

A escola profissional tem uma actividade muito específica, portanto, nos estamos a formar indivíduos de nível 3, temos de facto uma passagem muito meteórica dos alunos pela escola que são 3 anos. E partes desses 3 anos, 420 horas, portanto, vamos apontar para 4 meses são gastos em estágios em empresas. A pergunta, diz que ...

As actividades que são realizadas pela escola contribuem para o enriquecimento da estratégia elaborada pelo município?

Sim, penso que a escola colabora com as suas actividades como por exemplo, nos fazemos uma semana aberta em que apresentamos os trabalhos da escola, fazemos exposições dos nossos trabalhos, das nossas PAP, que vamos apresentar no teatro Messias, convidamos pessoas do tecido empresarial e social para virem assistir a própria PAP, as próprias PAP. Isto não será uma estratégia do município, mas o município enquanto sócio da escola também nos impulsiona que nós possamos abrir o leque às instituições. Estamos representados nas feiras do emprego, estamos representados em todos os eventos que há feiras de gastronomia, feiras escolares, estamos representando em todas as feiras do concelho, vamos até as juntas de freguesia, levamos os alunos a conhecer todos os pontos do concelho. Temos actividades mais lúdicas que são feitas no Buçaco, no parque da cidade, visitas à biblioteca, visitas ao arquivo. Portanto há um contexto de actividades que engloba também, não uma actividade propriamente dita, mas uma actividade que é impulsionada pela própria escola, já que o município confia em nós nessas actividades.

Enriquecem o desenvolvimento o desenvolvimento?

Não tenho dúvidas acerca disso.

Tem conhecimento dos recursos humanos, materiais e financeiros que a Câmara Municipal dispõe para intervir no campo educativo? Parece-lhe adequado?

No campo?

Educativo!

Eu tenho pouco conhecimento dos valores que a câmara poderá ter para apostar no campo educativo. Como sabe, hoje há decretos-lei ou há despachos que fazem com que o pessoal seja afecto à câmara e não o corpo docente. Sobre o nosso projecto educativo, sobre a nossa parte educativa, pois a câmara colabora com muita coisa como seja a cedência de locais, cedências de transporte, cedências às vezes de funcionários para colaborarem connosco, abertura de espaços municipais para que os nossos alunos possam realizar actividades.

Na elaboração da Carta Educativa Municipal a sua escola foi ouvida? E teve uma participação activa?

A minha escola esteve em todas as reuniões, não fui eu que estive presente nem tão pouco falamos sobre isso mas foi ouvida e esteve presentes em reuniões e a directora pedagógica acompanha a evolução dessa carta.

Então teve uma participação activa?

Sim exactamente, nos vamos a todas as reuniões que são da carta.

A Escola Profissional tem representatividade no Conselho Municipal da Educação? Parece-lhe adequado?

Tem, suponho que até ... Aliás o Conselho Municipal da Educação reúne uma ou duas vezes por ano e vai lá sempre alguém da escola, representar a escola. Somos sempre convocados para todas as reuniões.

A participação da escola nas actividades promovidas pelo município é elevada? E essa participação é espontânea e do agrado dos vários intervenientes?

Nós ... depende da actividade que é. Actividades lúdicas ...

No geral...

No geral, nas feiras gastronómicas, nas feiras de emprego, nas mostras que há, actividade como por exemplo as quatro maravilhas. Nos hoje estamos especialmente numa das actividades em que a escola profissional está absolutamente integrada e pertence inclusiva ao conselho de administração duma associação que se formou que se chama as quatro maravilhas da mesa do concelho da Mealhada. Em que a escola profissional é um dos elementos do conselho de administração. E até porque somos hoje uns paladinos da conservação duma das maravilhas da Mealhada que é o pão da Mealhada que nos fabricamos na nossa escola.

Tem um forno não é?

Temos um forno a lenha em que o cozemos, é amassado à mão. Só leva, esta é engraçada dizer-lhe isto, só leva sal pouco, fermento relativamente pouco, farinha e água e não leva mais nada. Como sabe, hoje, há outros aditivos que se põem nós não. Portanto é uma das apostas da câmara que também apostou muito na nossa escola para essa manifestação. Aliás inclusive há realizações hoje na mata do Buçaco, uma das apostas da câmara foi também, e isso é importante dizer-se, na altura em que se fala das sete maravilhas, o Buçaco. Por exemplo uma das organizações que a câmara realiza em que a escola está a colaborar com o município é por exemplo na constituição do “wireless” da mata do Buçaco, do “wireless” do parque da cidade, na recuperação da parte eléctrica, da parte estrutural e inclusiva com o apoio dos desenhadores, com o apoio dos electricistas e dos alunos de electricidade, com o apoio dos indivíduos das energias renováveis nas casas que estão hoje a reconstruir na mata do Buçaco. Que se estão a recuperar. Portanto é uma das actividades, é a parte que temos muitas actividades activas em relação à câmara.

E essa é espontânea e do agrado dos vários intervenientes?

Sim, sim. (interrupção)

Portanto isto resulta do intercâmbio da aposta que a câmara faz, da parte daquilo que nós temos potenciais para colaborar nas iniciativas do próprio município não é?

Ou seja eu posso depreender daí que a relação entre a escola e o município é muito boa?

A relação da escola e o município é tão boa que eu sou o director geral e sou o gerente nomeado pela câmara. A câmara tem um outro gerente. E tem outro gerente que o outro sócio que é a caixa de crédito agrícola. Portanto a câmara tem 65 % na sociedade e o edifício é municipal. Toda esta estrutura é municipal.

Havendo margens para melhorias, que acções pode a escola realizar para melhorar esta relação? E a câmara?

Todas as acções que se podem melhorar. Pensamos que neste momento e estamos preocupados com isso, estamos a procurar incentivar os nossos alunos, porque temos possibilidades de termos cursos para isso na área do ambiente, a colaborar com a câmara na área do ambiente. E quando estamos já neste momento a pensar na mata do Buçaco, a pensar no parque municipal inclusive. Vamos montar um curso de cozinha no jardim municipal da Pampilhosa. Nós procuramos ir várias vezes também aos espaços verdes de Casal Comba. Nos estamos de facto inclusiva fazemos um dia para além de todos os outros dias da limpeza, nos próprios fazemos um dia na área da integração em que a própria escola vai limpar algumas zonas também. Portanto nessa área do ambiente estamos altamente preocupados.

Como acha que é vista a acção da escola por parte do Vereador com o pelouro da educação?

Eu tenho a impressão que tem de ser muito bem visto, porque o vereador com o pelouro da educação é a pessoa destacada pela câmara para a gerência da escola e ela é que responsabiliza a escola, de maneira que penso que é bem vista. Bem vista aliás, há um diálogo permanente entre a direcção geral e a direcção pedagógica da escola com a responsável pela educação da câmara. Não só e com a responsável pelo desporto. Também é importante porque nós partilhamos todas as actividades que são possíveis com a câmara na actividade desportiva.

Qual é a relação da escola com associações parceiras externas às escolas mais directamente envolvidas com estas?

Nos temos uma óptima relação, somos sócios da associação comercial e industrial da Mealhada, temos uma boa colaboração com os bombeiros voluntários da Mealhada, aliás há de facto uma conjugação de esforços muito importante por causa da defesa contra os incêndios, da protecção da floresta, da saúde. Inclusive não falando em associações mas falando em entidades, nos periodicamente temos uma representante da saúde a vir fazer conferências à escola sobre o tabagismo, sobre a droga e sobre outros problemas de saúde, alcoolismo e SIDA. Temos permanentemente e todo o ano actividades com os bombeiros em que vem cá fazer primeiros socorros e ensino de actividades de incêndios, temos actividades com a ACIM, temos actividades com alguns grupos culturais com por exemplo o Coral Magister, a associação dos aposentados, alguns ranchos folclóricos que nos pedem colaboração que nos temos razão. Temos colaboração com esses todos e todas essas actividades.

Que conhecimento tem de outras intervenções que o município tem noutros campos educativos/formativos (por exemplo educação de adultos, etc...)?

O próprio município tem, através da nossa escola, cursos de educação e formação de adultos nos EFA. Portanto através da própria escola o município tem uma grande actividade. Mas como aqui o Concelho da Mealhada, na minha perspectiva, está muito bem servido na área do ensino nos somos um concelho pequeno, neste momento há os mega agrupamentos, tínhamos uma escola secundária, dois agrupamentos e temos a escola profissional. Portanto toda a estrutura das novas oportunidades sobretudo a recuperação para adultos, foi praticamente dividida, ou pelo menos existe isto a secundária estão com os RVCC e a escola profissional está com os EFA. Nós temos três cursos à noite, temos 51 alunos de adultos empregados que estão a fazer melhoria da sua situação numa dupla certificação. Portanto eu penso que a câmara ao apoiar-nos, ao dar-nos instalações, ao, inclusiva, durante o dia temos os transportes escolares que é uma coisa extremamente importante, todos os alunos do concelho se deslocam para a secundária, para a profissional e para os antigos agrupamentos em transportes da própria autarquia. Dentro do concelho

todos têm transporte. Portanto penso que nessa questão dos adultos a câmara não tem que se preocupar muito. Tem de se preocupar em fiscalizar e verificar se as actividades das escolas são aquelas que o concelho merece.

E outras

Tem outro aspecto social, sobre o ponto de vista social eles têm um departamento da acção social bastante importante, que também hoje trabalha muito, inclusiva com imigrantes, ensino do português aos imigrantes por exemplo. Legalização de alguns imigrantes que já podem ser legalizados. Sobre essa acção de adultos a câmara tem uma acção ...Inclusiva nos temos aqui poucos mas temos alunos mas temos alunos, temos um ucraniano, temos um russo, temos alunos de várias nacionalidades, tivemos da Guiné, tivemos de Cabo Verde, tivemos de Moçambique, tivemos de Angola. Poucos alunos, pontualmente dessas áreas.

Quem são os representantes do município no Conselho Consultivo da escola profissional?

Ora bem, a escola com conselho consultivo é por acumulação, o director geral que eu sou nomeado pela câmara. Embora não seja autarca nem seja nada. E é a vice-presidente da câmara que é a gestora nomeada também pela câmara. Os estatutos desta escola são uns estatutos especiais que permitem ..., tem uma gerência de três elementos: um nomeado pela câmara, outro pela caixa de crédito, os sócios da escola são a câmara municipal e a caixa de crédito agrícola. Portanto, o presidente da caixa é gerente, a vice-presidente da câmara neste caso é gerente e depois nomeiam outro gerente que sou eu que acumulo com o director geral. Nós três pertencemos também ao conselho consultivo que fundamentalmente fazemos o conselho consultivo como um bocado alargado, convidamos o presidente da ACIM, não temos estabelecido uma norma genérica para o conselho consultivo. Aos poucos houve necessidade de escolher cursos, falamos com empresários. Houve necessidade de escolher contabilidades, falamos com outro tipo de empresários. Falamos com o presidente da ACIM, falamos com algum empresário pontualmente e fazemos assim. No fundo funcionamos um bocado dispersamente.

E reúnem frequentemente?

Quando necessário a gente faz umas trocas de impressões informais.

Duas ou três vezes por ano?

Sim, informais. Este ano até por causa dos cursos que a gente abriu tive que andar aí a reunir mais vezes com as pessoas. Mas não tem a formalidade de um conselho consultivo absoluto, é mais um conselho de consultores.

Ou seja não há uma acta?

Não, não há. Há uma troca de impressões, uma troca de correspondência mais nada. Não funcionamos nessa altura. Poderá ser uma falha, mas também lhe digo uma coisa, a minha experiência de 20 anos na escola profissional e inicialmente começamos com conselho consultivo que nunca funcionava porque as pessoas que eram nomeadas não vinham.

Assim é preferível a gente telefona a quem nos interessa e reunimos um tipo de consultores e de informadores. Nos aliás os cursos que estamos a criar são a maior parte deles, e temos cursos novos todos os anos, são impulsionados pela informação que nos temos do tecido empresarial do concelho e não só.

Anexo 5

Guião das entrevistas

Relação Município – Escola

Guião da ENTREVISTA

SRA. VEREADORA COM O PELOURO DA EDUCAÇÃO

Município B

1. O município tem algum Projecto Educativo Concelhio? Se sim → Como foi construído? Se não → Porque não?
2. Que actividades ou projectos são desenvolvidos pela Câmara Municipal no âmbito da educação?
3. De que forma as actividades realizadas pelos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas contribuem para o enriquecimento das estratégias de desenvolvimento gizados pelo município?
4. Que dimensões são privilegiadas pela Câmara Municipal visando o desenvolvimento da qualidade da educação?
5. Quais os recursos humanos, materiais e financeiros dispõe a Câmara Municipal para intervir no campo educativo?
6. Na elaboração da Carta Educativa Municipal foram ouvidos os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas? Estes tiveram uma participação activa?
7. Como os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas estão representados no Conselho Municipal da educação?
8. A participação das escolas nas actividades promovidas pelo município é elevada? E essa participação parece ser espontânea e do agrado dos vários intervenientes?
9. De uma forma global como interpreta a relação entre cada escola (agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas) e o município.
10. Havendo margens para melhorias, que acções pode a câmara realizar para melhorar esta relação? E as escolas?

11. Como acha que é vista a acção do município no campo educativo por parte dos Directores das Escolas/Agrupamentos? E por parte dos Professores? E pelos Pais e Encarregados de educação?
12. Qual a relação do município com associações parceiras externas às escolas mais directamente envolvidas com estas?
13. Que outras intervenções o município tem noutros campos educativos/formativos (por exemplo educação de adultos; formação profissional, etc...)?
14. Quem representa o município no Conselho Geral dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas?
15. Durante cada ano lectivo os representantes do município no Conselho Geral dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas foram sempre os mesmos?
16. Como é que classifica a assiduidade dos representantes do município no Conselho Geral dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas?

Relação Município – Escola

ENTREVISTA

Director da Escola Secundária

Município B

1. Tem conhecimento de algum Projecto Educativo Concelhio?
2. Tem conhecimento de actividades ou projectos desenvolvidos pela Câmara Municipal no âmbito da educação? Se sim quais?
3. De que forma as actividades realizadas pela sua escola contribuem para o enriquecimento das estratégias de desenvolvimento gizados pelo município?
4. Tem conhecimento dos recursos humanos, materiais e financeiros que a Câmara Municipal dispõe para intervir no campo educativo? Parece-lhe adequado?
5. Na elaboração da Carta Educativa Municipal a sua escola foi ouvida? E teve uma participação activa?
6. Qual é a representatividade da sua escola no Conselho Municipal da Educação? Parece-lhe adequado?
7. A participação da escola nas actividades promovidas pelo município é elevada? E essa participação é espontânea e do agrado dos vários intervenientes?
8. De uma forma global como interpreta a relação entre a escola e o município.
9. Havendo margens para melhorias, que acções podem a escola realizar para melhorar esta relação? E a câmara?
10. Como acha que é vista a acção da escola por parte da Senhora Vereadora com o pelouro da educação?
11. Qual a relação da sua escola com associações parceiras externas às escolas mais directamente envolvidas com estas?

12. Que conhecimento tem de outras intervenções que o município tem noutros campos educativos/formativos (por exemplo educação de adultos; formação profissional, etc...)?
13. Quem representa o município no Conselho Geral da sua escola?
14. Durante este ano lectivo os representantes do município no Conselho Geral da sua escola foram sempre os mesmos?
15. Como é que classifica a assiduidade dos representantes do município no Conselho Geral da escola?